



FORA DA ESCOLA NÃO PODE! O Desafio da Exclusão Escolar

**FORA DA ESCOLA
NÃO PODE!
O Desafio da
Exclusão Escolar**

UNICEF

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Brasília, 2013

Realização

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Escritório do Representante do UNICEF no Brasil
SEPN 510, Bloco A, 2º andar
Brasília/DF – 70750-521
www.unicef.org.br
brasilia@unicef.org

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação
Rua Mourato Coelho, 393 – conj. 04
São Paulo/SP – 05417-010
www.campanhaeducacao.org.br
campanha@campanhaeducacao.org.br

EQUIPE UNICEF

Gary Stahl

Representante do UNICEF no Brasil

Antonella Scolamiero

Representante adjunta do UNICEF no Brasil

Maria de Salette Silva

Coordenadora do Programa Aprender

Júlia Ribeiro

Oficial do Programa de Educação

Zélia Teles

Assistente de Programas

EQUIPE CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Coordenação: Iracema Nascimento

Supervisão: Daniel Cara

Assessoria de projetos: Fabiana Vezzali

PRODUÇÃO EDITORIAL

Cross Content Comunicação

www.crosscontent.com.br

contatos@crosscontent.com.br

Coordenação: Andréia Peres

Edição: Andréia Peres e Carmen Nascimento

Texto e reportagem: Iracy Paulina

Revisão: Regina Pereira

Checkagem: Simone Costa

Projeto gráfico e diagramação: José Dionísio Filho

Tratamento de imagens: Premedia Crop

Capa e contracapa: Reprodução Grupo de

Educação, Desenvolvimento e Apoio ao Menor

(Gedam)/ChildFund Brasil – Fundo para Crianças

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Fora da escola não pode!: o desafio da exclusão escolar. – 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2013.

1. Exclusão escolar 2. Exclusão social
3. Pedagogia crítica 4. Sociologia educacional.

ISBN: 978-85-87685-34-6

13-04764

CDD-306.43

Índices para catálogo sistemático:

1. Exclusão escolar: sociologia educacional
306.43

AGRADECIMENTOS

- **ChildFund Brasil – Fundo para Crianças:** Assessoria de Comunicação e setor de Desenvolvimento Social e Humano.
- **Organizações sociais parceiras do ChildFund Brasil – Fundo para Crianças:** educadores e crianças que tiveram seus desenhos reproduzidos nessa publicação: Ana Clara Xavier de Souza, Érica Martins de Oliveira, Gabrielle Vitória Nunes Procópio, Izaque Teixeira, Jean Felipe Santos Gualberto, João Francisco da Silva Braga, João Victor Lourenço Alves Pinheiro, Kauã Kennedy de Souza, Luiz Victor Domingos dos Santos, Mauro Coimbra Pereira, Pablo Henrique de Souza, Thalya Kefely Gomes Martins e Vinícius Felipe Xavier de Souza.
- **Escola Indígena Trancheira – Autazes (AM):** todas as crianças e os professores Alderico Vieira Neto, Andreza Moreira da Silva, Emerson Sá Barbosa e Maria Marques da Silva.
- **Projeto Quixote:** Otávio Fabro (Ota), adolescentes da Usina de Imagem que tiveram seus desenhos reproduzidos nessa publicação (Gabriel Lima, Micaela Vieira da Silva, Roque Cauan Durães da Cruz, Soraia Natali da Silva Pelegrino e Wellington Gomes de Souza) e toda a equipe do Projeto Quixote.
- **União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime):** Carlos Eduardo Sanches, colaborador; Cleuza Repulho, presidente; Vilmar Klemann, coordenador de projetos; e Vivian Ka Fuhr Melcop, secretária executiva.
- **Alcilei Vale Neto:** professor e coordenador presidente da Organização dos Professores Indígenas Mura (Opim).
- **Rosa Helena Silva:** professora da Universidade Federal do Amazonas.
- Todas as crianças e adolescentes, especialistas e organizações que colaboraram com este livro.

4 APRESENTAÇÃO

6 CAPÍTULO 1

A EXCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

Nas faixas etárias em que o atendimento escolar deve ser assegurado, um grupo significativo de crianças e adolescentes brasileiros ainda precisa superar os obstáculos da desigualdade para ter garantido o seu direito de aprender

16 CAPÍTULO 2

COMO ANDA A EDUCAÇÃO EM SEU MUNICÍPIO?

Para ajudar a responder a essa pergunta, selecionamos algumas questões do Plano de Ações Articuladas (PAR) e de outros documentos para que você e sua equipe avaliem o que vem sendo feito para combater a exclusão escolar

34 CAPÍTULO 3

O QUE É PRECISO FAZER PARA ACABAR COM A EXCLUSÃO

Entre as ações mais efetivas para garantir o direito de aprender de cada um de nossos meninos e meninas estão oferecer melhores condições de ensino, acompanhar de perto o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes e combater os problemas que colocam em risco a sua permanência na escola

46 CAPÍTULO 4

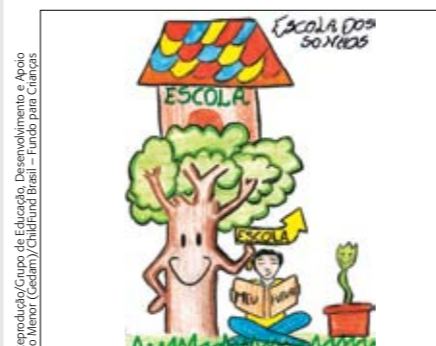
BOAS PRÁTICAS PARA GARANTIR O DIREITO DE APRENDER

Exemplos de iniciativas bem-sucedidas que contribuem para combater a evasão e o abandono escolar e ampliar a aprendizagem dos alunos

60 CAPÍTULO 5

O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Há ainda muitas dificuldades no processo de articulação entre programas e políticas dos níveis federal, estadual e municipal. Neste capítulo, listamos as principais políticas públicas na área de educação e o que o município precisa fazer para ter acesso a elas



Cada criança e adolescente tem o direito de aprender

Com lápis preto, uma aluna de 12 anos desenha duas situações: numa delas, uma criança negra é tratada de forma rude e ofensiva por um professor branco. O professor é enorme e a criança parece muito pequena diante dele. Na outra, a professora é educada e trata a aluna negra com respeito. A primeira situação mostra a escola como a menina a vê, hoje, e a segunda, a escola em que ela gostaria de estudar.

Durante um mês, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação promoveram, com o apoio do ChildFund Brasil – Fundo para Crianças, do Projeto Quixote e da Organização dos Professores Indígenas Mura (Opim), oficinas de desenho com crianças e adolescentes de diferentes regiões do país para saber como é a escola em que eles gostariam de estudar.

Nos desenhos, eles mostraram com cor – ou com a ausência dela, como no caso do desenho abaixo – suas angústias, mas também seus sonhos.

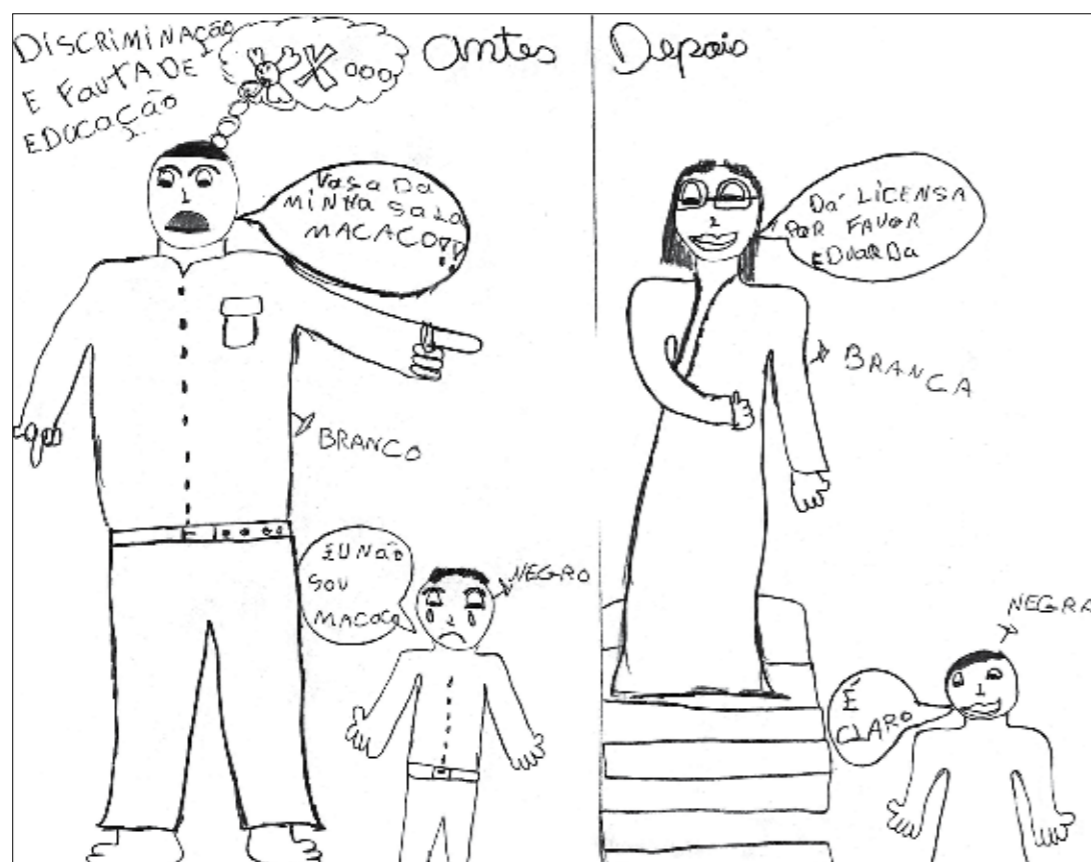
A publicação que você tem agora em mãos não pretende dar receitas ou fórmulas prontas de sucesso. Seu principal objetivo é apoiar o dirigente municipal de educação e os

gestores de outras áreas na construção dessa escola que as crianças e os adolescentes desejam. Uma escola que garanta a cada criança e a cada adolescente o direito de aprender.

Nas próximas páginas, além de conhecer os dados da exclusão escolar no Brasil, você vai poder refletir sobre a situação no seu município. Além de boas práticas, listamos um a um os aspectos mais gerais e as políticas que são importantes para que nenhum aluno da rede fique para trás ou fora da escola.

Do começo ao fim do livro, as ilustrações lembram a importância de ouvir – e levar em conta – as crianças e os adolescentes, tanto na elaboração de políticas quanto na execução delas.

O trabalho em rede é uma ferramenta fundamental no combate à exclusão escolar. Por isso, a elaboração dessa publicação também se deu dessa forma. Contamos durante sua produção com o apoio de diversos especialistas e organizações, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Também participaram, por meio das oficinas de desenho com as crianças e os adolescentes, a Opim, o Projeto Quixote e diversas organizações sociais parceiras do ChildFund Brasil – Fundo para Crianças. A todos o nosso muito obrigado.



Reprodução/Grupo das Crianças Carentes da Vila São Caetano – Instituto Giász/ChildFund Brasil – Fundo para Crianças

Sem discriminação racial e com muito respeito: essa é a escola dos sonhos de uma aluna de 12 anos



Reprodução/Grupo de Educação, Desenvolvimento e Apoio ao Menor (Gedam)/ChildFund Brasil – Fundo para Crianças

Amizade, respeito, amor e carinho: a base da escola-foguete de um estudante de 10 anos

A EXCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

Nas faixas etárias em que o atendimento escolar deve ser assegurado, um grupo significativo de crianças e adolescentes brasileiros ainda precisa superar os obstáculos da desigualdade para ter garantido o seu direito de aprender

O Brasil registrou importantes avanços na educação nos últimos 15 anos, o que levou à inclusão escolar de milhões de meninas e meninos de 4 a 17 anos de idade. No entanto, essa inclusão se deu de forma desigual. Enquanto na faixa etária de 6 a 14 anos, correspondente ao ensino fundamental, nível que é de responsabilidade dos dirigentes municipais, o país se encontra bem próximo da universalização, nos grupos de crianças de até 5 anos e de adolescentes de 15 a 17 anos falta muito para garantir o acesso de todos à escola.

Embora a legislação determine a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos de idade e defina as responsabilidades de cada esfera de governo – aos municípios cabe atuar nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil, aos estados, nos anos finais do ensino fundamental e médio, e à União prestar assistência técnica e financeira –, na prática há dificuldade em definir como essas diferentes instâncias devem colaborar entre si para garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes à escola.

Além disso, não basta entrar na escola. Ali, as crianças e os adolescentes precisam aprender, se desenvolver e concluir sua escolaridade na idade esperada. Com enorme contingente de crianças e adolescentes que estão na escola, mas com baixos resultados de aprendizagem, com altos índices de repetência e atraso escolar, o Brasil ainda tem pela frente um longo caminho para garantir o direito à educação de qualidade para todas as suas crianças e seus adolescentes.

De acordo com o Censo Demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 96,7% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade – faixa etária que corresponde ao ensino fundamental – frequentavam a escola naquele ano, o equivalente a aproximadamente 28,2 milhões de pessoas. Isso significa que 3,3% das crianças e dos adolescentes dessa faixa etária estavam fora da escola.

Em termos percentuais, esse número pode ser considerado pequeno. No entanto, corresponde a 966 mil meninos e meninas que não têm garantido o seu direito de apren-

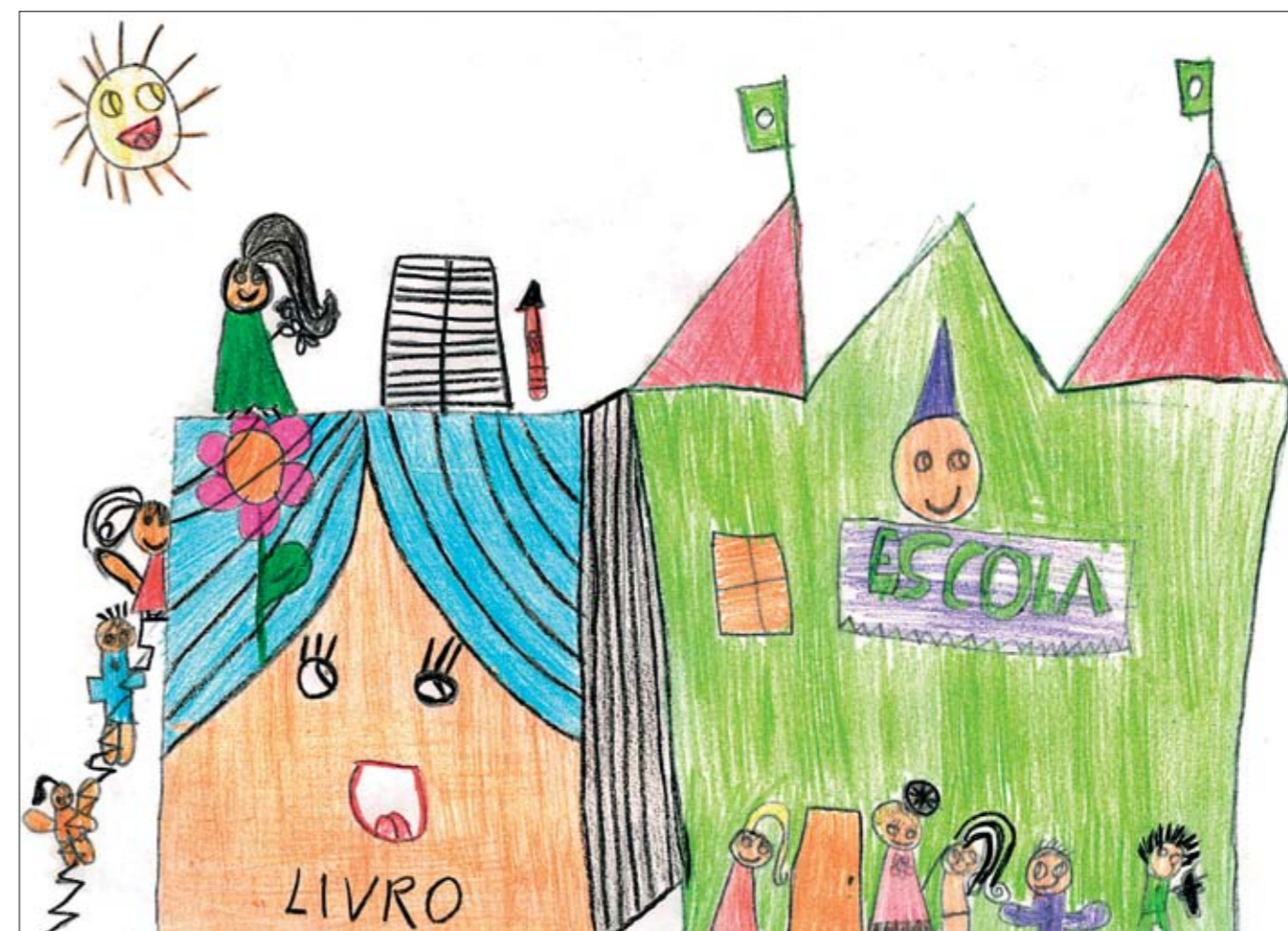
der. Segundo o Censo 2010, 1,3% nunca esteve matriculado em escola ou creche e 2% não estudavam, mas já tinham frequentado a escola em algum momento.

Um dos principais fatores de risco para a permanência das crianças na escola é o baixo desempenho escolar, que se traduz em repetência e, por consequência, em elevadas taxas de distorção idade-série. Segundo artigo publicado pelo Ipea em 2010, há uma estreita ligação entre a repetência e a evasão escolar, porque a dificuldade em progredir nos estudos acaba por fazer os alunos acreditarem que não têm futuro na escola (veja o item *Dificuldade na progressão dos estudos*, na página 12).

As crianças e os adolescentes mais atingidos pela exclusão escolar são os que moram no campo, os negros, os indígenas, os pobres, os sob risco de violência e exploração, e os com deficiência, o que indica que as desigualdades ainda existentes na sociedade brasileira impactam diretamente o sistema educacional do país.

Em termos de gênero, não há muita diferença. O percentual de meninas fora da escola na população de 6 a 14 anos de idade foi de 3,1%, ante 3,5% de meninos. Em relação à raça, enquanto aproximadamente 4,2% do total de crianças e adolescentes negros e 17% das crianças e dos adolescentes indígenas dessa faixa etária estão fora da escola, apenas 2,6% das crianças e dos adolescentes brancos se encontram na mesma situação. Já entre as crianças e os adolescentes de 6 a 14 anos de idade com deficiência, 4,9% não frequentavam a escola, segundo o Censo 2010 (veja *Gráfico 1*).

Crianças mergulham com alegria no mundo da cultura na escola dos sonhos de uma aluna de 6 anos



A disparidade também aparece quando se analisam as taxas de atendimento nas diferentes regiões geográficas do Brasil. A maioria das crianças e adolescentes excluídos da escola ainda está concentrada nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam os mais altos índices de pobreza e as menores taxas de escolaridade. Enquanto na Região Sul, 2,5% das crianças e dos adolescentes de 6 a 14 anos estão fora da escola, nas regiões Norte e Nordeste, os números ficam em 6,1% e 3,3%, respectivamente (veja Tabela 1).

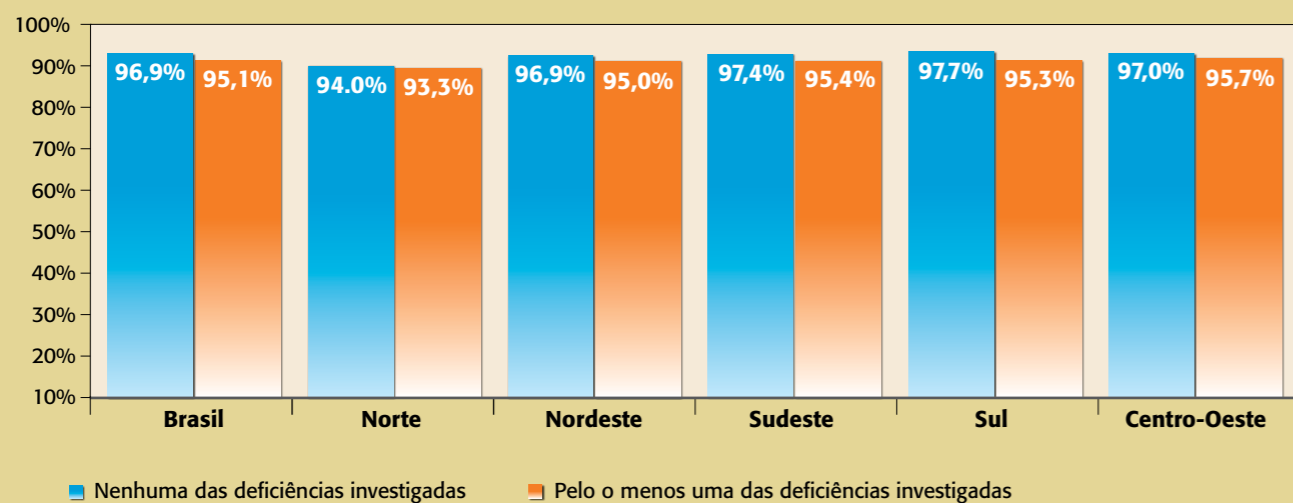
Embora a histórica diferença entre as taxas de escolarização das zonas urbana e rural tenha diminuído nos últimos dez anos, ainda permanece sendo significativa. Em 2000, a proporção de crianças e adolescentes fora da escola nas zonas rurais era de 13%, ante 5,1% nas zonas urbanas. Em 2010, os índices eram 5% e 2,9%, respectivamente (veja Tabela 1 na página ao lado e o quadro A desigualdade no campo na página 14).

A Região Norte, além de possuir o mais alto percentual do país de crianças e adolescentes que não frequentam a escola na faixa etária de 6 a 14 anos, tanto na área urbana como na rural, é a que tem a maior desigualdade entre esses índices – 4,1% e 10,6%, respectivamente. A Região Centro-Oeste vem em segundo lugar na diferença entre os resultados das áreas urbana (2,8%) e rural (5,9%). A Região Sul é a que menos apresenta diferenças entre as zonas urbana e rural.

Quando se analisam as classes de rendimento mensal domiciliar per capita, os dados do Censo 2010 mostram que os mais pobres são os mais atingidos pela exclusão. Das crianças e dos adolescentes de 6 a 14 anos de idade que residiam em domicílios sem rendimento ou com rendimento mensal domiciliar per capita inferior a um quarto do salário mínimo, 5,2% não frequentavam a escola. Com o aumento da renda, diminui a exclusão escolar. Nos domicílios com rendimento domiciliar per capita de um salário mínimo ou dois, o número de crianças e adolescentes fora da escola cai para 2%. Naqueles com renda acima de três salários mínimos, baixa ainda mais, para 1,6% (veja Gráfico 2).

O alto percentual de adolescentes fora da escola nas camadas mais pobres da população pode indicar que esse grupo sofre maior pressão para trabalhar e ajudar na renda da família e, com isso, acaba mais exposto ao risco de abandonar os estudos. Um indicador disso, se-

Gráfico 1 – Taxa de escolarização de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos por existência de pelo menos uma das deficiências investigadas¹, segundo a região (2010)



Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010. ¹ Foram pesquisadas as deficiências visual, auditiva e motora, com seus respectivos graus de severidade, e a deficiência mental.

gundo o IBGE, é a menor taxa de escolarização das pessoas de 10 anos de idade ou mais que trabalham – embora o trabalho seja proibido no Brasil antes dos 16 anos de idade.

Os resultados do Censo 2010 mostram que o percentual de crianças e adolescentes que não frequentavam a escola na faixa etária de 10 a 14 anos foi de 10,5% para aqueles que trabalhavam, ante 3,1% para aqueles que não tinham nenhuma ocupação.

Educação infantil: um dos grandes desafios dos municípios

Apesar de o Brasil estar bem próximo da universalização no ensino fundamental, os dados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE, revelam que há muito a fazer em relação às crianças de até 5 anos e aos adolescentes de 15 a 17 anos. Eles representam, hoje, o maior contingente fora da escola.

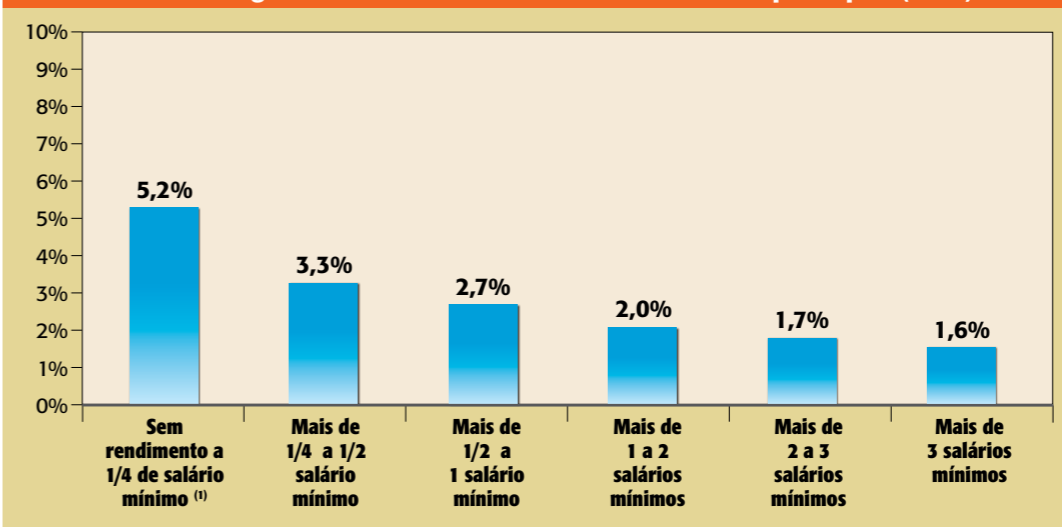
Apenas 23,5% das crianças de até 3 anos frequentam creches, segundo o Censo 2010. Embora tenha havido uma grande evolução em relação ao Censo 2000, quando esse índice era de 9,4%, o percentual é menos do que a metade do que o previsto no Plano Nacional de Educação de 2001 – de 50% em 2010.

Tabela 1 – Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos que não frequentam a escola, por sexo e localidade (2010)

	Total	Sexo		Situação do domicílio	
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural
6 a 14 anos					
BRASIL	3,3%	3,5%	3,1%	2,9%	5,0%
Norte	6,1%	6,4%	5,8%	4,1%	10,6%
Nordeste	3,3%	3,6%	3,0%	3,1%	3,9%
Sudeste	2,8%	3,0%	2,7%	2,8%	3,6%
Sul	2,5%	2,7%	2,4%	2,4%	2,9%
Centro-Oeste	3,2%	3,3%	3,0%	2,8%	5,9%

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010.

Gráfico 2 – Percentual de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos que não frequentam a escola, segundo as classes de rendimento domiciliar per capita (2010)



Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista(a), empregado(a) doméstico(a) ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a).
(1) Inclusive as pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita somente em benefício.

EDUCAÇÃO: PRIORIDADE Nº 1

O que as crianças fariam caso estivessem no lugar de prefeitos, presidentes e governadores de seu país para melhorar a sua vida e a de seus colegas? Um em cada dois meninos e meninas (50%) de países em desenvolvimento respondeu que investiria em educação. O dado é da terceira edição da pesquisa *Small Voices, Big Dreams* (Pequenas Vozes, Grandes Sonhos), realizada em 2012 pela organização internacional ChildFund Alliance com 6.200 crianças de 10 a 12 anos em 47 países ao redor do mundo, incluindo o Brasil.

Com base no resultado dessa pesquisa, UNICEF e Campanha Nacional pelo Direito à Educação perguntaram às meninas e aos meninos como seria a escola dos seus sonhos. Por meio de diversas oficinas de desenho, realizadas com o apoio de organizações como o ChildFund Brasil – Fundo para Crianças, que conduziu no país a pesquisa *Small Voices, Big Dreams*, o Projeto Quixote e a Organização dos Professores Indígenas Mura (Opim), crianças e adolescentes do campo, das aldeias e da cidade expressaram seus desejos e preocupações, como o combate ao racismo e à violência na escola e a necessidade de uma educação de qualidade.

O acesso à educação da faixa etária de 4 a 5 anos também evoluiu, apesar de ainda ser grande o número de crianças fora da escola. A taxa de escolarização nessa faixa etária foi de 80,1% em 2010 – ante 51,4% em 2000, de acordo com o Censo Demográfico. Os 19,9% que estão fora da escola correspondem a um contingente de 1,15 milhão de crianças, que deveriam estar matriculadas, como prevê a Lei nº 12.796, sancionada em 4 de abril de 2013, que ajustou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional à Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, ampliando a obrigatoriedade de matrícula para a faixa etária de 4 a 17 anos.

O prazo reduzido para que os governos municipais cumpram sua atribuição constitucional – até 2016 – gera preocupação. São necessários um apurado planejamento e os investimentos adequados para que essa faixa etária seja atendida em equipamentos bem estruturados, com profissionais qualificados e projeto pedagógico consistente.

Em 2006, quando a Lei nº 11.274 determinou que até 2010 fosse implementada a ampliação do ensino fundamental para nove anos, com o ingresso obrigatório das crianças aos 6 anos, em muitos municípios não houve a devida reestruturação das escolas para receber as crianças dessa idade no ensino fundamental.

Na faixa de 15 a 17 anos, os índices de exclusão são graves

Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, o índice dos que não frequentavam a escola em 2010 é de 16,7%, o que corresponde a 1,7 milhão de pessoas. Assim como em outras

faixas etárias, não foram registradas grandes diferenças de gênero. O número de homens fora da escola ficou em 16,8%, enquanto o de mulheres foi de 16,6%.

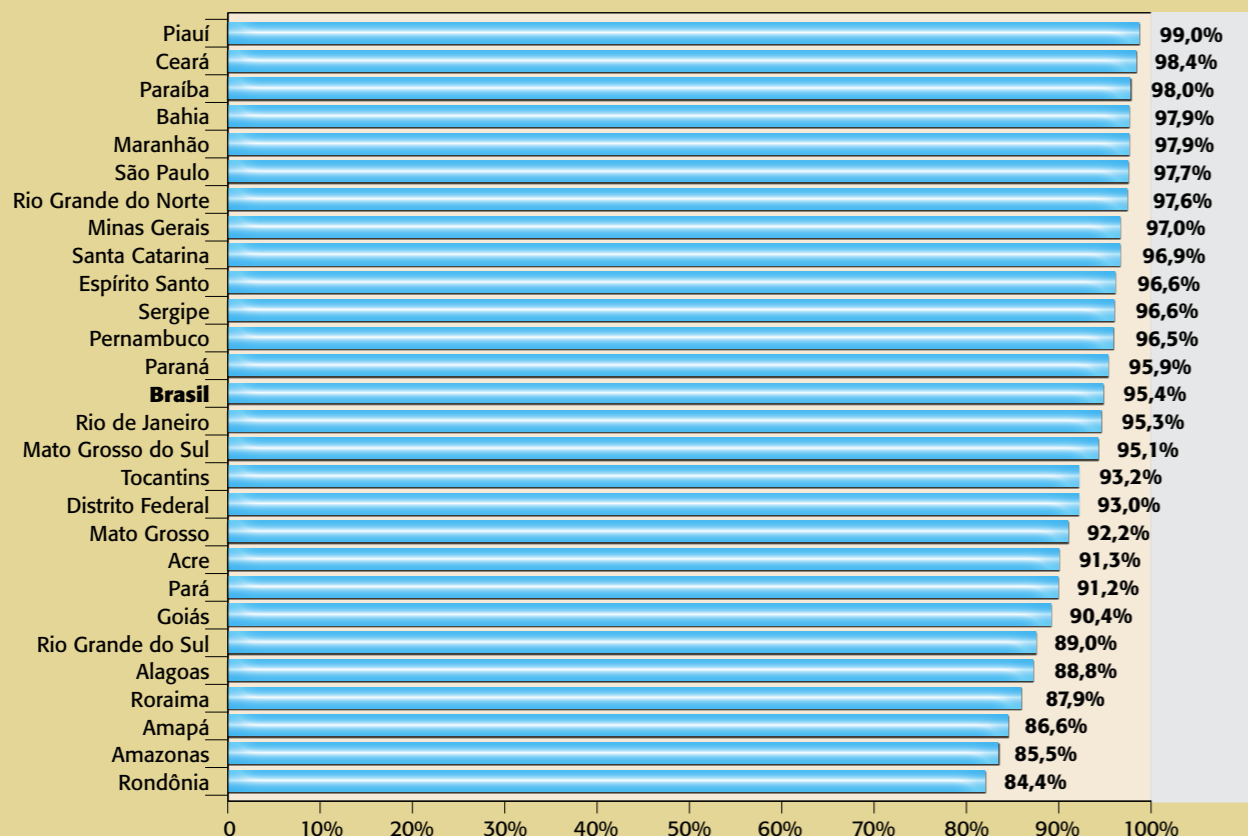
Em termos regionais, a Região Sudeste teve o menor índice nessa faixa etária, com 15,0%. As maiores taxas de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola estão nas regiões Norte e Sul, ambas com 18,7%. Entre os estados, o Acre apresentou a maior taxa de adolescentes que não frequentavam a escola, 22,2%, quase o dobro do percentual do Distrito Federal, que teve o menor índice do país, 11,6%.

Da mesma forma que na faixa dos 6 aos 14 anos de idade, as maiores disparidades são registradas quando se leva em consideração o local de domicílio. Enquanto o número de adolescentes de 15 a 17 anos que não frequentavam a escola na zona urbana é de 15,6%, na zona rural o índice chega a 21,7%.

Também aqui as diferenças entre os indicadores das cinco regiões do país são significativas. De acordo com o Censo 2010, o índice de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola nas áreas urbanas variou de 14,4% na Região Sudeste a 17,9%, na Região Sul. Nas outras regiões, o percentual permaneceu em torno de 16%. Já nas zonas rurais, o menor número de adolescentes fora da escola foi de 20%, na Região Nordeste, enquanto o maior foi de 25,8%, na Região Norte. De forma semelhante ao que acontece com os indicadores referentes às zonas urbanas, as outras três regiões apresentaram percentuais muito próximos, em torno de 22%.

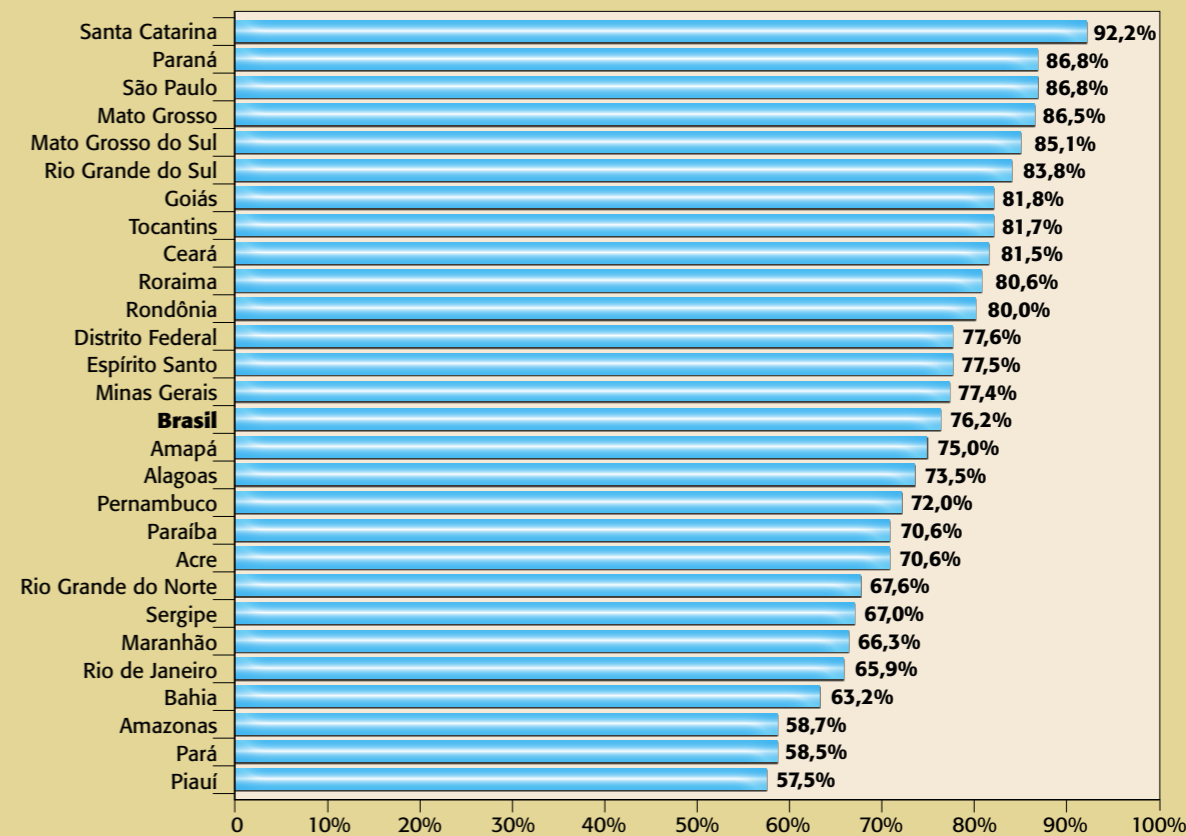
Também na faixa dos 15 aos 17 anos, o nível de renda é um fator de grande influência no acesso à escola. As taxas de escolarização aumentam de acordo com

Gráfico 3 – Taxa de frequência à escola de crianças com 6 anos de idade



Fonte: Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, com base em dados da Pnad (IBGE) 2011.

Gráfico 4 – Percentual de crianças com 12 anos de idade que concluíram os anos iniciais do ensino fundamental



Fonte: Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, com base em dados da Pnad (IBGE) 2011.

o rendimento mensal domiciliar per capita. A porcentagem de adolescentes que não frequentavam a escola foi de 21,1%, na classe sem rendimento a menos de um quarto do salário mínimo e baixou para 6,4% na de mais de três salários mínimos.

Entre os adolescentes de 15 a 17 anos que trabalham, 26% estão fora da escola, enquanto entre os que não trabalham o índice é de 14%. Esse comportamento se repete em todas as regiões do país. Os números indicam que a pressão para ajudar na renda familiar cresce proporcionalmente com a idade e também que o mercado de trabalho acaba sendo uma alternativa para os adolescentes com dificuldade em progredir nos estudos e que, por isso, abandonam a escola.

Dificuldade na progressão dos estudos

De acordo com o Censo 2010, dos 83,3% de adolescentes de 15 a 17 anos de idade na escola, apenas 47,3% estavam cursando o ensino médio – a etapa adequada para essa faixa etária. Isso significa que mais da metade desses adolescentes apresenta atraso escolar, ou seja, tem idade superior à recomendada para a série que frequenta. E esse é um dos principais fatores de risco para a permanência na escola.

O Censo 2010 também registrou uma grande taxa de abandono escolar precoce no país. A proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio e que não estavam estudando era de 36,5%. Embora 21,2% desses jovens tenham deixado a escola após ingressar no ensino médio, 52,9% deles abandonam os estudos sem nem mesmo completar o ensino fundamental.

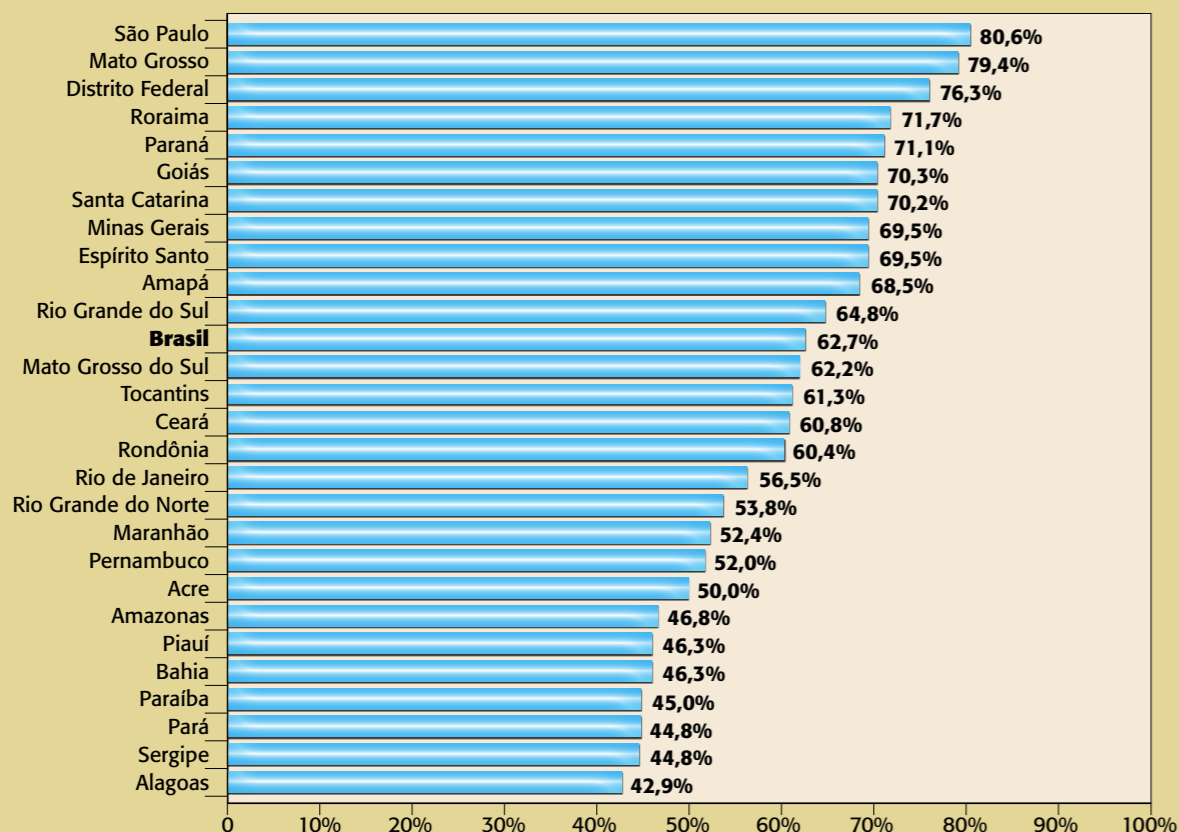
Uma análise realizada pela Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, com base em dados da Pnad (IBGE) 2011, mostra que o abandono escolar é um sério problema em todos os estados brasileiros e que se agrava conforme aumenta a faixa etária e o nível de ensino.

Entre as crianças na faixa dos 6 anos de idade, a taxa de frequência à escola no ensino fundamental varia de 84,4%, em Rondônia, a 99%, no Piauí. Como a matrícula das crianças de 6 anos no ensino fundamental é obrigatória desde 2010, os índices mostram que tem sido feito um esforço para ampliar o acesso desse grupo da população à escola (veja Gráfico 3, na página 10).

No entanto, quando se analisa o percentual de crianças com 12 anos que concluíram os anos iniciais do ensino fundamental – o que é o esperado para essa faixa etária –, percebe-se uma queda significativa. Os índices variam de 57,5%, no Piauí, a 92,2%, em Santa Catarina. No estado que tinha o maior número de matrículas de crianças de 6 anos, o Piauí, por exemplo, quase metade dos meninos e meninas de 12 anos não termina os estudos na idade adequada (veja Gráfico 4 na página 11).

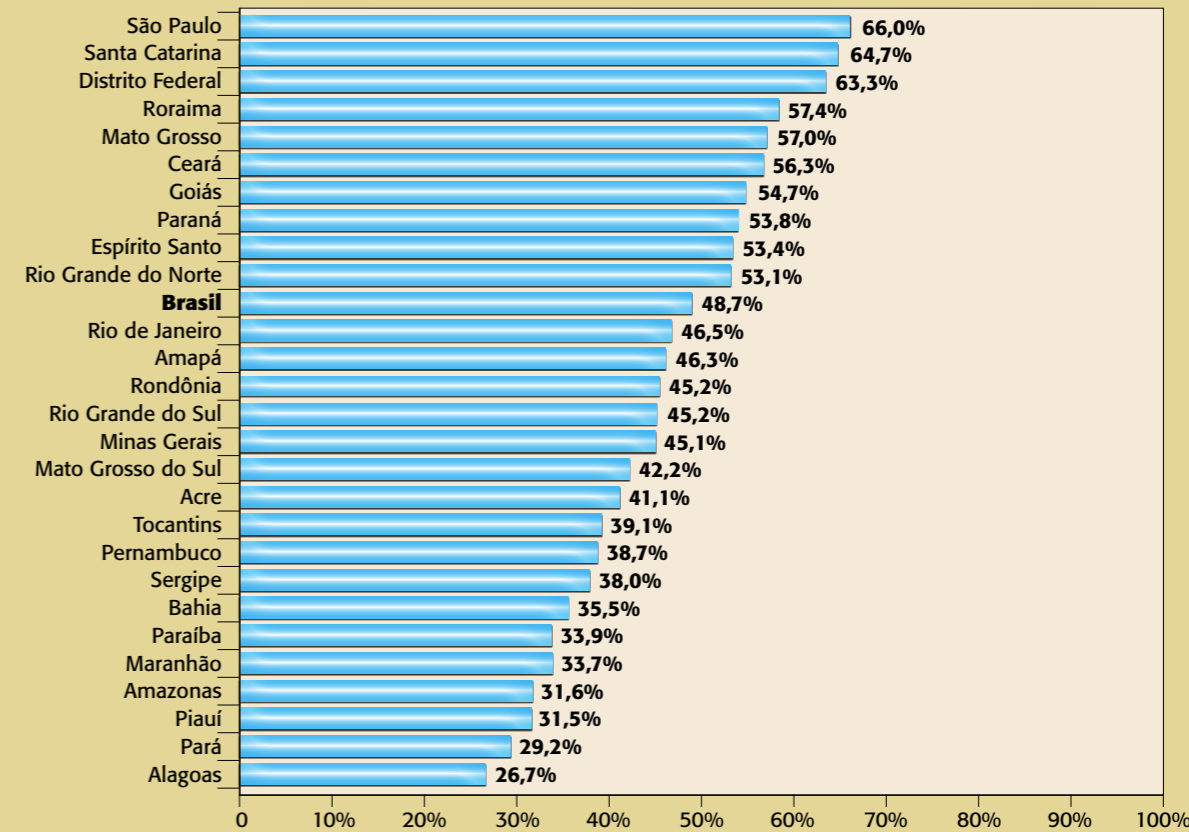
E a situação piora mais quando se verifica o percentual de adolescentes com 16 anos que concluíram o ensino fundamental. Os índices vão de 42,9%, em Alagoas, a 80,6%, em São Paulo. Ou seja, quando esses estudantes deveriam estar terminando o ensino médio, o nível de ensino adequado para sua faixa etária, a maioria nem sequer conseguiu concluir a etapa anterior dos estudos (veja Gráfico 5 na página 12).

Gráfico 5 – Percentual de adolescentes com 16 anos de idade que concluíram o ensino fundamental



Fonte: Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, com base em dados da Pnad (IBGE) 2011.

Gráfico 6 – Percentual de jovens com 19 anos de idade que concluíram o ensino médio



Fonte: Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, com base em dados da Pnad (IBGE) 2011.

Entre os adolescentes com 19 anos de idade que concluíram o ensino médio, os números são ainda menores. Os índices variam de 26,7%, em Alagoas, a 66%, no estado de São Paulo. No Piauí, o estado que tinha o maior número de matrículas entre as crianças de 6 anos, menos de um terço dos adolescentes de 19 anos (31,5%) concluiu o ensino médio. Em todo o Brasil, aproximadamente 50% dos jovens dessa faixa etária, que deveriam estar cursando ou se preparando para ingressar no nível superior, não terminaram o ensino médio (veja Gráfico 6 na página 13).

Esses gráficos revelam uma realidade alarmante: no decorrer das etapas da educação básica, por motivos diversos, uma grande parte dos estudantes brasilei-

ros não consegue avançar nos estudos e vai ficando para trás, convivendo com a repetência e o atraso escolar ou, muitas vezes, abandonando a escola.

Diversas políticas e programas têm sido desenvolvidos nos últimos 15 anos por diferentes esferas do poder público para superar as barreiras que ainda impedem o pleno acesso de todas as crianças e de todos os adolescentes brasileiros à escola e a oferta de uma educação de qualidade, que garanta a conclusão dos estudos no tempo correto e o efetivo aprendizado. Alguns investem em questões como a qualidade do ensino e o financiamento, enquanto outras procuram combater as causas que impedem a frequência à escola, como a pobreza e o trabalho infantil (veja o Capítulo 5).

A DESIGUALDADE NO CAMPO

As crianças e os adolescentes brasileiros que vivem nas zonas rurais do país são os mais atingidos pelas desigualdades que afetam a educação, como mostram os dados do Censo Demográfico 2010. Além de deter as menores taxas de escolarização em todas as faixas etárias, a população do campo, que inclui os grupos quilombolas e indígenas¹, apresenta os maiores índices de analfabetismo e os mais baixos níveis de instrução do país.

São vários os fatores que contribuem para essa situação. Um dos principais é a falta de escolas para atender a todas as crianças e adolescentes das áreas rurais. De acordo com o estudo *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2012, nos últimos anos registrou-se um processo acelerado de fechamento de escolas no campo. Só entre 2009 e 2010, 3.630 escolas rurais foram fechadas em todo o Brasil. No período de 2002 a 2010, o meio rural perdeu 27.709 escolas.

¹ 63,8% dos indígenas vivem nas áreas rurais, ante 15,6% do total da população, segundo o Censo 2010.

Em termos percentuais, as escolas do campo representavam 50,2% de todas as escolas de educação básica do país, em 2002; em 2010, ficaram em 39,7%. A maior parte das escolas fechadas nesse período estava na Região Nordeste: 55,4% do total, o que corresponde a 15.358 estabelecimentos. Esse dado é preocupante porque a região tem a maior população rural do Brasil e apresenta alguns dos piores indicadores educacionais do país.

De acordo com o estudo do Ipea, a redução do número de escolas no campo é, de certa forma, um processo esperado, já que a população rural do Brasil tem diminuído nos últimos anos. Os dados do Censo Demográfico mostram que, de 2000 a 2010, a redução foi de aproximadamente 6%. No entanto, o ritmo do fechamento de escolas do campo tem sido maior do que o da diminuição no número de alunos matriculados na educação básica que residem no campo (veja tabela abaixo). “Isso tem acontecido desde a década de 90, principalmente pelas políticas de nucleação”, afirma o pedagogo Alessandro Mariano, especialista em educação no campo pela Universidade Federal de Santa Ca-

tarina, membro do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo ele, essas políticas resultaram numa superlotação das escolas da cidade e numa precarização da qualidade do ensino. “O acesso ficou mais difícil e o transporte é feito, em geral, em condições bem ruins”, diz ele. “No Paraná, apenas 20 das 300 comunidades de assentamentos rurais têm escolas de ensino médio. Para estudar, a maioria dos adolescentes precisa se deslocar para a cidade”, exemplifica. “O funil vai sendo reproduzido”, lamenta o especialista.

Outro problema enfrentado pelos alunos que vivem no campo é a dificuldade de acesso às escolas, que tem se agravado com a diminuição do número de estabelecimentos rurais. Segundo a análise do Ipea, feita com base em dados do Censo Escolar 2010, aproximadamente 2,7 milhões de crianças e adolescentes se deslocam diariamente do campo até as cidades para estudar — em 2008, eram 2,5 milhões. Muitos acabam se mudando para as áreas urbanas a fim de concluir os estudos. As baixas taxas de frequência à escola na zona rural, em especial nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, são reflexo da falta de opção daqueles que não podem ou não querem sair do campo para estudar.

Além de haver cada vez menos escolas no campo, as que existem apresentam condições precárias de infraestrutura. Em 2010, segundo o estudo do Ipea, 16,5% das escolas do campo não possuíam energia elétrica, 14,8% não tinham cozinha para preparar a

merenda escolar, 14,1% não apresentavam esgoto sanitário e 11% não ofereciam banheiros aos alunos. Em relação a recursos pedagógicos, a situação era ainda mais precária: 99% não contavam com laboratório de ciências, 92,4% não tinham quadra de esportes e 89,3% não possuíam biblioteca.

Considerando esses indicadores, para melhorar a educação no campo, segundo a análise do Ipea, é preciso conter o processo de fechamento de escolas e ampliar a oferta de vagas, em especial nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, além de melhorar a infraestrutura dos estabelecimentos, a formação dos professores e os materiais didáticos, fortalecendo as políticas públicas educacionais voltadas à realidade rural.



Educação contextualizada: a natureza é destaque no desenho de uma criança do 1º ano da Escola Indígena Trincadeira

Evolução da educação do campo (2008-2010)

	2008	2009	2010	Varição(%)
Total de escolas do campo	86.868	83.353	79.723	-8,23
Matrículas em escolas do campo	6.450.541	6.315.074	6.091.790	-5,56
Alunos residentes no meio rural	8.968.800	8.944.731	8.768.775	-2,23

Fonte: Censo Escolar (Inep, [s.d.]). Elaboração: Ipea/Disoc.

COMO ANDA A EDUCAÇÃO EM SEU MUNICÍPIO?

Para ajudar a responder a essa pergunta, selecionamos algumas questões do Plano de Ações Articuladas (PAR) e de outros documentos¹ para que você e sua equipe avaliem o que vem sendo feito para combater a exclusão escolar

“O planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes.” A frase é do austríaco Peter Drucker (1909-2005) e aparece com destaque na publicação *Instrumento Diagnóstico – PAR Municipal 2011-2014*, do Ministério da Educação.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) permite um planejamento plurianual da educação do município em quatro dimensões:

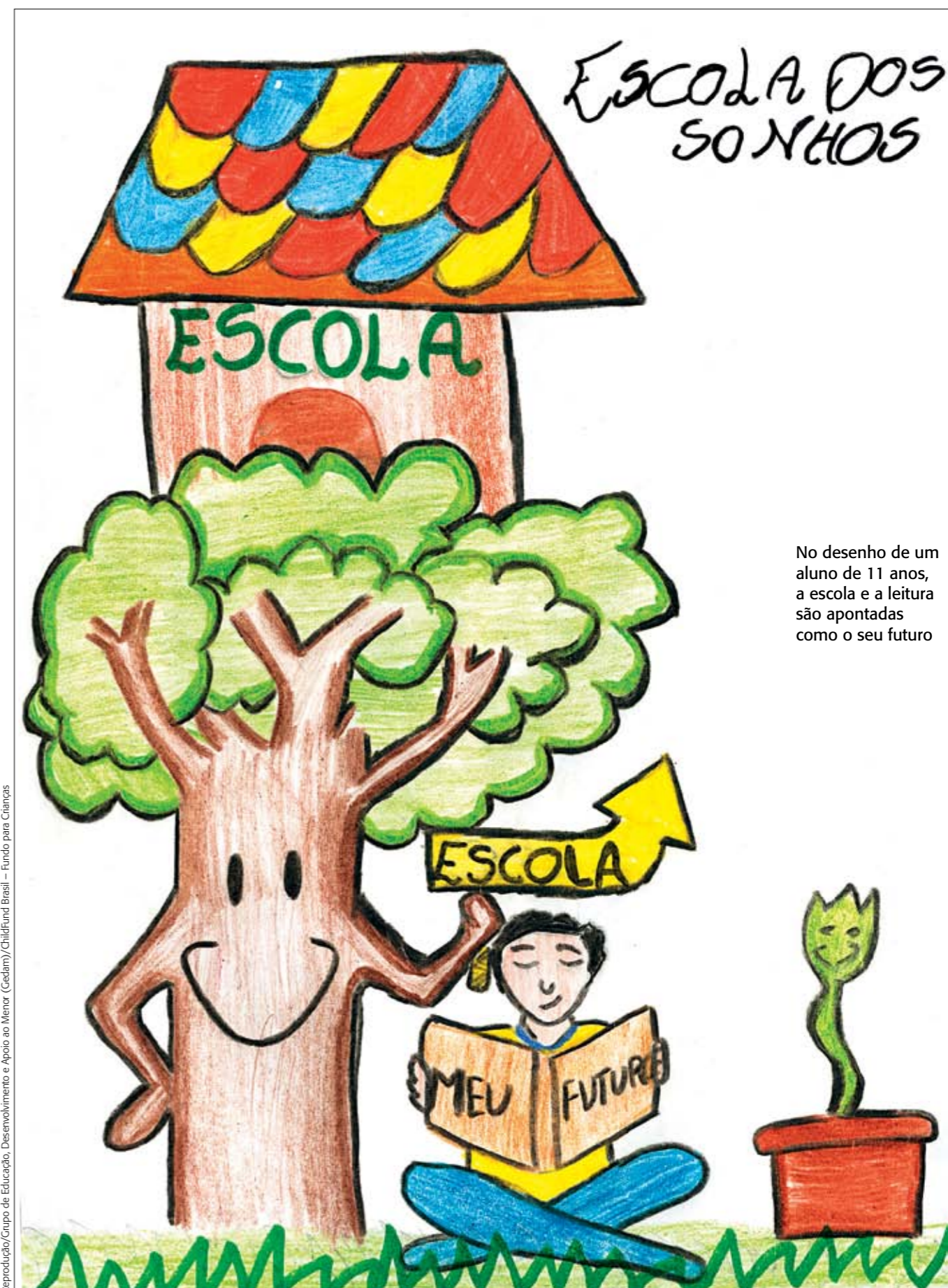
- 1 **Gestão educacional**
- 2 **Formação de professores e de profissionais de serviço e apoio**
- 3 **Práticas pedagógicas e avaliação**
- 4 **Infraestrutura física e recursos pedagógicos.**

Desde 2007, ano do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o apoio (suporte técnico ou financeiro) do MEC a municípios, estados e Distrito Federal está condicionado à elaboração do PAR.

Nesse capítulo, selecionamos questões relacionadas a alguns dos 82 indicadores – pontuados no PAR segundo a situação do município – para que você e sua equipe reflitam sobre o que vem sendo feito para combater a exclusão escolar e o que ainda é preciso fazer para mudar essa situação. A intenção é que essa atividade possa ajudá-lo(a) na identificação dos desafios da sua rede e na construção de ações, metas e objetivos, garantindo a cada criança e adolescente o direito de aprender.

Para facilitar tanto o diagnóstico quanto a ação, o questionário foi dividido em quatro dimensões, as mesmas do PAR. Ao longo do texto, você também encontra informações importantes sobre o tema (*veja em cada tópico Você sabia que...*) e ao final de cada uma das dimensões há sugestões de links úteis na internet para você consultar.

¹ Documentos como o novo Plano Nacional de Educação, além de materiais da Semana de Ação Mundial 2012 e 2013 e dos Indicadores da Qualidade na Educação, também deram subsídios para a formulação de diversas questões.



No desenho de um aluno de 11 anos, a escola e a leitura são apontadas como o seu futuro

DIMENSÃO 1 - GESTÃO EDUCACIONAL

Plano Municipal de Educação (PME)

- Seu município já elaborou o PME?
- Em caso negativo, existe alguma previsão de elaboração?
- Em caso positivo, o PME leva em conta ações para identificar e atrair para a rede crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de exclusão?
- Existe alguma forma de acompanhamento e avaliação das metas do PME?



Você sabia que...

- Cada município deve ter o seu PME. O texto do projeto de lei que cria o novo Plano Nacional de Educação, ainda em tramitação, determina que os planos municipais de educação sejam elaborados, implementados e avaliados com participação da sociedade civil.
- O PME é um instrumento norteador das políticas nos municípios e é muito importante porque, ao ser aprovado na forma de lei, estabelece metas e diretrizes a ser cumpridas pelo poder público por um período de dez anos, independentemente de pessoas ou partidos que ocupem os cargos. “Para ter valor legal, é necessário que seja aprovado pela Câmara Municipal e que a lei seja sancionada pelo(a) prefeito(a)”, alerta a publicação *Agenda dos Cem Primeiros Dias – Orientações ao Dirigente Municipal de Educação* (Undime, 2012).
- Em 2006, apenas 1.830 municípios tinham um PME, de acordo com o Ministério da Educação. Atualmente, segundo a mais recente Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios (Munic), de 2011, 3.384 municípios têm um PME.
- Segundo a publicação *Orientações ao Dirigente Municipal de Educação – Fundamentos, Políticas e Práticas* (Undime, 2012), mesmo que o município não tenha instituído o Sistema Municipal de Ensino ou o Conselho Municipal de Educação, o dirigente deve providenciar a elaboração do PME.

Gestão democrática

- O Conselho de Educação de seu município já foi criado e está funcionando?
- Há conselhos escolares atuantes no município? Quantos?
- Há participação dos alunos na definição dos objetivos, do material, das situações, dos métodos e do próprio planejamento das atividades desenvolvidas na escola? De que forma essa participação acontece?
- Há grêmios escolares ou outras organizações de estudantes nas escolas? Quais são as políticas municipais para incentivar a participação dos alunos?
- As escolas da rede possuem seu projeto político-pedagógico, conforme determi-

na a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996? Ele foi elaborado ou revisto com a participação de toda a comunidade escolar?

- Os professores e o conselho escolar participam de sua elaboração?
- Quais os critérios usados para a escolha do diretor escolar?
- O Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – ou a Câmara de Financiamento do Conselho Municipal de Educação – é representado por todos os segmentos, conforme previsto na Lei nº 11.494/07, existe um regimento interno e as reuniões são regulares?
- O Conselho de Alimentação Escolar é representado por todos os segmentos, existe um regimento interno e as reuniões são regulares?
- O comitê local do Compromisso Todos pela Educação existe – ou seu papel foi atribuído ao Conselho Municipal de Educação –, possui um regimento interno e suas reuniões são regulares?²
- Há uma articulação permanente entre a Secretaria de Educação e as instituições formadoras dos professores da rede de ensino visando à integração entre a formação do docente e sua prática pedagógica na escola tanto no que refere à formação inicial quanto à continuada?



Você sabia que...

- Uma das atribuições dos Conselhos Municipais de Educação é participar da elaboração do PME com críticas e sugestões.
- Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios (Munic), de 2011, 84,8% dos municípios declararam possuir Conselho Municipal de Educação. Em 2006, o percentual era de 68%.
- O conselho precisa ser criado por lei municipal que vai definir sua composição básica, o número de membros efetivos e substitutos e os mandatos.
- Os Conselhos Municipais de Educação reúnem representantes da comunidade escolar e da sociedade civil. E não são os únicos a atuar nessa área. Há nos municípios Conselhos do Fundeb e de Alimentação Escolar, que têm como função acompanhar e controlar o uso dos recursos do Fundeb e da merenda escolar, respectivamente.
- Para que o Conselho funcione, efetivamente, é preciso que suas atribuições e regras de funcionamento sejam claras, bem como os conselheiros têm de ser devidamente informados sobre as decisões a tomar.
- Promover a gestão participativa na rede de ensino é uma das diretrizes do PDE. E, segundo a publicação *Orientações ao Dirigente Municipal de Educação – Fundamentos, Políticas e Práticas* (Undime, 2012), as conhecidas perguntas: “Quem participa?”, “Como participa?”, “Qual a importância das decisões tomadas?” devem estar presentes nas agendas de discussão da gestão na escola e nos espaços de definição da política educacional.

PAPEL IMPORTANTE

Nos municípios pesquisados pelo estudo *Caminhos do Direito de Aprender*, publicado em 2010 pelo UNICEF, pelo MEC, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o PAR teve papel importante na melhoria da qualidade da educação.

Segundo os entrevistados, o Plano ajudou no despertar das redes para a identificação de problemas, na definição de prioridades e no planejamento de políticas públicas para a educação.

² Veja mais informações sobre o Compromisso no link: sceweb.mec.gov.br/termo/action/livreto.pdf e sobre a organização de um comitê local no link: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14720&Itemid=1051.

- O Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) começou, em 2009, a oferecer cursos a distância, para que um número maior de conselheiros municipais de educação possa ter acesso à formação continuada. De 2009 a 2012, 6.876 conselheiros já participaram da formação a distância.

Valorização do professor e dos outros profissionais de educação

- Existe plano de carreira para os professores do município? Ele obedece às orientações das Diretrizes Nacionais para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração (Resolução nº 2/2009 do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro da Educação em 28/5/2009)? Ele estabelece regras claras para ingresso na carreira, avaliação de desempenho e critérios de evolução profissional?
- Existe um plano de carreira para os profissionais de serviços e apoio escolar?
- O plano de carreira cumpre as previsões da Lei Nacional do Piso do Magistério (Lei nº 11.738/08)? O município garante aos professores que um terço de sua carga horária seja destinada a atividades fora da sala de aula, como planejamento, reuniões pedagógicas e com a comunidade, estudo e correção de provas e trabalhos?



Você sabia que...

- É importante garantir planos de carreira, conforme determina a Lei nº 11.738/08, promulgada em 2008.
- Segundo o relatório *Todas as Crianças na Escola em 2015* (UNICEF e Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2012), a valorização do profissional de educação é condição indispensável para a garantia da qualidade da educação.
- A Meta 18 do Plano Nacional de Educação propõe assegurar, no prazo de dois anos a partir da aprovação da lei, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino (PLC 103/2012, em tramitação no Senado, advindo do PL 8035/2010, da Câmara).
- Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), sete estados brasileiros não respeitam a Lei nº 11.738/08. Outros 14 estados não cumprem integralmente a lei.

Organização da rede

- Todas as escolas da rede possuem coordenadores ou supervisores pedagógicos que atendem a todas as etapas orientando e auxiliando os professores no desenvolvimento de conteúdos e metodologias?
- Todas as escolas da rede apresentam uma relação matrícula/professor adequada, resultante de um planejamento que visa evitar número excessivo de alunos por turma, com sobrecarga de trabalho para o professor e prejuízo ao aprendizado dos alunos?

- Existem regras claras e definidas para o estágio probatório de professores e demais profissionais da educação?
- Essas regras são de conhecimento de todos?
- Os servidores têm acesso a relatórios e avaliações de desempenho?
- As avaliações consideram aspectos relacionados à assiduidade, ao trabalho coletivo, às condições objetivas do trabalho individual, à pontualidade e à participação dos profissionais na elaboração e na execução do projeto pedagógico?



Você sabia que...

- O texto do Plano Nacional de Educação em tramitação determina aprovar e implementar planos de carreira, nos estados e nos municípios, que garantam jornada integral e dedicação exclusiva a uma só escola, com ao menos um terço do tempo destinado a atividades extraclasse.
- Segundo o Parecer nº 8/2010, do Conselho Nacional de Educação, a definição de uma relação adequada entre o número de alunos por turma e professor, que permita uma aprendizagem de qualidade, é: creche (até 13 crianças), pré-escola (até 22), ensino fundamental, anos iniciais (até 24 alunos), ensino fundamental, anos finais (até 30 alunos), ensino médio (até 30 alunos). Os cálculos foram baseados no estudo Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Foco no aprendizado de todos – e de cada um

- A equipe do município conhece os dados sobre alfabetização de crianças, distorção idade-série e exclusão escolar?
- Esses dados são utilizados em seu planejamento e em suas decisões sobre ações?
- Existem procedimentos regulares de interação entre a escola, a família e a rede de proteção social do município nos casos de problemas de frequência escolar ou do descumprimento da frequência escolar mensal dos alunos beneficiários de programas como o Bolsa Família?
- Há professor destacado para o atendimento educacional especializado a alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular?
- O município monitora a matrícula de crianças e adolescentes que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou de programas similares?
- Com base nesse acompanhamento, são desenvolvidas ações intersetoriais de identificação e eliminação das barreiras que restringem a participação e o desenvolvimento de alunos com deficiência?
- Existem ações que visem à permanência desses alunos nas escolas? Quais são essas ações e quem são os responsáveis por sua implementação?
- Existem na Secretaria Municipal de Educação (SME) mecanismos diferenciados de acompanhamento da frequência dos alunos? São realizadas análises desses dados na avaliação de desempenho dos estudantes?

Sete estados brasileiros não respeitam a Lei Nacional do Piso do Magistério, promulgada em 2008. Outros 14 estados não cumprem integralmente a lei

- O município divulga os resultados das avaliações oficiais do MEC? De que forma esses dados são utilizados para a reorganização das ações pedagógicas e o planejamento de novas metas? A sociedade colabora com a análise do desempenho da educação local? O município estimula essa discussão?
- Existem parcerias entre a escola e a comunidade para a execução de projetos que colaborem para o bom desempenho escolar?



Você sabia que...

- Segundo a mais recente Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios (Munic), de 2011, todas as cidades com mais de 100 mil habitantes têm programas de inclusão educacional.
- Em 2011, as iniciativas de educação inclusiva atingiam 93,7% dos municípios. O menor percentual ocorria nas cidades com até 5 mil habitantes (88,5%).
- Ainda segundo a pesquisa, a educação inclusiva está em 58,2% dos planos municipais de educação.
- Estabelecer como foco a aprendizagem apontando resultados concretos a atingir é a primeira diretriz do PDE.

LINKS ÚTEIS

- Em www.undime.org.br*, há publicações de apoio aos novos secretários, como *Orientações ao Dirigente Municipal de Educação – Fundamentos, Políticas e Práticas*, boletins e notícias relacionados à educação. Também traz informações do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), que, além de cursos a distância, oferece palestras e oficinas. O programa foi criado com o objetivo de fortalecer e apoiar o dirigente na gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais.
- O site da ONG Ação Educativa também traz a versão eletrônica dos Indicadores da Qualidade na Educação (ensino fundamental, educação infantil e de relações raciais na escola), um instrumento para ajudar as comunidades escolares a se mobilizar em torno de ações para melhorar a escola. As publicações estão disponíveis no site www.acaoeducativa.org.br.
- O portal e a coleção De Olho nos Planos (www.deolhonosplanos.org.br), da Ação Educativa e

parceiros, como UNICEF e Campanha Nacional pelo Direito à Educação, têm documentos de referência e materiais sobre processos participativos na elaboração dos planos de educação de estados e municípios.

- Na página <http://semanaacaomundial2013.wordpress.com/> você encontra subsídios e dados, análises e materiais sobre a valorização dos profissionais da educação, além das principais reivindicações e propostas sobre o tema. O site foi criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação para a Semana de Ação Mundial 2013 (SAM), que traz como tema “Nem herói, nem culpado. Professor tem de ser valorizado”.
- No site do MEC, você encontra informações, além de diversas publicações, do Pró-Conselho. Acesse o material do programa em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=251:pro-conselho-apresentacao&catid=158:pro-conselho&Itemid=470.

DIMENSÃO 2 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DE OUTROS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Aspectos gerais

- Há uma articulação permanente entre a Secretaria de Educação e as instituições formadoras dos professores da rede de ensino visando à integração entre a formação do docente e sua prática pedagógica na escola tanto no que refere à formação inicial quanto à continuada?
- Os servidores da SME possuem formação adequada ao exercício de suas funções?
- Os servidores da SME participam de programas de formação continuada?

Educação infantil

- De que forma é feita a seleção dos profissionais que atuam nas creches e nas pré-escolas públicas?
- Os professores possuem formação inicial/habilitação adequada para atuar nas creches e nas pré-escolas?
- Como o município acompanha a seleção dos professores e o desenvolvimento das atividades pedagógicas nas creches e nas pré-escolas conveniadas?
- O município oferece formação continuada aos professores que atuam na educação infantil, seja nas unidades diretas ou nas conveniadas?
- Como o município acompanha a seleção de professores, a formação continuada desses profissionais e o desenvolvimento das atividades pedagógicas nas escolas de educação infantil conveniadas?



Você sabia que...

- A educação infantil tem um grande impacto sobre o desempenho escolar das crianças ao longo de sua vida. A importância dessa etapa da educação é consenso nas pesquisas nacionais e internacionais, segundo o estudo *Fatores Associados ao Sucesso Escolar: Levantamento, Classificação e Análise dos Estudos Realizados no Brasil*, da Fundação Itaú Social (2009).
- Um quarto das redes pesquisadas para o estudo *Caminhos do Direito de Aprender* (UNICEF, MEC, Inep e Undime, 2010) apontou a atenção à educação infantil como desafio.
- Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil permitiram que os municípios organizassem diversas ações: da avaliação externa à formação de professores e técnicos. Segundo pesquisa de monitoramento do uso dos indicadores (2013), a ferramenta foi usada na avaliação, no planejamento e na formação dos diferentes públicos. A pesquisa envolveu 2.471 Secretarias Municipais de Educação, 7.272 profissionais de estabelecimentos educacionais, além de 346 profissionais de diversas instituições, como Conselhos de Educação e Fóruns de Educação Infantil.

A educação infantil tem um grande impacto sobre o desempenho escolar das crianças ao longo de sua vida

Ensino fundamental

- Qual é a formação dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental?
- Atualmente, é exigida a formação mínima para contratação de professores (concursados ou temporários)?
- São utilizadas práticas pedagógicas diferenciadas nessa etapa de ensino?
- Analisando os dados dos últimos anos, pode ser estabelecida alguma relação entre a formação dos professores das escolas e os resultados de aprendizagem?
- Qual é a formação dos professores dos anos finais do ensino fundamental regular da rede?
- Atualmente, é exigida a habilitação na área de atuação para contratação de professores (concursados ou temporários)?
- São utilizadas práticas pedagógicas diferenciadas nos anos finais do ensino fundamental?
- Há plano de formação continuada para professores dos anos iniciais do ensino fundamental?
- Há plano de formação continuada para professores dos anos finais do ensino fundamental?



Você sabia que...

- A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (instituída pelos decretos nº 6.755, de 2009, e nº 7.415, de 2010) determina a criação de fóruns estaduais permanentes de apoio à formação docente em cada estado, com a responsabilidade de elaborar o Plano Estratégico da Formação e criar as condições (administrativas, financeiras e pedagógicas) para o pleno desenvolvimento dos programas de formação. Tudo isso tem de contar com a participação do município.

A escola aparece em destaque no desenho de uma criança da etnia Mura do ensino fundamental da Escola Indígena Trincheira



- A formação continuada foi citada como fator relevante para os bons índices de aprendizagem em 35 dos 37 municípios analisados pela pesquisa *Redes de Aprendizagem* (UNICEF, MEC, Inep e Undime, 2008). Já a formação inicial foi citada em 29 dos 37 municípios analisados.
- As Diretrizes Nacionais para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração definem que o ingresso na carreira do magistério público deve se dar por concurso público e que a formação continuada deve ser garantida pelo sistema de ensino, com programas permanentes e regulares de formação e aperfeiçoamento profissional, com licença remunerada. Portanto, a formação não é de responsabilidade individual do professor: é também dever do poder público.

Inclusão

- O município possui alunos com deficiência matriculados no ensino regular?
- Como os professores foram preparados para receber esses estudantes?
- Os professores receberam alguma formação sobre metodologias de ensino inclusivas?
- Os professores e as escolas contam com materiais didáticos e paradidáticos específicos para a ação pedagógica com os alunos com deficiência?
- Há um plano de formação para professores que atuam na educação básica visando ao desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas na classe comum, em todas as etapas e modalidades?
- As escolas da rede possuem gestores, equipe pedagógica e profissionais de serviços e apoio escolar que tenham formação específica para trabalhar com a educação inclusiva?
- O município implementa algum programa de formação do governo federal ou oferece programa próprio sobre educação inclusiva?



Você sabia que...

- A educação voltada à inclusão de crianças com deficiência foi apontada como um dos desafios que devem ser superados em boa parte dos 26 municípios visitados pela pesquisa *Caminhos do Direito de Aprender* (UNICEF, MEC, Inep e Undime, 2010). Uma das principais preocupações, segundo o estudo, foi com a formação de professores especializados, preparados para lidar com a Língua Brasileira de Sinais (Libra) e o sistema Braille.
- Dos alunos com deficiência matriculados no ensino regular, 75% estão no ensino fundamental e apenas 4% estão no ensino médio, segundo o Censo Escolar 2010, o que mostra a dificuldade de progressão nos estudos.

Educação do campo, quilombola e indígena

- Os professores que atuam nas escolas do campo têm formação inicial adequada à sua área e etapa de atuação?

A educação voltada à inclusão de crianças com deficiência foi apontada como um dos desafios que devem ser superados em boa parte dos 26 municípios visitados pela pesquisa *Caminhos do Direito de Aprender*

Apenas sete em cada dez escolas públicas de ensino fundamental estão adotando ações voltadas ao cumprimento da legislação, que tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira e indígena

- Os professores que atuam nas escolas do campo fizeram alguma formação continuada voltada para a prática pedagógica nessa modalidade de ensino?
- O município implementa alguma ação do governo federal ou oferece programa próprio que atenda aos professores que atuam nas escolas do campo?
- Existem comunidades quilombolas no município?
- Os professores que atuam nas escolas de comunidades quilombolas possuem formação inicial adequada à sua área e etapa de atuação?
- Os professores participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nessa modalidade?
- Os professores participam de cursos de formação continuada?
- Existem comunidades indígenas no município?
- Os professores que atuam nas escolas de comunidades indígenas têm formação inicial adequada à sua área e etapa de atuação?
- Todos os professores pertencem à comunidade indígena em que atuam? Quando não pertencem à comunidade indígena, os professores são orientados quanto às especificidades da educação indígena e quanto à conduta adequada e ao respeito à cultura da comunidade?
- Os professores dominam a língua utilizada na comunidade em que atuam?
- Os professores participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nessa modalidade?
- Os professores participam de cursos de formação continuada oferecidos aos demais professores da rede?



Você sabia que...

- Segundo o relatório *Todas as Crianças na Escola em 2015* (UNICEF e Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2012), os grupos mais vulneráveis à exclusão escolar são as populações negra e indígena, as sob risco de violência e exploração, as com deficiência, as que vivem na zona rural e as de famílias com baixa renda.
- Atualmente, existem 342.845 professores atuando no campo, sendo que 47% deste total (160.317) não possuem ensino superior, 156.190 possuem o ensino médio completo e 4.127 apenas o ensino fundamental. É meta do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), até 2014, inserir 45 mil professores na formação inicial e 100 mil na formação continuada.

Valorização da diversidade

- Os professores da rede sabem da existência de leis que obrigam a inclusão da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena” e de conteúdos que tratam dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo?
- Essas leis são contempladas no projeto político-pedagógico das escolas?
- Os professores da rede receberam formação para a implementação dessas leis?

- As escolas e os professores dispõem de materiais didáticos e paradidáticos que auxiliem o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade?



Você sabia que...

- Enquanto 70% das crianças brancas conseguem concluir o ensino fundamental, somente 30% das negras chegam ao final dessa etapa, segundo dados da Relatoria Nacional do Direito Humano à Educação, no documento sobre a missão Educação e Racismo no Brasil.
- Apenas sete em cada dez escolas públicas do ensino fundamental estão adotando ações voltadas ao cumprimento da legislação, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. O dado foi publicado num estudo do Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser), em fevereiro de 2013, baseado no questionário socioeconômico da Prova Brasil, que, a partir de 2009, introduziu duas perguntas sobre o assunto.
- Para provocar o debate e ajudar a construir um diagnóstico sobre como andam os esforços para a implementação da Lei nº 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, a Ação Educativa lançou a publicação *Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola*. Os indicadores fazem parte da coleção Educação e Relações Raciais, composta por vídeos, cartazes e outros materiais para as escolas.

Escola sem discriminação racial: esse é o desejo de um adolescente



Qualificação de gestores e profissionais de apoio

- Um dos critérios utilizados pela rede de ensino para a escolha de diretores escolares é a formação adequada ao exercício da função?
- Os gestores de unidades escolares possuem formação inicial e/ou continuada voltada para a gestão escolar?
- O município implementa algum programa do governo federal ou oferece programa próprio para a qualificação dos gestores escolares?
- Como são selecionados os profissionais da equipe pedagógica da SME?
- A equipe pedagógica do município participa de formação continuada?
- O município implementa algum programa do governo federal ou oferece programa próprio de capacitação da equipe pedagógica?
- Na visão do município, os profissionais de serviço e apoio escolar são educadores?
- Qual é a formação desses profissionais?
- O município implementa algum programa do governo federal ou oferece programa próprio de formação dos profissionais de serviço e apoio escolar?



Você sabia que...

- Segundo o livro *Orientações ao Dirigente Municipal de Educação – Fundamentos, Políticas e Práticas* (Undime, 2012), uma das estratégias essenciais para a autonomia dos sistemas de ensino diz respeito à quantidade e à qualidade dos recursos humanos que atuam na área educacional. “É impossível melhorar a qualidade da educação sem professores e técnicos competentes”, alerta a publicação, que orienta os dirigentes a acompanhar permanentemente a situação do quadro de recursos humanos que compõem a rede ou o sistema de ensino.

LINKS ÚTEIS

- No Portal do Ministério da Educação (MEC), estão disponíveis várias publicações voltadas à formação de professores e de funcionários da escola, da educação infantil ao ensino médio. Também há uma série de materiais de apoio à gestão. Acesse o site www.mec.gov.br.
- No site do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), na área de programas, você encontra os resultados das últimas edições do Prêmio Educar para a Igualdade Racial, que traz iniciativas institucionais que contribuem com a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Acesse o site www.ceert.org.br.
- O site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) traz informações sobre os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, órgãos colegiados criados para dar cumprimento aos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Acesse o site www.capes.gov.br.

DIMENSÃO 3 - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AVALIAÇÃO

Ampliação do ensino obrigatório

- O ensino fundamental de nove anos está implementado e organizado nas escolas do município?
- A proposta curricular e a proposta pedagógica foram reformuladas para a inclusão desse tipo de atendimento, considerando as especificidades étnicas e culturais?
- A SME capacitou os profissionais?
- Existe algum tipo de acompanhamento da implementação pela SME?
- Crianças e adolescentes de 4 a 17 anos têm garantida a educação básica obrigatória?
- Caso a resposta seja negativa, há um plano para a universalização do ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos de idade até 2016?
- A SME realizou ou está realizando debates com a comunidade para essa implementação?
- Foram contratados e formados novos professores?



Você sabia que...

- Em 2009, aproximadamente 59% dos estudantes matriculados no ensino fundamental estavam cursando a modalidade de nove anos. Em 2010, essa proporção passou a ser de 66%, segundo dados do MEC.
- De acordo com o relatório *Todas as Crianças na Escola em 2015* (UNICEF e Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2012), para tornar efetiva a determinação da Emenda Constitucional nº 59/2009, que tornou obrigatória a escolarização para todas as crianças e todos os adolescentes dos 4 aos 17 anos de idade, atenção especial deve ser dada a meninos e meninas de 4 e 5 anos, faixa etária correspondente à pré-escola, e aos adolescentes de 15 a 17 anos, que deveriam estar no ensino médio, os grupos mais excluídos ou em risco de exclusão escolar.

Atenção especial à alfabetização

- Existe metodologia específica de alfabetização na proposta curricular da rede ou de cada escola?
- A escolha da metodologia de alfabetização ocorreu de forma participativa?
- Existe um programa de formação continuada para capacitação dos professores para utilização dessa metodologia?
- Existem instrumentos de avaliação para medir a eficiência e a eficácia dessa metodologia?
- As escolas possuem bibliotecas escolares ou acervos literários para crianças?



Você sabia que...

- Em novembro de 2012, o governo federal lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com o objetivo de promover a alfabetização dos estudantes até os 8 anos de idade, no final do terceiro ano do ensino fundamental. Em janeiro de 2013, cerca de 90% dos municípios já haviam aderido ao pacto.
- Das 157.381 escolas públicas que responderam o Censo Escolar 2011 (99,8% do total), só 27,4% possuem biblioteca e 14,8% têm salas para leitura.

Educação integral

- A SME realizou um levantamento de necessidades e oportunidades para a implementação da educação integral e integrada, considerando as especificidades culturais e linguísticas das comunidades?
- A SME possui um plano de metas, articulado com o projeto político-pedagógico de cada escola, para a implementação de atividades no turno complementar?
- As escolas da rede oferecem atividades no turno complementar?
- Existe acompanhamento da implementação?
- As atividades complementares são consideradas no conjunto do currículo da rede ou das escolas?
- Há reuniões pedagógicas conjuntas entre os profissionais que ministram as atividades complementares e os professores das disciplinas básicas?



Você sabia que...

- A oferta de educação integral é, segundo especialistas, uma estratégia fundamental para quebrar o círculo vicioso da pobreza e reduzir a desigualdade social.
- A educação integral favorece o desenvolvimento das crianças ao propiciar mais oportunidades de aprendizado, de ampliação de seu repertório cultural e de aquisição de informações diversas, principalmente em regiões de vulnerabilidade social.
- Segundo o Censo Escolar 2011, atualmente, mais de 1,7 milhão de alunos matriculados no ensino fundamental têm educação em tempo integral (6% do total de matrículas nesta etapa da educação básica). A integração entre as atividades complementares e as áreas obrigatórias é um dos grandes desafios na elaboração do currículo e do projeto pedagógico da educação integral, exigindo máxima atenção dos gestores educacionais.

Enfrentamento da exclusão

- A SME possui políticas ou programas destinados a enfrentar as distorções idade-série?
- A SME estimula a promoção de atividades de permanência, de enfrentamento da repetência e do abandono nas escolas?
- A SME oferece condições para que as escolas ajudem os alunos a superar as dificuldades de aprendizagem e prevenir a distorção idade-série?

- Há melhoria dos índices de repetência e de abandono nas escolas da rede?
- A SME dispõe de um diagnóstico dos alunos da rede municipal de ensino em situação de distorção idade-série?
- O município possui um plano para implementação de ação para a regularização do fluxo escolar?
- A SME identifica as causas de abandono e de evasão nas escolas da rede?
- O município possui agenda regular para o enfrentamento dessas causas?
- A SME discute e implementa ações em conjunto com a área de saúde e com a rede de proteção social do município para a busca ativa de crianças que estejam fora da escola?
- Existe oferta de atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização, para todos os alunos matriculados no ensino regular que demandem esse atendimento?
- O município conta com pessoal qualificado para realizar esse atendimento?
- As escolas da rede oferecem atendimento pedagógico individual e coletivo aos alunos com dificuldade de aprendizagem?
- De que forma ocorre esse atendimento?
- Existe formação continuada para a qualificação dos profissionais que atuam com esses alunos?
- Existe alguma estratégia para incentivar discussões sobre critérios de avaliação, nas escolas, e utilização dos resultados no replanejamento da ação pedagógica?



Você sabia que...

- Segundo o guia *Orientações ao Dirigente Municipal de Educação* (Undime, 2012), priorizar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) traz muitos benefícios para a gestão. O PPP oferece à escola o referencial básico para planejar suas ações a curto, médio e longo prazos. Para o dirigente municipal de educação, possibilita o contato direto com as comunidades escolares e suas aspirações.

LINKS ÚTEIS

- Para saber mais sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, consulte a Portaria nº 867/2012 ou acesse <http://pacto.mec.gov.br>.
- O Acompanhamento Municipal dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, Portal ODM (www.portalodm.com.br), é um instrumento útil para conferir de perto o desempenho de seu município em educação. O site traz relatórios dinâmicos, com base em fontes oficiais de informação.
- Você quer saber o Ideb de seu município nos últimos anos? Os resultados e as metas estão no site <http://sistemasideb.inep.gov.br>.
- Outra ferramenta que pode ser muito útil no diagnóstico municipal é o MapaDCA (<http://www.mapadca.org>), plataforma gratuita e de livre acesso. Desenvolvida pela Oficina de Imagens, em parceria com o Instituto C&A e o apoio do UNICEF, ela permite, após o preenchimento, gerar relatórios com orientações sobre a situação do município em dez áreas, entre elas educação e profissionalização.

A oferta de educação integral é uma estratégia fundamental para quebrar o círculo vicioso da pobreza e reduzir a desigualdade social

DIMENSÃO 4 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS

Infraestrutura

- Qual é a política de inclusão da rede municipal de ensino? A infraestrutura das escolas facilita a implementação dessa política no município?
- Existem rampas, vias de acesso livre de obstáculos, sanitários adaptados, sinalização tátil, sonora e visual?
- Existem salas de recursos multifuncionais implantadas nas escolas da rede?
- Existe um plano para ampliação, reforma e manutenção das escolas de educação infantil e ensino fundamental da zona urbana para atender à demanda das comunidades em que estão inseridas?
- E no campo e em relação às comunidades indígenas e/ou quilombolas?
- A SME realiza levantamento anual da demanda de estudantes que necessitam de transporte escolar, bem como das necessidades e possibilidades de atendimento do município?
- Existem instrumentos de controle e avaliação das condições de transporte escolar?
- Qual é a condição de infraestrutura da escola e de seus equipamentos?



Você sabia que...

- Das 157.381 escolas públicas que responderam o Censo Escolar 2011 (99,8% do total), apenas 10% têm laboratório de ciências, 27,5% possuem quadra de



No desenho dos adolescentes, a escola dos sonhos tem, em geral, campo de futebol e quadras de esporte

Reprodução/ Usina de Imagem/Projeto Quixote

esportes, 9% têm sala para atendimento especial; 17,5% não possuem sanitário dentro do prédio e 14,3% não oferecem água filtrada.

- A proposta de Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, indica padrões mínimos de qualidade para as escolas de cada etapa da educação básica, com descrição detalhada da estrutura do prédio e suas dependências, equipamentos, materiais didáticos, recursos humanos e número de alunos por turma. Acesse a publicação no link http://arquivo.campanhaeducacao.org.br/publicacoes/CAQieducativo_2Edicao.pdf.

Recursos pedagógicos

- As escolas da rede têm capacidade para a implantação de uma biblioteca? E de sala de leitura?
- Existem estratégias da SME para incentivar o uso de bibliotecas e salas de leitura?
- Existe um plano de aquisição, manutenção e/ou ampliação de materiais pedagógicos diversos (como livros, brinquedos, músicas e filmes) que contemple temas da diversidade, visando à educação inclusiva nas escolas da rede?
- Há um acompanhamento da utilização desses materiais pedagógicos?



Você sabia que...

- Segundo o Censo Escolar 2011, o laboratório de informática é o recurso mais disponível no ensino fundamental, sendo oferecido em 44% das escolas públicas. Dependência e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida estão presentes em 14,9% das escolas.

LINKS ÚTEIS

- O site Caminhos para Melhorar o Aprendizado (Todos pela Educação e Instituto Ayrton Senna) traz estudos sobre o impacto da infraestrutura e dos recursos pedagógicos na aprendizagem. Para conhecê-los, acesse www.paramelhoraroaprendizado.org.br.
- Você já ouviu falar em Recursos Educacionais Abertos (REA)? Trata-se de materiais de ensino, aprendizado e pesquisa em qualquer suporte ou mídia que estão sob domínio público ou licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. Para ter acesso aos materiais e a mais informações sobre o assunto, acesse o site da comunidade REA Brasil, <http://rea.net.br/site>.
- A ONG Escola de Gente, do Rio de Janeiro, desenvolve muitas ações para contribuir com a inclusão das pessoas com e sem deficiência desde a infância. Suas publicações são produzidas em distintos formatos, de modo a garantir que pessoas surdas, cegas, com deficiência intelectual, dislexia ou qualquer dificuldade motora ou de leitura acessem e compreendam os conteúdos disseminados pela organização. Todos os materiais estão disponíveis gratuitamente para download em seus diferentes formatos em: <http://www.escoladegente.org.br/publicacoes.php>.

O QUE É PRECISO FAZER PARA ACABAR COM A EXCLUSÃO

Entre as ações mais efetivas para garantir o direito de aprender de cada um de nossos meninos e meninas estão oferecer melhores condições de ensino, acompanhar de perto o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes e combater os problemas que colocam em risco a sua permanência na escola

São várias as causas da exclusão escolar, e muitas vezes elas se manifestam de forma combinada. Em razão de sua complexidade, a superação desse problema exige uma abordagem ampla, que contemple todos os seus aspectos. Nesse sentido, é fundamental o comprometimento de todos os agentes envolvidos na educação: do Estado, que deve cumprir seus deveres previstos pela legislação; das famílias, que precisam se comprometer em matricular e manter seus filhos na escola e acompanhar seu desenvolvimento; e da sociedade, que deve participar, cobrar e controlar a atuação e os investimentos dos governos em todas as esferas para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da educação básica na idade adequada a todas as crianças e a todos os adolescentes.

Nesse cenário, a articulação dos programas e das políticas públicas tem importância estratégica para assegurar a universalização e a indivisibilidade dos direitos da criança. A garantia do direito de aprender não é uma ação isolada, ela depende do trabalho conjunto de outras áreas além da educação.

Outro conceito que deve nortear as iniciativas de combate à exclusão escolar, em especial no que se refere à repetência e ao abandono, é o de que toda criança pode aprender, desde que se respeite o tempo e a forma de aprender de cada uma. Redes, escolas e professores devem assumir o compromisso de não desistir de nenhum aluno, o que implica acompanhar de perto a evolução de cada criança e enfrentar as causas de suas dificuldades.

Conheça, a seguir, as ações que devem ser consolidadas, por diferentes esferas do poder público, para superar as barreiras que ainda impedem o pleno cumprimento do direito à educação de qualidade das crianças e dos adolescentes brasileiros. Entre elas, destacam-se a oferta de educação integral, a melhoria da formação e da valorização dos professores e o enfrentamento das desigualdades.

Ampliação da educação infantil

Estudos realizados nas últimas décadas por especialistas de diversas áreas do conhecimento demonstram a importância da atenção integral na primeira infância. Um bom atendimento nessa fase, que promova o desenvolvimento físico, mental, cognitivo e emocional das crianças de até 5 anos, tem impacto decisivo no seu futuro, em especial no que diz respeito à sua evolução nas etapas seguintes da educação escolar.

Independentemente de seu impacto no futuro, a educação infantil de qualidade é um direito das crianças no presente e foi tema da 10ª Semana de Ação Mundial (SAM)¹ em 2012. Segundo o material da SAM, condições inadequadas de infraestrutura e de formação dos profissionais nas instituições públicas e conveniadas reproduzem e reforçam desigualdades sociais. Muitas vezes, o ambiente da creche ou da pré-escola não é diferente daquele da casa das crianças ou do entorno, dando poucas oportunidades para que elas desenvolvam novas habilidades e acessem conhecimentos diversificados. Assim, a educação infantil deve continuar sendo prioridade das políticas públicas.

A criança que frequenta a educação infantil tem cerca de um terço a mais de possibilidade de concluir o ensino médio, de acordo com a nota técnica do MEC *O PNE 2011-2020: Metas e Estratégias*. Isso acontece porque os estudantes desenvolvem mais motivação para permanecer na escola, mesmo com dificuldades de aprendiza-

Numa árvore, uma aluna de 12 anos coloca valores como amor, respeito, carinho, paz e alegria, presentes na escola que ela deseja

¹ A SAM é uma iniciativa da Campanha Global pela Educação (GCE), realizada desde 2003 simultaneamente em mais de 100 países. Seu objetivo é fazer uma grande pressão internacional a fim de garantir educação pública de qualidade para todos. No Brasil, é coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



gem. Além disso, ao ter mais tempo de exposição aos conteúdos dos anos iniciais de escolarização, chegam com melhor nível de desenvolvimento social, cognitivo e de conhecimento às etapas de ensino que vêm a seguir.

Nos últimos anos, a oferta de educação infantil foi fortalecida com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), que fornece assistência financeira aos municípios e ao Distrito Federal para a aquisição e a construção de prédios e de equipamentos e mobiliários para creches e pré-escolas (*veja mais no Capítulo 5*).

Alfabetização na idade adequada

Em todo o país, muitos estudantes concluem a primeira etapa do ensino fundamental sem dominar as habilidades básicas de leitura, escrita e Matemática, o que acarreta uma série de problemas na progressão dos estudos.

O domínio da leitura, da escrita e das habilidades básicas de Matemática é fundamental para o sucesso do aluno em todas as outras áreas, além de ser um dos melhores indicadores de resultados de aprendizagem de longo prazo. Um processo bem-sucedido de alfabetização em Língua Portuguesa e aptidão em Matemática facilita a trajetória escolar. As crianças que obtêm bons resultados nas primeiras séries adquirem autoconfiança, valorizam a aprendizagem e se envolvem mais com a escola. Por isso, fazer com que todas as crianças matriculadas em escolas públicas estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade deve continuar sendo prioridade nos esforços para melhorar a qualidade da educação básica. Essa é, de fato, uma das diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

De acordo com a Portaria nº 867 do MEC, de 4 de julho de 2012, que institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), uma prova será aplicada pelo Inep a todos os alunos concluintes do 3º ano do ensino fundamental para verificar seu nível de alfabetização. Atualmente, a Provinha Brasil, realizada pelo MEC desde 2008, faz uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização dos alunos no início do 2º ano do ensino fundamental da rede pública. No final do ano, a Provinha é aplicada novamente. Com base nos seus resultados, os professores, as escolas e os gestores educacionais podem identificar a evolução das habilidades de leitura e de escrita das crianças e tomar as providências necessárias para corrigir eventuais insuficiências.

Existem algumas iniciativas regionais que procuram avaliar o nível de alfabetização das crianças no ensino fundamental e promover a aprendizagem como direito, como o Programa Palavra de Criança, realizado em todos os municípios do Piauí pelo UNICEF e o governo do Estado, com o apoio das prefeituras de Sobral (Ceará) e Teresina (Piauí). O programa faz a capacitação das equipes técnicas municipais para acompanhar a gestão pedagógica da alfabetização, a realização da avaliação das crianças para medir as habilidades de leitura e escrita adquiridas e o estímulo à participação dos pais na vida escolar dos filhos.

No âmbito do governo federal, o já mencionado Pnaic estabelece compromisso formal assumido pelos governos federal, estaduais e municipais por meio da Medida

Provisória nº 586/2012, para garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, ao completarem o 3º ano do ensino fundamental. Ao aderir ao Pnaic, estados e municípios se comprometem não só a alfabetizar todas as crianças em Língua Portuguesa mas também a dar-lhes aptidão em Matemática, bem como participar das avaliações anuais universais que serão realizadas pelo MEC, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para medir o nível de alfabetização dos estudantes.

Para apoiar os estados e os municípios que aderiram ao Pnaic, o MEC disponibiliza um conjunto de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas, organizados em quatro grandes áreas: formação continuada dos professores alfabetizadores; materiais didáticos e pedagógicos; avaliações; e gestão, controle social e mobilização. O apoio financeiro do governo federal para a execução das ações previstas no Pnaic, em especial para a concessão de bolsas para profissionais da educação e o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos, se dá por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Correção de fluxo escolar

Como foi apontado no Capítulo 1, um dos principais problemas da educação brasileira hoje é a dificuldade de progressão nos estudos. A quase totalidade das crianças do ensino fundamental consegue ter acesso à escola, mas uma parcela significativa de alunos abandona antes mesmo de concluir essa etapa da educação básica, por causa de repetência, baixo desempenho e desinteresse em relação aos conteúdos oferecidos. E, entre as que conseguem completar esse nível de ensino, pouco mais que a metade o faz na idade adequada. No ensino médio, o número de estudantes que concluem os estudos no tempo esperado é ainda menor.

Assim, implantar medidas para tentar reduzir a repetência, em especial nos anos iniciais do ensino fundamental, deve ser prioridade das políticas públicas de educação. Como cada criança tem um ritmo de aprendizagem, é preciso dar condições para que elas evoluam no seu tempo. Isso só é possível com um projeto pedagógico consistente e com o trabalho de professores bem formados, capazes de perceber as dificuldades e potencialidades de cada criança e, assim, reajustar seu planejamento, propondo atividades que permitam o desenvolvimento de cada uma. O trabalho pedagógico coletivo da escola, bem como um número de alunos adequado por turma, também é indispensável nesse processo.

É importante ainda implementar iniciativas voltadas para a correção do fluxo escolar, de forma a adequar a série à idade dos alunos no ensino fundamental e dar a eles condições de aprender e progredir para a série seguinte. Uma das estratégias mais utilizadas na correção do fluxo escolar é a aceleração de aprendizagem, que possibilita ao aluno cursar mais de uma série em um único ano, para que ele consiga recuperar conteúdos e habilidades de séries anteriores e frequentar a série adequada à sua idade. Os projetos de aceleração só funcionam quando os professores e toda a equipe da escola recebem a formação adequada e quando têm o tempo e as condições necessários para acompanhar individualmente os alunos em atraso, assim como para estudar e planejar atividades.

Educação integral

Diversos estudos nacionais e internacionais apontam a oferta de educação integral como estratégia fundamental para romper o círculo vicioso da pobreza e reduzir a desigualdade social. Ao propiciar mais oportunidades de aprendizado, de ampliação do repertório cultural e de aquisição de informações diversas, a educação integral favorece o desenvolvimento das crianças, principalmente em regiões de vulnerabilidade social. Esse processo se dá por meio de atividades desenvolvidas na escola ou em outros espaços, por professores ou por educadores sociais, o que permite a ampliação da jornada, envolvendo também a família e a comunidade na educação das crianças.

De acordo com a publicação do UNICEF, da Fundação Itaú Social e do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), *Percursos da Educação Integral em Busca da Qualidade e da Equidade*, de 2013, é importante ressaltar que a educação integral não envolve apenas a ampliação da jornada escolar. Trata-se de “uma concepção de educação mais ampla, que compreende formar crianças e adolescentes de modo a atender diversas habilidades, competências e conhecimentos exigidos no mundo contemporâneo. Dessa maneira, o que se pretende é oferecer novas oportunidades educativas e proporcionar aos estudantes interações em outros tempos, que não dizem respeito apenas ao tempo cronológico mas também ao tempo subjetivo da aprendizagem, aquele que considera a individualidade, as interações grupais e os aspectos culturais dos estudantes”.

Além disso, segundo a publicação, “é preciso que as aprendizagens ocorram de maneira criativa, inteligente e articulada; afinal, se a criança estará mais tempo em período escolar, seja dentro de uma só instituição seja em outros lugares, estes de-



A tecnologia também está presente na escola dos sonhos, como neste desenho de um menino de 9 anos

verão ser atrativos o suficiente para que ela tenha interesse em aprender, descobrir e se aprofundar em assuntos variados, para que valorize as diversas relações que estabelece e participe com inteireza de um mundo em transformação”.

O governo federal investe na oferta de educação integral desde 2007, com o Programa Mais Educação (*veja mais sobre o assunto no Capítulo 5*). Este prevê a ampliação da jornada escolar na rede pública de ensino para cerca de 7 horas diárias e a realização de atividades educativas nas áreas de cultura, artes, esporte, lazer, cultura digital, comunicação, direitos humanos, meio ambiente, saúde, ciências da natureza e economia, em diferentes territórios educativos. Para isso, estimula o estabelecimento de parcerias entre as redes públicas de ensino e clubes, parques, organizações sociais, museus, bibliotecas, cinemas e outros espaços da comunidade. Além do MEC, participam da execução do programa os ministérios do Esporte, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Cultura, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, a Secretaria Nacional de Juventude e a Assessoria Especial da Presidência da República. Hoje, ter um currículo e um projeto pedagógico realmente integrado, sem a ideia de turno e contraturno, é um dos grandes desafios da educação integral.

Formação de professores

O professor tem papel fundamental no desafio de garantir o direito de aprender de cada criança e adolescente, já que é ele o principal agente responsável por conduzir o processo de aprendizagem na escola. No entanto, a qualificação dos professores é uma grande barreira para garantir a oferta de uma educação de qualidade aos estudantes brasileiros.

Uma parte significativa dos docentes do país ainda não tem a formação mínima exigida pela legislação para atuar nas etapas de ensino nas quais lecionam². Dados do Censo Escolar 2011 mostram que não possuem curso superior: 43,1% dos professores da educação infantil, 31,8% dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental, 15,8% professores dos anos finais do ensino fundamental e 5,9% professores do ensino médio. Também não há uma formação voltada para que o professor aprenda a lidar com a diversidade, o que é muito importante para combater a exclusão escolar, de acordo com Cleuza Repulho, presidente da Undime.

E se oferecer formação inicial adequada é fundamental para melhorar o ensino, é preciso ainda que o aperfeiçoamento dos professores seja um processo contínuo. Por isso, a formação continuada deve ser objeto de investimentos constantes. Pesquisas realizadas em municípios que apresentaram bons resultados no Ideb revelam que o fato de os professores frequentarem a universidade e aprimorarem suas práticas traz benefícios concretos para seus alunos em termos de aprendizagem.

O MEC disponibiliza diversos programas de formação para os professores. Um deles é o Pró-Letramento, que oferece formação continuada para professores das séries iniciais do ensino fundamental, com foco na melhoria da aprendizagem da leitura e da escrita e de Matemática. O programa é realizado em parceria com as universidades da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Renafor) e com estados e municípios.

² No texto do novo Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Congresso Nacional, consta que, até o quinto ano de vigência do plano, pelo menos 80% dos professores possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

Hoje, ter um currículo e um projeto pedagógico realmente integrado, sem a ideia de turno e contraturno, é um dos grandes desafios da educação integral

Outro é o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), cujo objetivo é possibilitar a formação inicial de professores que ainda não têm graduação. Os cursos são oferecidos por universidades federais, universidades estaduais e institutos federais parceiros, tanto na modalidade presencial como a distância. O acompanhamento e a gestão do plano são feitos pelo MEC por meio de um sistema eletrônico, a Plataforma Paulo Freire, que desde 2012 é gerido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Nesse sistema, os professores da rede pública de educação básica têm acesso à relação dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e podem fazer sua pré-inscrição, que depois deve ser validada pelas secretarias municipais ou estaduais de Educação para que as matrículas sejam efetivadas.

A 11ª Semana de Ação Mundial (SAM), de 2013, cujo tema foi a valorização do professor, defendeu que as estratégias para o Parfor sejam otimizadas, adequando jornada de trabalho e formação, liberando os profissionais para fazer seus cursos de maneira adequada, não comprometendo períodos de férias e descanso com aulas condensadas e oferecendo pagamento de bolsas para subsidiar os gastos dos alunos-mestres no período de aulas.

A despeito das iniciativas em curso, o Brasil, ainda de acordo com o material da SAM, precisa enfrentar o enorme desafio de garantir a formação, a valorização e a profissionalização do magistério como política pública de Estado, que considere aspectos estruturais e supere soluções emergenciais, como cursos de formação inicial de duração reduzida, bem como a contratação de profissionais liberais e o aproveitamento de estudantes de licenciatura como docentes.

Condições da infraestrutura

Para que haja a universalização da oferta de uma educação de qualidade, os atores envolvidos no estabelecimento das políticas públicas do setor precisam ter um entendimento amplo e profundo de que a infraestrutura escolar e seus insumos são condições indispensáveis para a garantia dos processos de ensino e de aprendizagem.

Assim, é necessário que haja um dimensionamento correto das redes escolares, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, assegurando acessibilidade e transporte a alunos e professores, a distribuição de material didático e alimentação escolar, e a realização de ações de formação de professores e dos outros profissionais das escolas.

Nunca é demais lembrar que adequadas condições de infraestrutura e materiais não garantem por si só a aprendizagem, como nenhum dos outros aspectos isoladamente pode garantir o sucesso escolar. No entanto, condições materiais adequadas correspondem ao estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Artigo 4º, inciso 9º, que afirma que “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...) IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. Os insumos vão desde número adequado de alunos por turma, remuneração dos profissionais da educação e políticas de formação inicial e continuada dos educadores até a existência de quadras poliesportivas cobertas, laboratórios de informática, de ciências, além de bibliotecas e salas de leitura nas escolas. Por fim, é direito dos alunos e dos professores

das redes públicas ter na escola um ambiente saudável e bem cuidado. Esse é um dos primeiros fatores de combate à desigualdade social.

Destaca-se a necessidade de garantir a qualidade das escolas do campo – muitas das quais nem sequer têm água, luz ou banheiro – e de reverter o processo de fechamento de unidades escolares nas zonas rurais, que acaba ocasionando a transferência dos alunos para as zonas urbanas, muitas vezes situadas a enormes distâncias. Esse é um problema que afeta especialmente as crianças pequenas, provocando altos índices de exclusão escolar (*veja mais no Capítulo 1*).

Enfrentamento das desigualdades

Para enfrentar as desigualdades que se refletem na educação, as redes de ensino precisam reconhecer e eliminar os fatores que aprofundam a discriminação de crianças e adolescentes negros, indígenas e quilombolas, que se encontram em desvantagem em todos os indicadores sociais e educacionais em relação à população branca. A eliminação da discriminação requer que todas as ações e políticas reconheçam, respeitem e efetivem o direito à educação específica, diferenciada, intercultural, comunitária e de qualidade para todos e todas.

Da mesma forma, é preciso consolidar e ampliar as políticas e os programas de inclusão de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas regulares, promovendo a formação continuada de professores, a acessibilidade, a distribuição de material e de equipamentos didáticos adequados e a atenção individualizada a esse grupo de meninos e meninas.

De acordo com a presidente da Undime, Cleuza Repulho, é preciso que os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação contemplem políticas e ações diferenciadas para as crianças que vivem no campo, as crianças negras e as crianças com deficiência. “Prevendo essas questões no plano municipal, os gestores terão acesso a financiamento para tratá-las”, afirma. Para ela, o papel do MEC, que é induzir a implantação dessas políticas, está sendo cumprido. “Cabe aos municípios e aos estados fazer o diagnóstico, identificar essas populações dentro de sua área de gestão e dar conta do atendimento”, completa.

Uma das formas de fazer essa identificação é por meio do processo chamado de Busca Ativa pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Por meio de mutirões e campanhas, cruzamento de bases de dados e de visitas aos domicílios de agentes de saúde e outros profissionais, busca-se alcançar as crianças que não estão na escola e não têm acesso aos serviços públicos (*veja mais no Capítulo 4*).

Trabalho intersetorial

A intersetorialidade das políticas públicas tem uma importância estratégica para assegurar a universalização e a indivisibilidade dos direitos da criança. Somente políticas implementadas de maneira realmente conjunta entre diferentes áreas, especialmente de assistência, saúde, cultura, esporte e lazer, poderão garantir a inclusão, a permanência e a aprendizagem de crianças e adolescentes com deficiência, em abrigos, em cumprimento de medida socioeducativa, egressos ou em risco de trabalho infantil, ou em outras situações de vulnerabilidade social e econômica. “E esse trabalho não pode ser solitário”, afirma Cleuza Repulho. Em muitos casos, o primeiro passo para essa articulação é a integração entre cadastros e ações dos programas estruturais de cada área.

Oferecer formação inicial adequada é fundamental para melhorar o ensino, e o aperfeiçoamento dos professores deve ser um processo contínuo

A intersetorialidade, para se concretizar de maneira abrangente, deve se apoiar em um regime de colaboração efetivo entre União, estados e municípios. Essa colaboração precisa ser regulamentada, com a distribuição de responsabilidades, missões e tarefas de acordo com a capacidade de arrecadação e implementação de cada ente. No campo da educação, o regime de colaboração deverá inspirar a construção de um Sistema Nacional de Educação, que se traduza em Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação integrados e integrais, respeitando-se a autonomia dos entes federados. Este sistema está estabelecido no Artigo 214 da Constituição Federal, e as etapas de sua regulamentação serão determinadas pelo texto do novo PNE, que tramita no Congresso Nacional.

Como a exposição à violência é um fator altamente prejudicial ao direito de aprender, levando à repetência e ao abandono, é fundamental ainda fortalecer o vínculo e a articulação da escola com o Sistema de Garantia de Direitos previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. É necessário investir na capacitação de profissionais da educação para a identificação e o encaminhamento de denúncias relativas a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes, especialmente abuso e exploração sexual, trabalho infantil, racismo, homofobia, intolerância religiosa, discriminação de gênero e contra crianças e adolescentes com deficiência.

Também se deve investir no fortalecimento de programas voltados para a inclusão social e econômica de famílias abaixo da linha de pobreza, considerando que a imensa maioria das crianças e dos adolescentes fora da escola ou em risco de exclusão escolar é oriunda dessas famílias nas zonas rurais, em comunidades populares de centros urbanos ou em situação de rua. E, para que esses programas tenham de fato impacto positivo na educação, é preciso consolidar, em cada um, a condicionalidade de frequência à escola.

Outras frentes de atuação devem ser a construção e a implementação de planos estaduais e municipais de erradicação do trabalho infantil, que integrem as políticas públicas da educação e assistência social e mobilizem famílias, sociedade, organizações sociais e empresariais. A atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário deve ser fortalecida para que a legislação existente sobre o trabalho infantil seja efetivamente cumprida.

No Brasil, nos últimos anos, tem aumentado a integração de vários órgãos e entidades, governamentais e não governamentais, na execução de programas e políticas públicas para enfrentar as barreiras que impedem o acesso e a permanência das crianças e dos adolescentes na escola. São exemplos disso iniciativas como o Bolsa Família e o programa BPC na Escola, entre outros.

Formação de gestores

O gestor de educação é o responsável pelo planejamento estratégico e pela organização de todo o trabalho das secretarias de Educação. “Por isso, é muito importante que ele entenda todas as ações aqui descritas, que são fundamentais para garantir a aprendizagem da criança e a permanência na escola”, aponta Cleuza Repulho. Uma das formas de melhorar a atuação dos gestores, de forma a promover a qualidade da educação nos sistemas públicos municipais de ensino, é investir na sua formação.

O MEC mantém uma iniciativa com essa finalidade, o Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime). Realizado em parceria com a Undime, o

Pradime tem como objetivo apoiar os dirigentes de educação municipal na gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais, contribuindo para que eles consigam atingir as metas e os compromissos estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). As principais atividades do programa são a realização de encontros presenciais e a oferta de cursos a distância.

Nos encontros, os dirigentes municipais têm contato com representantes do MEC, do FNDE e da Undime, entre outros, para a discussão de programas e temas relacionados à política educacional, além de participar de palestras, oficinas e apresentações de exemplos bem-sucedidos de gestão da educação municipal. Já o curso a distância do Pradime oferece aos dirigentes municipais de educação a oportunidade de aperfeiçoamento e formação em nível de extensão e especialização. Entre os temas abordados estão o planejamento e a avaliação do sistema educacional, o financiamento e a gestão orçamentária, a infraestrutura física e a logística de suprimentos, a gestão de pessoas e a governança democrática. Além disso, a ferramenta do curso a distância tem um espaço para o intercâmbio de ideias e experiências, com o apoio e a orientação de professores consultores.

Algumas organizações não governamentais também desenvolvem iniciativas para a formação e o apoio técnico aos gestores educacionais. Um exemplo é a plataforma Conviva Educação (veja mais no Capítulo 5), mantida por diversas fundações e organizações³ e administrada pela Undime. O site disponibiliza instrumentos para o planejamento de atividades de gestão, como a prestação de contas dos recursos utilizados na educação e a implantação de programas de alimentação e transporte escolar, além de ferramentas para a realização de ações de formação e para a criação de fóruns de discussão. Seu objetivo é possibilitar a otimização do tempo utilizado com processos administrativos, permitindo que os gestores possam se dedicar mais aos aspectos relacionados ao ensino e ao aprendizado.

Monitoramento de indicadores

O monitoramento sistemático de um conjunto de indicadores educacionais oferece informações importantes para o planejamento e a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação. Como existem diversos fatores que devem ser tratados para combater a exclusão escolar, é importante que os municípios façam o acompanhamento de vários indicadores, que abordem diferentes aspectos. Entre eles se destacam as avaliações de desempenho de alunos, as taxas de rendimento escolar (aprovação, repetência e abandono), os índices de distorção idade-série e de conclusão de cada nível de ensino, a participação da comunidade escolar, a qualificação dos professores, a oferta de infraestrutura escolar, de materiais didáticos e de outros recursos pedagógicos.

Em parceria com diversas organizações e o MEC, a Ação Educativa desenvolveu os Indicadores da Qualidade na Educação da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Trata-se de um conjunto de ferramentas que permite à comunidade escolar fazer um diagnóstico da qualidade de sua escola de forma coletiva e participativa, além de ser um orientador para a prática pedagógica da escola.

³ São elas: Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM, Fundação Telefônica Vivo, Fundação Victor Civita, Instituto Gerdau, Instituto Natura, Instituto Razão Social, Itaú BBA e Movimento Todos Pela Educação.

O monitoramento sistemático de um conjunto de indicadores educacionais oferece informações importantes para o planejamento e a criação de políticas públicas

O MEC, por meio do Inep, realiza censos escolares e avaliações de aprendizagem do sistema educacional brasileiro para apoiar o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas educacionais. O objetivo desses levantamentos é identificar dificuldades para que seja possível estabelecer planos de ação e definir prioridades nos investimentos.

Uma das avaliações do Inep é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizado desde 1995, a cada dois anos, com uma amostra de alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio das redes pública e privada, nas zonas urbana e rural. Os resultados de desempenho dos alunos em Português e Matemática são consolidados apenas para o Brasil, regiões e estados.

Outra é a Prova Brasil, aplicada desde 2005 também a cada dois anos a todos os alunos das escolas das redes públicas rurais e urbanas de 5º e 9º anos do ensino fundamental que tenham mais de 20 alunos matriculados em cada um. Diferentemente do Saeb, a Prova Brasil identifica o desempenho dos alunos por escola, estado e município, permitindo fazer apontamentos sobre a qualidade do ensino oferecido na rede pública e, com isso, definir ações pedagógicas e administrativas para corrigir os problemas detectados e melhorar a aprendizagem.

Em 2008, o MEC criou a Provinha Brasil com o objetivo de avaliar o nível de alfabetização dos alunos do 2º ano do ensino fundamental. Já o Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep desde 1981, com informações sobre todas as escolas do país, oferece informações sobre o rendimento escolar, a distorção idade-série, a conclusão dos estudos, a infraestrutura disponível nas escolas e a formação dos professores.

Realizado desde 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) integra os resultados da Prova Brasil, do Saeb e do Censo Escolar, combinando dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado com base nos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e nas médias de desempenho no Saeb, para as unidades da federação e para o país, e na Prova Brasil, para os municípios. Essa combinação permite o equilíbrio entre as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter melhores resultados no Saeb ou na Prova Brasil, o fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno, mas seu desempenho se mostrar insuficiente, o resultado das avaliações também indicará a necessidade de melhoria.

Além de criar o índice, o MEC definiu metas e submetas para escolas, municípios e estados até 2021. Para atingi-las, é necessária a regularização do fluxo escolar, para reduzir significativamente as reprovações e o abandono e melhorar o desempenho das escolas.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a Undime propuseram uma emenda ao texto do PNE que trata da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb) com o objetivo de contribuir para a implementação de um sistema integrado e participativo de avaliação, que considere cada vez mais aspectos e variáveis do processo educacional, inclusive aprendizagens não cognitivas. A proposta, advinda de emendas da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e da Undime, já consta do texto do novo Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso Nacional.

Somente com processos de avaliação contínuos será possível eliminar da mentalidade de nossa sociedade e da cultura escolar a aceitação da repetência, da evasão, da não alfabetização na idade adequada e da não aprendizagem como fatos naturais.

Para que isso de fato aconteça, a avaliação deve ser um instrumento de aprimoramento dos projetos pedagógicos e da gestão educacional, no âmbito da sala de aula, da escola, da rede e de todo o sistema. O ranqueamento e a competição entre escolas e redes de ensino devem ser evitados, pois podem levar à estigmatização de escolas que apresentam resultados ruins (e, conseqüentemente, de seus alunos e professores) e à busca de “culpados” por resultados negativos ou metas não atingidas.

Financiamento da educação, controle e participação social

A implementação efetiva das políticas destacadas anteriormente e de outras prioridades definidas pelos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação e da gestão eficiente das metas, políticas e programas que os compõem depende da ampliação do investimento público em educação. O dimensionamento desse investimento deve se basear em parâmetros de custo vinculados a padrões de qualidade da educação.

As questões relacionadas ao financiamento da educação têm ganhado cada vez mais importância no país. O Fundeb é um dos principais instrumentos utilizados hoje para garantir recursos a todas as etapas da educação básica, da creche ao ensino médio. Seus recursos são formados por parcelas da arrecadação de estados e municípios – que são redistribuídas de acordo com a proporção de matrículas nas redes estaduais e municipais de ensino público. Quando estados e municípios não conseguem, com sua própria arrecadação, atingir o valor nacional mínimo por aluno/ano determinado pela legislação, os recursos do Fundeb são utilizados para complementar. Os municípios devem utilizar os valores recebidos do Fundeb na educação infantil, especial e no ensino fundamental (anos iniciais), inclusive Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto os estados precisam investir no ensino fundamental (anos finais), no ensino médio (inclusive EJA) e educação especial. A implantação do Fundeb representou um passo importante no processo de ampliação do acesso à educação infantil e ao ensino médio, níveis que apresentam o maior contingente de crianças e adolescentes fora da escola.

Outra ferramenta importante para fortalecer a mobilização pela ampliação dos recursos destinados à educação é o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi). Criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o CAQi estabelece um valor mínimo de investimento por aluno, de acordo com cada etapa do ensino, levando em conta os insumos necessários para garantir a aprendizagem em cada uma dessas etapas. Também estabelece o percentual do PIB per capita que deve ser usado para reajustar esses valores, que variam para cada etapa da educação básica. Com isso, os valores mínimos de investimento por aluno teriam um aumento significativo. O CAQi foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução nº 8, de maio de 2010, e aguarda homologação por parte do ministro da Educação.

Para garantir que as políticas e os programas educacionais sejam efetivos, o financiamento da educação deve ser objeto de forte controle social. Esse processo envolve o fortalecimento e a promoção da ação articulada dos conselhos escolares, dos conselhos municipais de educação e de outros mecanismos e instâncias, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os conselhos de saúde e da assistência social dos municípios, fóruns, conferências, associações, grêmios, além da ampliação e da consolidação da participação cidadã dos adolescentes, das famílias e da comunidade.

Para garantir que as políticas e os programas educacionais sejam efetivos, o financiamento da educação deve ser objeto de forte controle social

BOAS PRÁTICAS PARA GARANTIR O DIREITO DE APRENDER

Exemplos de iniciativas bem-sucedidas que contribuem para combater a evasão e o abandono escolar e ampliar a aprendizagem dos alunos

Oferecer uma educação pública de qualidade a todas as meninas e a todos os meninos no Brasil é ainda um grande desafio para os municípios. A tarefa é complexa, em razão dos múltiplos fatores envolvidos tanto no âmbito da aprendizagem quanto no da gestão escolar e dos sistemas de ensino. Além do histórico individual de cada criança, as escolas apresentam características próprias, construídas ao longo do tempo. O mesmo acontece com as comunidades e os municípios onde essas escolas estão inseridas, muitas vezes submetidos a situações de pobreza e de desigualdades sociais e regionais.

O próprio Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Ministério da Educação (MEC), que deve ser implantado efetivamente a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), aponta essa complexidade ao considerar como indicadores da qualidade da educação não apenas o desempenho dos estudantes em exames nacionais mas também aspectos institucionais, como o perfil dos alunos e dos educadores, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outros.

Além disso, existe sempre o risco de descontinuidade de programas e políticas a cada mudança de gestão municipal, em razão de divergências partidárias e até de estilo dos dirigentes. Para ter uma ideia, segundo dados da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), após as últimas eleições municipais no país, no ano de 2012, houve uma renovação de cerca de 70% dos prefeitos (*veja quadro Mantendo a memória da gestão*). Com isso, um número significativo de novos dirigentes assumiu as secretarias municipais de Educação. E há ainda alguns problemas que, para ser resolvidos, dependem de alterações mais profundas no sistema brasileiro de educação como um todo, como o regime de colaboração entre estados e municípios (*veja Capítulo 5*).

No entanto, existem algumas iniciativas que, de fato, têm impacto positivo na aprendizagem das crianças, contribuindo para melhorar seu desempenho, como a oferta de atividades complementares e o investimento na melhoria da formação dos professores.

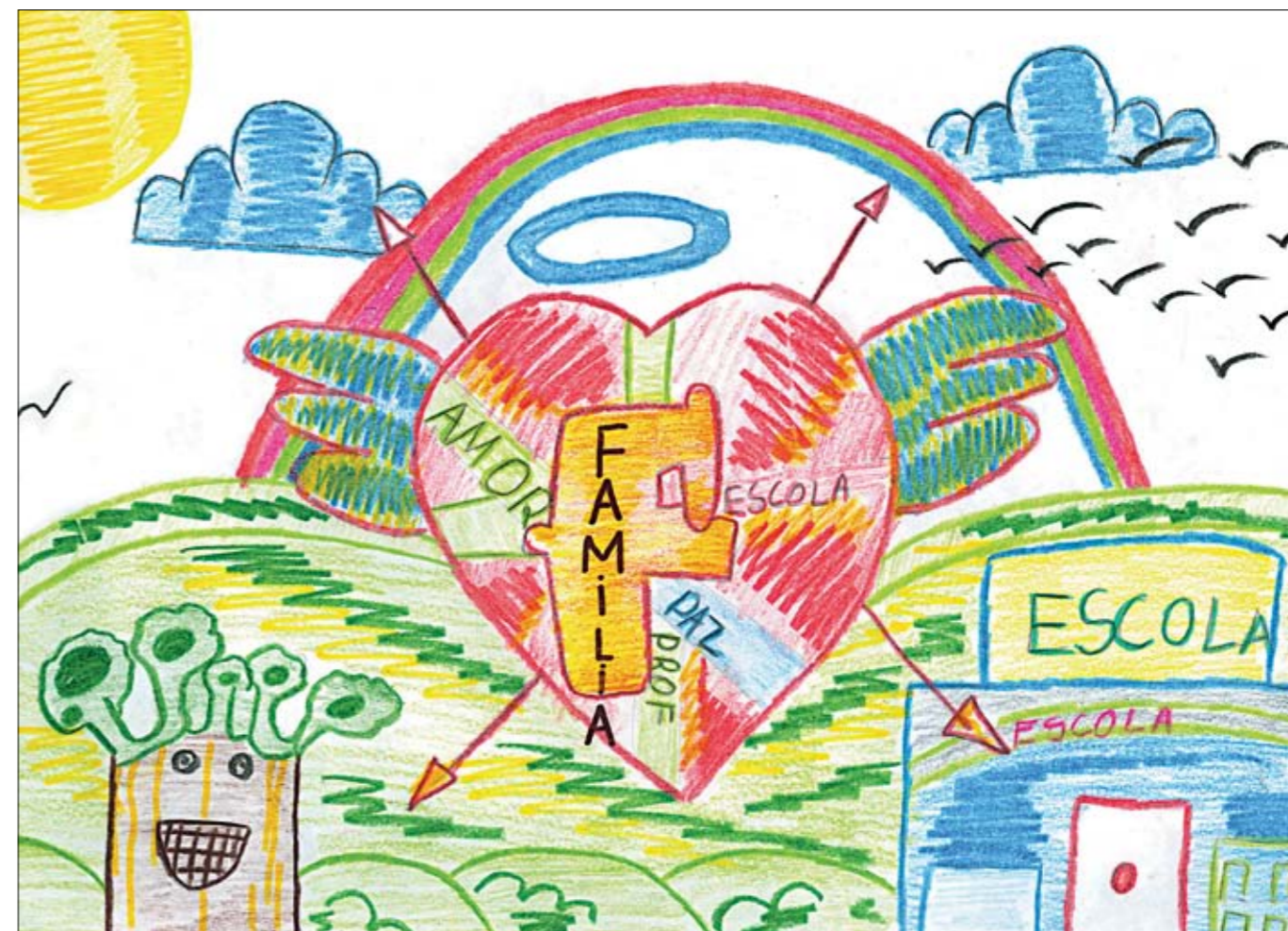
Aqui, apresentamos uma seleção das boas práticas adotadas em diversos municípios brasileiros que conseguiram melhorar seus indicadores educacionais, identificadas por pesquisas realizadas pelo UNICEF em parceria com a Undime, o MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e apresentadas nas publicações *Aprova Brasil: o Direito de Aprender* (2006), *Redes de Aprendizagem: Boas Práticas de Municípios que Garantem o Direito de Aprender* (2008) e *Caminhos do Direito de Aprender: Boas Práticas de 26 Municípios que Melhoraram a Qualidade da Educação* (2010).

O livro *Aprova Brasil* mostra as conclusões de um estudo realizado com base nos resultados da Prova Brasil de 2005 em 33 escolas com notas acima da média nacional na avaliação que mediu o desempenho em Leitura e Matemática de alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental de escolas públicas urbanas. A análise das ações de cada escola revelou os fatores comuns que contribuíram para a aprendizagem das crianças e seu bom desempenho. Já o *Redes de Aprendizagem* traz os resultados de um levantamento feito em 37 redes municipais, selecionadas com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e no contexto socioeconômico dos alunos e de suas famílias, de forma a ser uma amostra representativa da diversidade e dos desafios encontrados em todos os municípios brasileiros. Em *Caminhos do Direito de Aprender*, foram selecionados municípios de todas as faixas populacionais de cada um dos 26 estados brasileiros, que estavam entre os 5% que mais avançaram

CONHEÇA AS PESQUISAS

As publicações citadas neste capítulo estão disponíveis para *download* no site do UNICEF, em www.unicef.org.br, seção Biblioteca.

Paz, amor e o envolvimento da família: ingredientes fundamentais na escola dos sonhos de um aluno de 11 anos



no Ideb de 2005 para 2007 ou entre os 20 de maior Ideb em 2007 e tinham, no mínimo, três escolas na rede (entre urbanas e rurais). O objetivo do estudo foi identificar o processo de cada um desses municípios em direção a uma educação de qualidade.

Também incluímos como exemplos concretos de algumas práticas descritas a seguir as experiências bem-sucedidas reunidas na publicação *Percursos da Educação Integral em Busca da Qualidade e da Equidade* (2013), realizada conjuntamente por UNICEF, Fundação Itaú Social e Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). Foram descritos no trabalho os resultados de visitas feitas a 20 municípios com projetos na área de educação integral. Neste caso, não foi realizada uma pesquisa formal, apenas o registro das experiências com o objetivo de revelar os campos em que a educação integral mais avançou, as iniciativas que podem inspirar outras redes e as soluções adotadas que podem ser compartilhadas.

As práticas apresentadas a seguir são comuns a todas essas pesquisas, embora tenham pesos diferentes de rede para rede. É importante ressaltar que essas iniciativas não resolveram todos os problemas educacionais dos municípios onde foram implementadas, mas contribuíram significativamente para a melhoria da educação, em conjunto com outras ações. Assim, elas não devem ser vistas como soluções prontas a ser “transferidas” de um local para o outro, já que, como foi dito, cada município tem uma realidade diferente, que deve ser levada em conta na hora de planejar as ações. O objetivo aqui é oferecer elementos para que os novos dirigentes municipais de educação possam conhecer iniciativas que deram certo e se inspirar para construir suas próprias ações para oferecer educação de qualidade no seu município, garantindo o direito de aprender de cada menina e menino no Brasil.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As práticas pedagógicas são o conjunto central das atividades educativas que propiciam a aprendizagem das crianças e dos adolescentes dentro ou fora da escola, sempre guiadas por um projeto pedagógico. Assim, cada atividade deve ter uma razão de ser, uma finalidade e um propósito e deve fazer sentido no conjunto do projeto político-pedagógico. Por isso, cerca de dois terços das redes municipais analisadas investiram no aperfeiçoamento dessas práticas, apoiando os professores para que reflitam sobre as atividades que propõem, buscando novas formas de envolver e estimular os alunos no processo. Veja a seguir algumas das iniciativas realizadas por elas.

Diversificação de atividades e espaços pedagógicos

Um dos recursos utilizados pelas escolas analisadas é realizar atividades externas com os alunos, para que eles tenham oportunidade de conhecer o município onde vivem, participar de eventos culturais, ir a cinemas, teatros e museus, desenvolver atividades de educação ambiental, interagir com outras escolas em feiras e exposições e com a comunidade e até viajar para municípios vizinhos. Em geral, essas atividades são oferecidas em períodos complementares à carga horária regular, principalmente por meio de parcerias, tanto com o poder público, com a participação de outras secretarias, quanto com o apoio de alianças externas.

Outras escolas e redes criaram novos espaços que dinamizaram a rotina de alunos e professores. A prefeitura de Sobral, município do Ceará, por exemplo, construiu uma brinquedoteca em parceria com o UNICEF, dentro da biblioteca pública da cidade. A cada dia o espaço recebe a visita de uma turma de alunos no período da manhã e outra à tarde, atendendo aos 35 mil alunos da rede municipal, matriculados na educação infantil e no ensino fundamental. Uma equipe de monitores atende as crianças e acompanha a visita, ensinando a utilizar os brinquedos e supervisionando as explorações e as brincadeiras. A brinquedoteca é organizada em cantos – da leitura, do faz de conta, do fazer, da comunicação, do esporte educacional – e tem à disposição, além de brinquedos, fantasias, jogos, bonecos e livros para todas as idades.

Já a Secretaria Municipal de Educação de Santos, no litoral de São Paulo, incluiu aulas de surfe e de skate entre as opções oferecidas aos 4.600 alunos das escolas municipais de período integral e de tempo de permanência ampliado do município, considerando que essas são duas das atividades mais populares entre crianças e adolescentes da cidade. Essas aulas, além de apresentar as técnicas esportivas, abordam conceitos como cidadania e meio ambiente, já que são realizadas em espaços públicos. Os educadores aproveitaram ainda o fato de que as manobras do surfe e do skate têm nomes em inglês e trabalham o ensino do idioma de forma contextualizada, para despertar maior interesse nos alunos.

Foco na leitura e na escrita

Cerca de metade das redes que avançaram dá atenção especial à leitura e à escrita – fator fundamental para a garantia da aprendizagem dos estudantes. Essa foi uma consequência da análise dos resultados da Prova Brasil, que dá ênfase à avaliação das competências de leitura e escrita dos alunos.

Várias escolas implementaram projetos de valorização da leitura, utilizando ideias simples para driblar a falta de livros e bibliotecas nos municípios. Uma delas é a criação de bibliotecas itinerantes, que circulam entre as escolas para levar a leitura ao maior número possível de alunos. Outras também promovem dias dedicados à leitura, concursos e saraus literários.

Na rede municipal de Sobral, por exemplo, uma das atividades obrigatórias das escolas é a contação de histórias, realizada por agentes de leitura (estudantes ou recém-formados em Pedagogia ou Letras). Os professores também recebem formação nessa área e há exposições dos trabalhos dos alunos.

Prioridade aos anos iniciais de escolarização

As redes municipais analisadas dão ênfase à alfabetização nos primeiros anos da escolarização, no ensino fundamental, já que um processo bem-sucedido facilita a trajetória escolar, por fazer com que as crianças valorizem a aprendizagem e passem a gostar do ambiente da escola. Para isso, uma das práticas mais adotadas é contratar os melhores professores para lecionar nessa etapa, por meio de processos seletivos específicos e mecanismos de incentivo aos educadores. Outra ação é montar turmas menores nas séries iniciais, o que facilita o acompanhamento individualizado e constante dos estudantes.

Cerca de metade das redes que avançaram dá atenção especial para a leitura e a escrita – fator fundamental para a garantia da aprendizagem dos estudantes

Educação contextualizada

Uma prática recorrente nos municípios bem-sucedidos é a busca pela contextualização dos conteúdos, de forma a adequá-los à vivência e ao cotidiano dos alunos. Os currículos dão destaque para a cultura local e o território no qual estão inseridos, mas sem perder de vista o todo, o mundo, o global. Mas essa preocupação não se limita aos materiais didáticos. Também a forma de ensinar considera a realidade do aluno e da comunidade nas atividades desenvolvidas na escola. O uso do livro didático obedece ao projeto de cada escola – ordem dos temas, momento e tipo de utilização – e é complementado com materiais criados pelos professores, muitas vezes com a participação dos alunos.

Outro fator que favorece o envolvimento dos alunos no processo de aprendizagem é a execução de projetos transversais, que organizam as atividades de diferentes disciplinas segundo o mesmo tema. Essa prática dá mais significado aos conteúdos ensinados, ainda mais quando abordam o contexto local e contam com o envolvimento da direção e da coordenação pedagógica, de professores, funcionários e alunos. Algumas iniciativas envolvem, inclusive, a família dos estudantes e a comunidade.

Um exemplo concreto de contextualização do ensino é a ação desenvolvida pela secretaria municipal de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. Nas nove escolas rurais sob sua responsabilidade – das quais três funcionam em período integral e uma oferece formação em técnico agrícola integrada ao ensino médio –, como a prioridade do atendimento é para filhos de trabalhadores rurais da região,

Uma prática recorrente nos municípios bem-sucedidos é a busca pela contextualização dos conteúdos



Paz e reciclagem do lixo no entorno da escola são os principais desejos de uma aluna de 8 anos

os conteúdos curriculares estão articulados com as práticas desenvolvidas no campo. Com isso, eles saem do ensino fundamental mais preparados para a formação técnica em agropecuária oferecida no ensino médio. O currículo é composto de uma base comum e de atividades que valorizam as práticas do campo, o desenvolvimento sustentável e as novas tecnologias de informação e comunicação. Entre elas, destacam-se iniciação às práticas agrícolas e de zootecnia, à informática aplicada e filosofia, sociologia, educação ambiental, artes e regionalismo.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Nas redes pesquisadas, a valorização do professor é uma das preocupações centrais. Ao oferecer aos docentes as condições adequadas de ensino e para o sucesso das crianças e dos adolescentes na aprendizagem, as escolas e as redes possibilitam que os professores tenham mais dedicação, entusiasmo e compromisso, aspectos que são importantes para o trabalho pedagógico.

Uma das práticas adotadas com esse objetivo pelos municípios analisados é investir na formação do professor, tanto na inicial quanto na continuada. O fato de os professores frequentarem a universidade e ali refletirem, discutirem e aprenderem mais sobre sua prática traz benefícios concretos para seus alunos, mesmo nos casos em que a qualidade da formação não seja a ideal.

Vários dos municípios pesquisados adotam práticas para a valorização da formação, desde o estabelecimento de planos de carreira e ajuda financeira até promoção de encontros e estruturação de Escolas de Formação, com recursos próprios ou em parcerias com organizações não governamentais e universidades. Outros recorrem aos programas de formação disponibilizados pelo MEC.

Segundo as pesquisas, a formação só tem impacto efetivo sobre a rede quando os professores colocam seus conhecimentos em ação, tornando as aulas mais interessantes e mobilizadoras e aproximando-se dos alunos, com uma visão ampla de cada um, em seu contexto, suas histórias, seus interesses e formas específicas de aprender. Por isso, várias redes planejam e executam ações para garantir que os novos conhecimentos sejam colocados em prática em sala de aula, como o acompanhamento sistemático do trabalho dos professores por coordenadores pedagógicos. Também estimulam a socialização de experiências e conhecimentos entre os professores, por meio de encontros de estudos, oficinas pedagógicas, seminários e reuniões pedagógicas nas escolas ou entre escolas.

No município do Rio de Janeiro, esse espaço para socialização é chamado de Centro de Estudo. Trata-se de um momento de trabalho pedagógico semanal em que vários atores participam com seus conhecimentos: o coordenador pedagógico, com suas experiências de sala de aula e de acompanhamento do trabalho dos docentes; e os professores, com suas diferentes práticas em classe. Todos discutem as principais questões da escola e definem as demandas, as estratégias de ação e as formas de atuação de cada um.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Um processo democrático de gestão busca garantir um diálogo permanente entre os diferentes atores da escola, oferecendo oportunidades para que cada um possa expressar seu ponto de vista, seus interesses, suas expectativas e sua visão. Além disso, assegura que esses fatores sejam considerados no momento de tomada de decisões.

A gestão democrática e a participação de todos na vida escolar trazem vários benefícios. Um dos mais importantes é engajar as famílias no acompanhamento escolar dos alunos e nas ações da escola, o que traz impacto positivo sobre o desempenho das crianças e dos adolescentes. Outro é melhorar a interlocução da escola com a Secretaria Municipal de Educação, com outros setores com as quais tem intersecção, como os serviços de assistência social e com seus parceiros externos.

Nas redes analisadas, foram implementadas várias iniciativas voltadas para a gestão democrática. Elas apresentam conselhos escolares atuantes, que acompanham a vida da escola e do aluno, trabalhando no cuidado com a aprendizagem e no combate à evasão escolar. Também há incentivo à participação das famílias, não apenas em reuniões periódicas mas em decisões que afetam a vida dos alunos, como obras na escola, uso de uniforme e definição de normas de organização e disciplina. Além disso, várias redes estimulam a participação de alunos na gestão escolar e nas decisões coletivas sobre as práticas pedagógicas da escola.

Entre as estratégias adotadas para estimular a aproximação e o trabalho conjunto da escola com todos os seus atores estão a realização de ciclos de palestras, a promoção de festas, a organização de eventos e a participação em projetos. Em alguns municípios, há reuniões de aconselhamento com as famílias. Nesses locais, as escolas são espaços de socialização de toda a comunidade.

Muitas redes mantêm canais abertos com a comunidade para o estabelecimento de metas, o planejamento e a realização das ações. Em alguns casos, o acompanhamento do desempenho acontece por meio do Conselho Municipal de Educação. Em outros, ocorre de maneira informal, por meio da presença constante da comunidade nas escolas. Da mesma forma, em alguns locais os diretores são eleitos por voto direto da comunidade.

Na cidade gaúcha de Novo Hamburgo, o método escolhido para aproximar a escola das famílias foi realizar visitas de professores e funcionários à casa dos alunos. O objetivo é aproximar a escola das famílias e diagnosticar a condição social e pedagógica de cada aluno. O passo seguinte foi realizar assembleias escolares e regionais durante um ano e meio, período em que mais de 12 mil pessoas da comunidade avaliaram a educação municipal. Dessa forma, a rede obteve informações consistentes para desenvolver um ensino adequado à realidade local.

Participação dos alunos

A participação de crianças e adolescentes na escola é mais que um direito, é também condição essencial para o desenvolvimento do processo pedagógico e da produção do conhecimento. Ela contribui para maior valorização e respeito dos alunos no ambiente escolar.

Nas redes pesquisadas, são muitas as formas de participação dos alunos. Em alguns casos, eles elegem representantes para dialogar de forma direta com a direção da escola

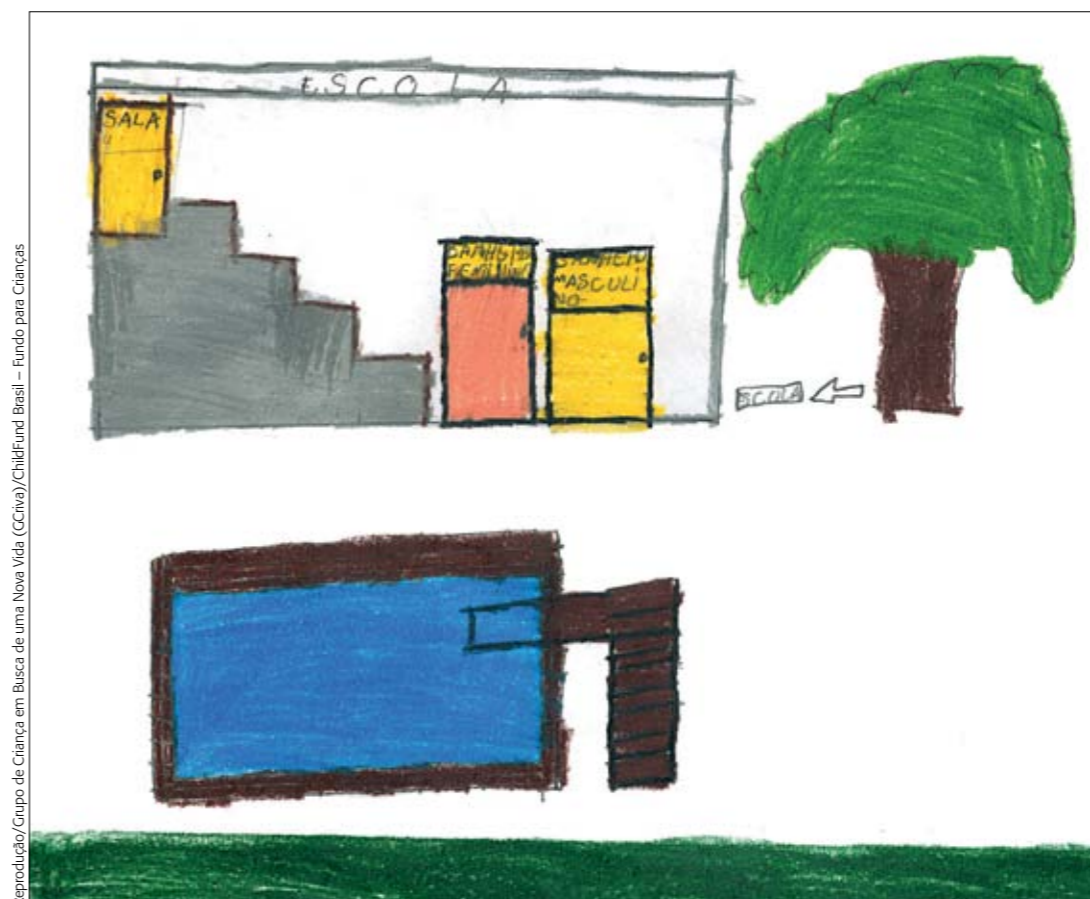
A participação de crianças e adolescentes na escola é mais que um direito, é condição essencial para o desenvolvimento do processo pedagógico

e com os professores ou por meio dos conselhos de classe e dos conselhos escolares. Em outros, ele se organizam em grêmios estudantis, que, além de ser o canal de interlocução e representação dos alunos perante as outras instâncias, realizam diversas atividades em benefício da escola, desde a instalação de uma biblioteca até o controle da evasão escolar, passando pela organização de festas e gincanas e pela escolha dos temas para os projetos especiais da escola. Há ainda escolas em que os alunos dão aulas de reforço para os colegas com mais dificuldades, participam da escolha dos conteúdos didáticos e produzem jornais e programas de rádio para os colegas.

ATUAÇÃO EM REDE

Outras boas práticas verificadas nos municípios pesquisados são a existência de espaços de planejamento e a definição de metas coletivas para toda a rede municipal, que são consolidadas em documentos que norteiam a atuação de cada uma das unidades. Dessa forma, há diálogo e integração entre as escolas. Em alguns municípios, é feita uma reunião anual com representantes de todas as escolas para diagnóstico, avaliação e planejamento das atividades que serão desenvolvidas ao longo do período letivo. Depois, cada escola faz uma reunião semanal com o objetivo de viabilizar e desenvolver as ações.

A presença dos técnicos da secretaria no cotidiano das escolas, por meio de visitas, reuniões periódicas e outras atividades, bem como o atendimento direto pelo



Segundo estudo do Ipea, com base nos dados do Censo Escolar 2010, 11% das escolas do campo não oferecem banheiro aos alunos. A necessidade de infraestrutura é destacada neste desenho de um aluno de 11 anos

dirigente ou pelos técnicos da secretaria, principalmente em cidades menores, é outra iniciativa que permite estabelecer uma atuação em rede nos municípios, com o objetivo de assegurar o apoio para que as escolas desempenhem bem seu papel, atendendo às necessidades dos alunos e garantindo o direito de aprender de cada um deles. Essa proximidade permite à secretaria municipal identificar iniciativas bem-sucedidas implementadas por uma escola que podem ser disseminadas pela rede como um todo.

É o que acontece no município de Eusébio, no Ceará. Desde 2006, a secretaria mantém uma equipe formada por pedagogos que realiza um acompanhamento sistemático de 30 escolas de educação integral de sua rede. Com isso, é possível orientar professores, coordenadores e diretores sobre as atividades complementares mais adequadas à realidade de cada escola.

Parcerias externas

Nas redes analisadas, o estabelecimento de parcerias com instituições externas à comunidade escolar contribuiu para melhorar o projeto pedagógico e as condições de infraestrutura da escola. Essas parcerias ajudam a viabilizar projetos socioculturais, socioeducativos e de infraestrutura, para superar carências detectadas e potencializar ações desenvolvidas, além de criar importantes espaços de mobilização social pela qualidade da educação. Isso contribui para a melhoria do desempenho escolar dos alunos e para a redução dos índices de evasão, indisciplina e violência.

Nos municípios analisados, foram identificados quatro tipos de parceria: com empresas, com universidades, com organizações não governamentais e com órgãos públicos e programas nas áreas de saúde, esporte, assistência social e cultura. De forma geral, são as secretarias de Educação as responsáveis pela articulação com a comunidade e com o setor privado para conseguir apoio para a educação nos municípios e compartilhar responsabilidades nessa área. Isso acontece de forma mais frequente no caso das parcerias desenvolvidas com órgãos e programas públicos, em razão de sua posição política estratégica.

Na cidade de Pirai, no Rio de Janeiro, por exemplo, a Secretaria de Educação estabeleceu uma parceria com uma empresa italiana de tecnologia para implementar um laboratório, que ficou encarregado da formação dos técnicos de informática do município. Estes, por sua vez, passaram a atuar como multiplicadores desse conhecimento na rede municipal.

Em alguns casos é permitido que as próprias escolas estabeleçam alianças para atender às demandas específicas de sua comunidade, o que incentiva os gestores à busca constante por melhores condições para a escola. Em geral, esse tipo de parceria se dá com o setor privado e varia em função do tamanho da empresa, do município e do objetivo da aliança. Em muitos casos, a finalidade é solucionar problemas pontuais de infraestrutura, higiene e saúde, aprendizagem e gestão.

Em municípios onde existem universidades e organizações não governamentais, são comuns as parcerias para oferecer cursos de formação inicial e continuada aos professores, às vezes com redução no valor da matrícula e da mensalidade. É o que acontece em Betim, Minas Gerais, onde a Secretaria Municipal de Educação mantém parcerias com 15 universidades locais, entre particulares, estaduais e federais, para viabilizar seus projetos.

Naqueles em que não existe essa estrutura, nem condições econômicas para a instalação de um curso para professores, são realizadas parcerias com universida-

des de municípios vizinhos ou implantadas salas com equipamentos para a realização de programas de educação a distância.

Há também casos de convênios com universidades para que os estudantes de cursos de formação de professores façam estágios nas escolas municipais, aprendendo e colaborando com os professores no desenvolvimento de práticas pedagógicas. Em geral, as atividades são realizadas com estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem. Dessa forma, os universitários podem aplicar o conhecimento acadêmico na prática, os alunos das redes municipais têm acesso a atividades de reforço escolar e a sociedade ganha educadores e estudantes mais preparados.

INFRAESTRUTURA DA REDE

As condições de infraestrutura são um aspecto fundamental para a qualidade da educação. Por isso, os municípios analisados investem na melhoria dos recursos materiais e do ambiente da escola.

Embora praticamente todas as escolas tenham práticas pedagógicas de incentivo à leitura, não existem bibliotecas na maioria delas, assim como laboratórios de informática. Quando há, muitas vezes estão instalados de maneira precária. Algumas escolas conseguiram criar e manter esses espaços com a contribuição das famílias dos estudantes, da comunidade e de empresas e organizações não governamentais. É comum que a escola permita o uso desses equipamentos por familiares e outras pessoas da comunidade fora dos horários de aula.

Outros municípios recorrem a programas do MEC para obter os recursos financeiros necessários à instalação e à manutenção da infraestrutura escolar, como o Programa de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), ou a investimentos feitos pela Secretaria Municipal de Educação (*veja Capítulo 5*).

PLANEJAMENTO SISTEMÁTICO

As redes pesquisadas realizam o planejamento escolar de forma contínua e com revisões periódicas, com o apoio e o acompanhamento de coordenadores pedagógicos ou de membros da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação. Dessa forma, ele deixa de ser uma tarefa burocrática e passa a ser usado de fato como instrumento para orientar o trabalho da escola. Nesses municípios, foram implantados dois tipos de planejamento: o da rede e o compartilhado.

O planejamento da rede envolve a discussão de planos, diretrizes, objetivos e metas da educação no município nos anos seguintes e é consolidado em documentos norteadores para as escolas (*veja o texto Documentos norteadores*). O planejamento compartilhado aborda como as diretrizes da rede se concretizam nas ações executadas no dia a dia da escola e das salas de aula, integrando-se a seus objetivos.

O planejamento compartilhado tem duas frentes: o planejamento pedagógico, elaborado pelos coordenadores pedagógicos e pela diretoria da escola, junto com os professores, para traçar as metas da unidade e as ações para alcançá-las; o planeja-

Os municípios analisados investem na melhoria dos recursos materiais e do ambiente da escola

mento didático, realizado pelos professores de um determinado ano, ciclo ou disciplina para determinar os conteúdos curriculares e os planos de aula.

Nas redes maiores, geralmente, os planejamentos pedagógico e didático acontecem em cada escola, com a participação conjunta dos professores do mesmo ano e do coordenador responsável. Nas menores, muitas vezes, os professores das diversas escolas realizam os planejamentos na secretaria municipal, sob a coordenação da equipe técnica da instituição.

Para evitar que o processo de planejamento seja abandonado, muitos municípios o tornam parte da rotina da escola, reservando um tempo fixo por semana para que os professores desenvolvam essa atividade, troquem experiências e estudem na escola com a assessoria do coordenador pedagógico.

É o que se faz no município de Pirai, no Rio de Janeiro. A Secretaria Municipal de Educação investiu em ações que privilegiassem os encontros entre profissionais. Reorganizou os horários dos professores do ensino fundamental, incluindo no currículo dos anos iniciais atividades conduzidas por professores especialistas. Com a atuação desses especialistas durante o horário regular, foi possível deixar períodos livres para os demais e estabelecer encontros semanais dos professores com o coordenador pedagógico, nos quais os docentes se aprofundam no estudo de temas, realizam e revisam seus planejamentos e discutem questões relativas aos aspectos pedagógicos.

A cultura e a prática de avaliação estão entre os principais fatores de avanço nos indicadores educacionais

Avaliação como ferramenta

As redes analisadas têm em comum o uso de sistemas de avaliação como instrumento para a verificação do cumprimento das metas definidas no planejamento e no projeto pedagógico da escola. Para elas, a cultura e a prática de avaliação estão entre os principais fatores de avanço nos indicadores educacionais. Algumas têm processos próprios de avaliação, em geral desenvolvidos com o apoio de parcerias e consultorias externas. Outras recorrem aos sistemas estaduais e federal. É importante que os sistemas próprios “conversem” com os sistemas estaduais e federal, de modo a gerar dados comparáveis.

Um ponto comum entre as experiências pesquisadas é o uso dos resultados da avaliação para redirecionar programas e políticas, como também práticas educativas no âmbito da escola, de modo dialogado com todos os atores envolvidos no processo educacional. Seja com sistemas próprios dos municípios, seja com os sistemas estaduais ou federal, a análise dos resultados serve de base para a implementação de ações específicas de melhoria, como reforço escolar, salas de recursos e professores de apoio.

Documentos norteadores

A maioria das redes analisadas apoia suas práticas educacionais em documentos norteadores. Esses documentos servem de mapas dos caminhos a ser seguidos para atingir os objetivos estabelecidos, além de auxiliar a definição das práticas pedagógicas. Entre eles estão os planos municipais, estaduais e nacional de educação, o Plano de Ações Articuladas (PAR), as diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), os planos decenais de educação, além dos projetos político-pedagógicos das escolas, planos curriculares e materiais didáticos. Quando são gerados por processos de planejamento e construídos de forma participativa, asseguram condições favoráveis à continuidade das ações e à autonomia das unidades escolares.

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Para os municípios analisados, o acesso à escola de crianças, adolescentes e jovens com deficiência ainda é um grande desafio. Por motivos diversos, há muita dificuldade em determinar com precisão quantos são e onde estão esses meninos e meninas.

Para tratar dessa questão, alguns municípios criaram programas de busca ativa de crianças e adolescentes com deficiência para matriculá-los nas escolas da rede. Esses programas aproveitaram as visitas dos agentes comunitários de saúde e dos carteiros aos domicílios para identificar as crianças com deficiência. Depois, os profissionais da educação iam até as famílias para verificar por quais motivos essas crianças estavam fora da escola, mostrar a necessidade de matriculá-las na educação básica e desenvolver soluções para garantir seu acesso e sua permanência na rede pública de ensino.

MANTENDO A MEMÓRIA DA GESTÃO

Um dos problemas enfrentados pelos municípios para melhorar as condições de sua rede pública de ensino é a falta de continuidade das políticas públicas. É comum que, com a mudança do gestor municipal, algumas ações sejam interrompidas. Isso acontece, muitas vezes, por disputas político-partidárias e também por desconhecimento do que foi feito pelo seu antecessor e de quais ações já foram previstas e devem ser colocadas em prática para que não haja queda na qualidade da educação oferecida no município. Os planos municipais de educação, quando se tornam lei, são importantes porque definem diretrizes e metas para o município por um período decenal, e não para um mandato específico.

Com o objetivo de contribuir com a continuidade das políticas educacionais e a criação de uma cultura de transição republicana, ou seja, em que prefeitos e dirigentes municipais de educação entendam que as políticas públicas não terminam ao final de um mandato, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica, elaborou, em parceria com a Undime, o UNICEF e a UNESCO, o Memorial da Gestão da Educação Municipal. A iniciativa faz

parte do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), no eixo planejamento e avaliação das políticas educacionais.

Lançado em 2012, o Memorial é um portal na internet que oferece ao dirigente municipal uma ferramenta para registrar as práticas executadas durante seu período administrativo, as justificativas para a implementação e suas recomendações para seu sucessor, com base em uma análise do que foi feito. Isso é realizado por meio do preenchimento de formulários online. As informações ficam registradas no portal, e, com esses dados em mãos, os próximos dirigentes terão condições de avaliar as políticas municipais de educação em andamento e fazer o planejamento para os anos seguintes. Esse processo é fundamental para o fortalecimento institucional da Secretaria de Educação, o que garante a boa transição entre os dirigentes.

O Memorial da Gestão está disponível no endereço <http://memorialdagestao.undime.org.br>. Para utilizar o portal, o dirigente municipal faz o cadastro de sua secretaria, cria um nome de usuário e define uma senha. Após o cadastro, ele tem acesso a todos os formulários.

ATENÇÃO INDIVIDUAL AO ALUNO

As redes analisadas adotam práticas de acompanhamento constante das crianças com dificuldades de aprendizagem, para que não seja necessário esperar os resultados das provas regulares ou o final do semestre. O monitoramento atento da evolução do aluno permite um diagnóstico precoce das causas de seu desempenho insuficiente, o que facilita a tomada de ações para rever a forma de ensinar e as atividades propostas para essas crianças, garantindo a aprendizagem no tempo adequado.

Para apoiar os alunos que apresentam dificuldades específicas e reduzir a defasagem de aprendizagem, a principal estratégia das redes é desenvolver atividades

EXCELÊNCIA COM EQUIDADE

Embora pesquisas nacionais e internacionais sobre educação mostrem que a condição socioeconômica dos estudantes exerce grande influência no seu desempenho em testes padronizados, muitas escolas situadas em áreas de vulnerabilidade conseguem superar as condições adversas e garantir o aprendizado de seus alunos.

Com o objetivo de identificar as razões desse fenômeno, a Fundação Lemann, em parceria com o Itaú BBA, lançou, em dezembro de 2012, o estudo *Excelência com Equidade: As Lições das Escolas Brasileiras que Oferecem Educação de Qualidade a Alunos de Baixo Nível Socioeconômico*. A publicação apresenta as características e as ações comuns a seis escolas públicas de diferentes partes do país que conseguiram obter notas elevadas no Ideb.

O estudo teve origem na série de reportagens “Aula de excelência na pobreza”, realizada pelo jornal *O Globo* em julho de 2012, vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo na categoria Educação. Com o apoio da Fundação Lemann, os jornalistas visitaram algumas das 82 escolas públicas brasileiras selecionadas do universo das 25% que atendem alunos com nível socioeconômico mais baixo no país e, ao mesmo tempo, atingiram em 2009 um Ideb igual ou superior a 6, que é a meta do MEC para todas as escolas brasileiras em 2022.

Os achados da pesquisa não diferem das boas práticas apresentadas ao longo deste capítulo. As escolas visitadas definem metas claras para seu desempenho, fazem um acompanhamento contínuo do aprendizado dos alunos, utilizam dados sobre esse aprendizado para desenvolver suas ações pedagógicas e oferecem aos estudantes um ambiente que estimula o estudo e seu desenvolvimento.

É importante ressaltar, no entanto, que é urgente a necessidade de reduzir as desigualdades socioeconômicas que afetam a população brasileira como vetor de um desenvolvimento econômico sustentável. Para Daniel Cara, cientista político e coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, sem a garantia do direito à saúde, a trabalho e renda e à cultura, entre outros, é provável que essas experiências não tenham sustentação ao longo do tempo. “Em se tratando especificamente do direito à educação, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a gestão democrática, a liberdade e pluralidade pedagógica e a valorização dos profissionais da educação são elementos que devem ser prioritariamente zelados pelos gestores”, conclui.

A publicação está disponível para download no endereço: www.fundacaolemann.org.br/uploads/arquivos/excelencia_com_equidade.pdf.

de apoio pedagógico e reforço escolar. Nessas atividades, são envolvidos a equipe técnica da secretaria, os diretores das escolas, os professores e os pais de alunos.

Em muitas redes, as atividades de reforço são realizadas no período complementar ao da grade horária regular e em espaços desenvolvidos especialmente para isso, as chamadas salas de recursos. Essas salas contam com materiais pedagógicos diferenciados, como jogos e vídeos, para que as atividades sejam atrativas e estimulem os alunos.

Outra prática comum das redes analisadas é contratar professores de apoio pedagógico para as escolas. Esse docente, além de acompanhar as atividades de reforço e dar suporte aos professores de sala de aula, pode substituir um professor que falta por motivo de doença ou para participar de reuniões de planejamento. A existência de um profissional voltado especialmente para monitorar o desempenho dos alunos com maior dificuldade tem grande impacto na qualidade e no ritmo de aprendizagem. Em algumas redes, a presença desses profissionais é assegurada pelo Plano Municipal de Educação.

RESPEITO AO TEMPO ESCOLAR

Para garantir que toda criança tenha a cada ano 200 dias letivos, como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as redes analisadas tiram do calendário letivo os dias destinados a atividades que não façam parte do projeto pedagógico das escolas. Além disso, procuram garantir a presença dos professores em sala de aula e controlam a frequência de cada aluno.

As redes procuram evitar ao máximo as faltas de professores e, quando ocorrem, indicam um professor substituto ou levam a classe para uma atividade de aprendizagem conduzida por outro profissional da escola.

Em relação ao controle de frequência dos alunos, as redes analisadas fazem muito mais do que confirmar a presença por chamada. Após um determinado número de dias consecutivos ou alternados de faltas em um mesmo mês, são tomadas providências para identificar as causas das ausências e promover o retorno do estudante às aulas. Além de visitas domiciliares, são realizadas reuniões, palestras e outras atividades com alunos, pais ou responsáveis que não atenderem ao chamado de frequência à escola. Caso as primeiras medidas não deem resultado, a questão é transferida para a secretaria e outros órgãos responsáveis pela garantia dos direitos da criança, como o Conselho Tutelar e o Ministério Público.

Apesar das muitas diferenças geográficas, socioeconômicas, educacionais e culturais identificadas nos municípios pesquisados pelo UNICEF e parceiros desde 2006, todas as boas práticas apontadas nesse capítulo partem de um ponto comum: um processo ativo, contínuo e longo de trabalho conjunto, de persistência e de determinação realizado de forma articulada por diversos atores, sem fórmulas prontas e intenção de premiação ou punição a escolas, professores ou alunos, com um único objetivo: garantir o direito de aprender de todas as crianças e adolescentes – e de cada um deles.

As redes analisadas adotam práticas de monitoramento constante das crianças com dificuldades de aprendizagem

O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Há ainda muitas dificuldades no processo de articulação entre programas e políticas dos níveis federal, estadual e municipal. Essa foi a conclusão de uma oficina¹ realizada pelo UNICEF e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com o apoio da Undime e a participação de 37 dirigentes municipais – ou de seus representantes – de todo o país. Neste capítulo, listamos as principais políticas públicas nessa área e o que o município precisa fazer para ter acesso a elas

Nas últimas décadas, questões relacionadas à qualidade do ensino têm ganhado cada vez mais espaço nas políticas públicas de educação. Implantado a partir de 1995, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) ajudou a colocar a qualidade em pauta no âmbito do poder público e mobilizar a sociedade civil. Com as avaliações externas, como a Prova Brasil, e a divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), estados e municípios intensificaram ações que promovem a melhoria da aprendizagem.

A ampliação do acesso é outro foco importante das políticas públicas recentes, como aponta o estudo *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise* nº 20, divulgado em 2012 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao analisar a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, ainda em tramitação.

Ao contrário do PNE anterior (2001-2010), que se estruturava por níveis e modalidades de ensino, o PNE 2011-2020 se organiza por metas ligadas a temas como acesso, desempenho, formação e valorização do magistério.

Também estão sendo construídas políticas para combater a exclusão escolar, visando o enfrentamento de barreiras e a valorização de demandas específicas de parcelas da população. É o caso da política para a educação indígena, com a criação dos Territórios Etnoeduca-

¹ A oficina foi realizada em maio de 2011, durante o 13º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, promovido pela Undime. No encontro, havia representantes de 25 estados, que se dividiram em grupos por regiões geográficas para discutir programas e políticas nacionais de enfrentamento à exclusão escolar, com base em uma ficha de trabalho proposta especialmente para a oficina.

cionais (TEE), um novo modelo de formulação e orientação da educação para os povos indígenas, que leva em conta as questões culturais e a preservação da identidade dos estudantes.

Os alunos com deficiência contam igualmente com diversos programas e ações destinados a combater as barreiras que impedem seu acesso e sua permanência na escola, que vão desde a oferta de salas de recursos multifuncionais até transporte acessível, passando pela formação de professores.

Para as escolas do campo, o governo federal lançou o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), em 2012, que procura fazer frente aos grandes desafios que ainda se colocam nesse terreno.

De 2002 a 2010, 27.709 escolas foram fechadas no campo, de acordo com estudo do Ipea, com base nos dados do Censo Escolar (*veja mais no Capítulo 1*). “Um dos fatores que levam a esse fechamento é o processo de nucleação”, explica Antonio Munarim, professor e pesquisador do Instituto de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Sustentável, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). De acordo com ele, essa tendência ganhou força nos anos 1990. Redes estaduais e municipais passaram a desativar pequenas escolas isoladas no meio rural, que atuavam basicamente com classes multisseriadas, e fazer o atendimento das crianças que ali viviam em escolas maiores, nos centros urbanos, organizadas em classes divididas por séries. “Em meados dos anos 90, começou a nascer o movimento nacional de educação no campo contrário a essa orientação urbanocêntrica calcada na nucleação e no transporte escolar e defendendo uma política de educação que levasse em conta a especificidade do campo”, afirma Munarim.



Reprodução/Escola Indígena Trincadeira/Organização dos Professores Indígenas Mura (Opim)

A OPINIÃO DOS DIRIGENTES

Segundo os dirigentes municipais de educação que participaram da oficina realizada pelo UNICEF e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com o apoio da Undime, políticas e programas de educação integral são fundamentais no combate à exclusão escolar. Também foi citada a importância da utilização do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) como referência e ainda os programas de formação e valorização dos profissionais da educação. Entre os principais desafios levantados, foram mencionados o regime de colaboração município-estado, o transporte escolar, as políticas de inclusão, a educação no campo e a educação infantil.

A escola está no centro da comunidade no desenho de uma aluna do 4º ano da Escola Indígena Trincadeira

As conquistas principais, apontadas pelo pesquisador, estão em ações e programas do governo federal, como as diretrizes para a educação do campo de 2002 e 2008, que definem o atendimento das crianças no próprio campo, tentando evitar ao máximo o transporte de estudantes em longas distâncias até o núcleo urbano. Ele também destaca os programas de qualificação do professor, como a oferta de Licenciaturas em Educação no Campo, e a produção de materiais didáticos específicos para a realidade rural, visando tornar a escola mais atraente para os alunos.

No quadro abaixo, entenda o regime de colaboração na educação e, a seguir, confira os principais programas e ações oferecidos pelo MEC, por iniciativas intersetoriais e por entidades não governamentais que são apoio importante para o município no combate à exclusão escolar.



Paz na escola: esse é o sonho que um aluno de 10 anos expressou no seu desenho

ENTENDA O REGIME DE COLABORAÇÃO

Vivemos numa federação, onde estados e municípios têm relativa autonomia em relação à União. Isso também se aplica à educação. Com a Constituição Federal de 1988, muitos serviços públicos foram municipalizados. O regime de colaboração na educação surgiu nesse contexto. “Temos um sistema de ensino segmentado, onde cada nível está sob a responsabilidade e a competência de um dos entes federados”, observa Áurea de Carvalho Costa, professora de graduação e pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP) e coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Marxismo, Educação e Cultura, vinculado ao CNPq.

De acordo com esse sistema, à União cabe estabelecer a legislação, a normatização, a fiscalização, a avaliação e a construção de índices educacionais. A responsabilidade sobre a educação infantil e o ensino fundamental (anos iniciais) é dos municípios, enquanto o ensino fundamental (anos finais) e o ensino médio ficam com os estados.

Como deveria funcionar

Em princípio, o regime de colaboração pode ocorrer de diversas maneiras, englobando des-

de a transferência de recursos financeiros e de responsabilidades até a prestação de assessoria técnica para o fortalecimento da gestão municipal. Mas, para que isso aconteça, é necessário que haja uma boa articulação entre União, estados e municípios.

Atualmente, o regime de colaboração entre União, estados e municípios acontece por meio de apoio financeiro e suporte técnico oferecidos por diversos programas do Ministério da Educação. Eles abarcam várias frentes de ação, como a formação de professores e o apoio na elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR), entre muitas outras. “Para estar habilitados a receber os repasses desses programas, uma das condições fundamentais é que estados e municípios estejam em dia com a prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos”, alerta o pesquisador Divonzir Arthur Gusso, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Para facilitar o acesso às políticas e aos programas da área de educação, o governo federal, por meio MEC, criou um canal eletrônico, o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec). “Esse sistema tem uma parte aberta ao público em geral e outra restrita

aos gestores de educação por meio de senha”, explica Cleuza Repulho, presidente da Undime. “O Simec precisa ser acessado com frequência pelos gestores de educação. Por meio dele é que ficamos sabendo das datas para se inscrever nos programas oferecidos pelo MEC e quais os requisitos necessários”, alerta Cleuza.

A inscrição e a adesão a esses programas também são feitas eletronicamente. “Todas as relações do município com o MEC passam por esse sistema. O que é muito importante, tendo em vista o tamanho do país. Evita que o gestor tenha de ir até Brasília para conseguir os recursos do MEC”, observa a presidente da Undime. Portanto, equipar a Secretaria Municipal de Educação e as escolas com computadores, programas e acesso à internet é indispensável para facilitar o acesso a esse e outros programas do MEC.

Os principais problemas e como resolvê-los

Uma das principais dificuldades é a questão do financiamento das redes de ensino. “Como ficam com a maior parte da educação básica sob sua responsabilidade, os municípios acabam sendo sobrecarregados. Isso pode gerar problemas de financiamento, uma vez que os municípios têm diferentes níveis de arrecadação

e impostos”, observa a pesquisadora Áurea de Carvalho Costa.

Outra questão importante é a forma como as verbas suplementares ou complementares oferecidas pelo governo federal chegam aos estados e aos municípios. “Esses entes federados têm pouca liberdade para usar tais recursos, uma vez que eles já são vinculados a determinadas ações”, aponta Áurea.

Mesmo com essas limitações, o regime de colaboração dos estados e dos municípios com a União é uma realidade. Em relação a estados e municípios, como não existe legislação específica, é necessário que o município estabeleça parcerias para efetivar, de fato, a colaboração no processo de organização das redes ou sistemas de ensino, com distribuição de competências.

“Essa colaboração poderia se dar na organização de currículo, calendário escolar, distribuição e formação de professores e todas as atividades afins desenvolvidas no âmbito das duas redes”, afirma Cleuza Repulho. Segundo ela, hoje, na maioria dos estados brasileiros, as redes estaduais e municipais, no entanto, não conversam. Existem poucas exceções, como os estados do Ceará, do Acre e de Mato Grosso, nos quais as políticas de educação são feitas, de acordo com ela, de maneira conjunta.

POLÍTICAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação (MEC) tem um conjunto de mais de 40 programas e ações que visam ajudar estados, municípios e o Distrito Federal a garantir o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica na idade adequada a todas as crianças e adolescentes. Veja, a seguir, os principais deles.

Plano de Ações Articuladas (PAR)

O que é Trata-se de um instrumento de planejamento das ações feito com base em um diagnóstico da situação educacional local (*veja mais no Capítulo 2*). Criado em 2007 com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), é uma das ferramentas do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Ao aderir a esse plano de metas, os municípios devem elaborar e revisar o PAR, a principal porta de entrada para diversos programas e políticas oferecidos pelo governo federal, por meio do MEC.

Como acessar Para facilitar a elaboração do PAR, o MEC criou uma entrada específica para ele no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec), no portal <http://simec.mec.gov.br/>. O módulo PAR Plano de Metas pode ser acessado pelo secretário estadual de Educação e técnicos indicados por ele (PAR estadual) e pelo prefeito municipal, dirigente municipal de educação ou técnicos indicados por eles (PAR municipal), desde que estejam cadastrados no sistema. Mais informações pelo e-mail: planodemetas@mec.gov.br.

A natureza invade a escola no desenho de uma aluna do ensino fundamental da Escola Indígena Trincheira



Reprodução/Escola Indígena Trincheira/Organização dos Professores Indígenas Mura (Opim)

Programa Mais Educação

O que é Trata-se de uma política do MEC para indução da educação integral nas redes ou sistemas de ensino de estados e municípios. O programa amplia a jornada nas escolas públicas para, no mínimo, 7 horas diárias. Para complementar a carga horária ampliada, a escola deve escolher, de acordo com seu projeto educativo, seis atividades, a cada ano, dentre as optativas disponíveis: acompanhamento pedagógico; meio ambiente; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; educomunicação; investigação no campo das ciências da natureza; e educação econômica. Atualmente, 32 mil escolas participam do programa, beneficiando cerca de 5 milhões de estudantes em 3.381 municípios. Até 2014, a meta é atender 60 mil escolas públicas.

Como acessar A adesão da escola ao Programa Mais Educação deve ser feita pelo próprio diretor por meio de formulário disponível no Simec (<http://simec.mec.gov.br/>). A Secretaria Municipal de Educação deve liberar o acesso do diretor no Simec para que ele complete seu cadastro e obtenha a senha para fazer a inscrição. Mais informações pelo e-mail: educacaointegral@mec.gov.br ou pelos telefones (61) 2022-9181/2022 9187/2022 9212.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic)

O que é Pacto entre os entes federados (União, estados e municípios) para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, no final do 3º ano do ensino fundamental (*veja mais no Capítulo 3*).

Como acessar Como primeiro passo, o município deve aderir ao Pacto e indicar o coordenador local, a quem caberá articular as ações na rede, como cadastrar os orientadores de estudo e os professores alfabetizadores no sistema disponibilizado pelo MEC. Para o monitoramento das ações no âmbito do Pacto foi criado um módulo específico no Simec (<http://simec.mec.gov.br>), o SisPacto. Para ter acesso a ele, é necessário que os principais atores envolvidos na execução das ações sejam cadastrados nesse sistema.

ProInfância

O que é O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O foco é a construção de creches e escolas de educação infantil, além da aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível de ensino. As construções devem seguir projeto arquitetônico padronizado fornecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e são executadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Por isso, a seleção dos

Questões relacionadas à qualidade do ensino têm ganhado cada vez mais espaço nas políticas públicas de educação

beneficiados é feita com base em estudo prévio elaborado pelo comitê gestor do PAC (*consulte mapa de expansão no link: <http://portal.mec.gov.br/educacaoinfantil/>*).

Como acessar Os municípios interessados em receber os recursos do ProInfância devem informar a necessidade no PAR e encaminhar os documentos necessários pelo Simec (<http://simec.mec.gov.br>). Na lista estão: relatório de vistoria do terreno (padrão FNDE), planta de localização do terreno mostrando a posição do lote em relação ao entorno e população a ser atendida pela escola (foto aérea, foto de satélite, mapa da cidade, etc), planilha orçamentária do projeto-padrão preenchida com os custos praticados no mercado, cronograma físico-financeiro da obra, entre outros. Mais informações: Sala de Atendimento Institucional do FNDE, tel. 0800 616161 (ligação gratuita); ou pelos telefones (61) 2022-4142/4135/4165/4253/4789 e pelo e-mail: sac@fnde.gov.br.

Transporte escolar

O que é Existem dois programas do MEC voltados para essa necessidade. Criado em 2007, o Caminho da Escola tem como objetivo a renovação da frota de veículos escolares, garantindo a segurança e ampliando o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes matriculados na educação básica da zona rural, nas redes estaduais e municipais.

O FNDE oferece ônibus, lanchas e bicicletas por meio de pregão eletrônico. Para comprar os veículos, o município pode optar entre três alternativas: pagar com recursos próprios; recorrer à linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou usar a transferência de recursos do FNDE, conforme o orçamento disponível e a necessidade expressa pelo município em seu PAR.

Já o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) é uma linha de transferência automática de recurso financeiro suplementar do governo federal para estados, Distrito Federal e municípios. O repasse é feito em nove parcelas, de março a novembro. Pode ser empregado no pagamento de seguro, licenciamento, impostos, combustível e manutenção da frota escolar ou ainda com a terceirização do serviço. O valor do repasse é calculado de acordo com a quantidade de estudantes transportados, segundo dados do Censo Escolar do ano anterior. Se o serviço municipal de transporte escolar atender também alunos da rede estadual de ensino, o estado pode autorizar o repasse da parte que lhe cabe diretamente ao município. Essa autorização deve ser formalizada por meio de ofício endereçado ao FNDE.

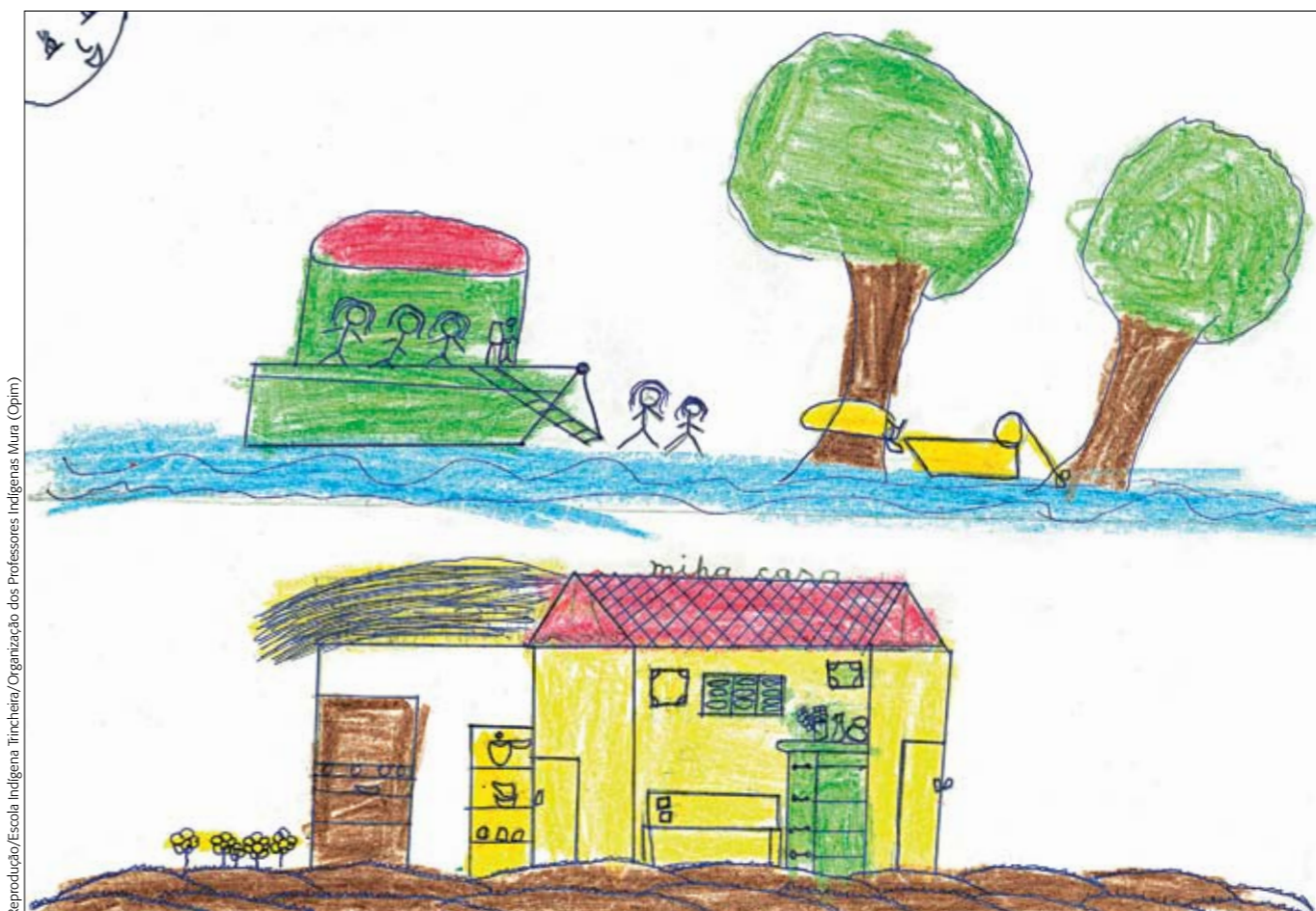
Como acessar Para ser beneficiado pelo Caminho da Escola, o município deve incluir a necessidade de novos veículos no PAR. Também é preciso aderir ao programa eletrônico para aquisição dos veículos, o Sistema de Gerenciamento de Adesão de Registros de Preço (Sigarp), no link: <http://www.fnde.gov.br/sigarpweb>. Mais informação sobre o Caminho da Escola pelo link: <http://www.fnde.gov.br/programas/caminho-da-escola/caminho-da-escola-apresentacao>. Sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), veja mais informações no link: <http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-apresentacao>.

Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)

O que é Programa executado por governo federal, estados e municípios. A União entra com recursos financeiros para compra de computadores e recursos digitais, além de fornecer conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios que recebem os recursos devem se encarregar de garantir a estrutura física para a implantação do laboratório de informática e a capacitação dos educadores. Com o objetivo de promover o uso didático-pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na rotina escolar, o ProInfo Integrado, além da aquisição de equipamentos, oferece conteúdos e programas multimídia e digitais, como os disponíveis no Portal do Professor, na TV Escola e DVD Escola, no Domínio Público e no Banco Internacional de Objetos Educacionais.

Como acessar O município deve fazer a adesão ao ProInfo pelo Sistema de Gestão Tecnológica (Sigetec) (<http://sip.proinfo.mec.gov.br/principal/index.php>), em três passos: assinatura do termo de adesão, cadastro do prefeito e escolha das escolas que serão beneficiadas. Nos municípios, as escolas candidatas são classificadas em três grupos: rural, urbana e upgrade. A seleção deve ser feita pela prefeitura, observando alguns critérios. As escolas dos grupos rural e urbano precisam apresentar os seguintes requisitos: atender a educação básica (1º ao 9º ano do ensino fundamental e ensino médio), ter mais de 30 alunos, não ter laboratório de informática e contar com energia elétrica.

A necessidade de transporte para ir à escola é destaque no desenho de uma criança da etnia Mura do ensino fundamental



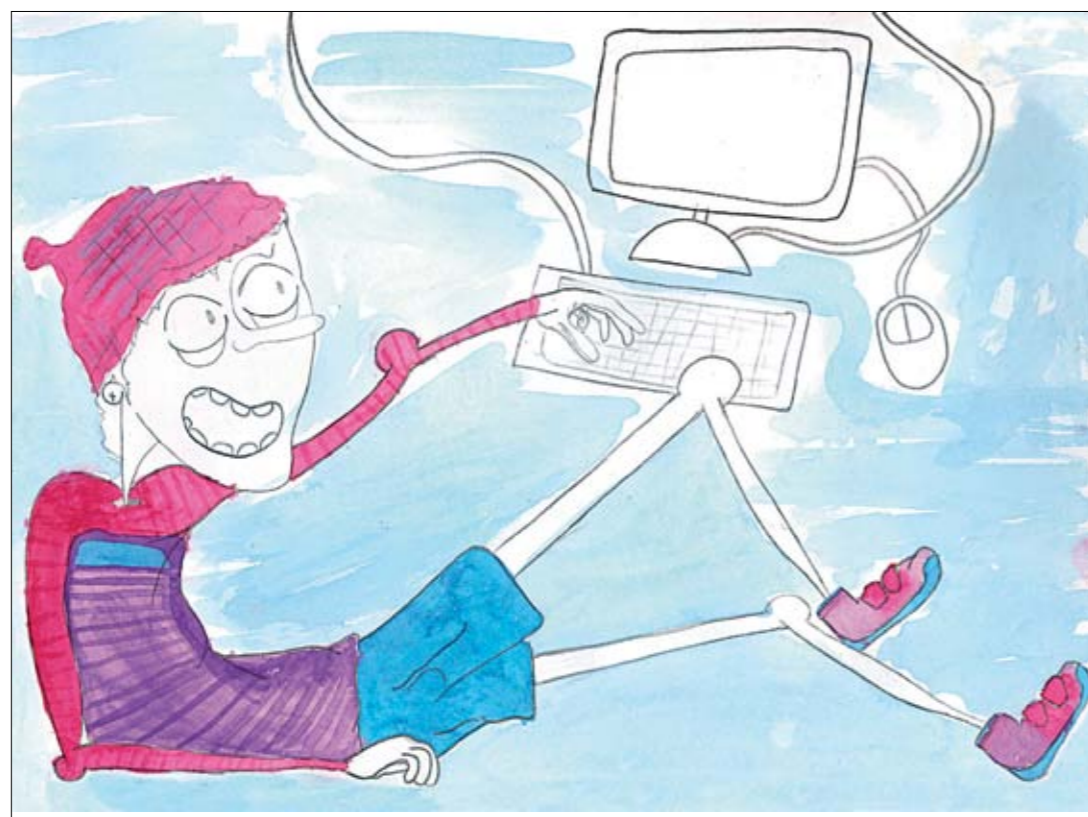
Já as do grupo upgrade, além desses requisitos, devem ter laboratório de informática do ProInfo recebido até 2005. Mais informações no link: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=244&Itemid=86.

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

O que é São transferências de recursos financeiros feitas pelo governo federal, em caráter suplementar, para escolas públicas de educação básica e escolas privadas de educação especial ou similares mantidas por entidades sem fins lucrativos. O repasse é automático, feito uma vez por ano.

O valor é calculado de acordo com o número de alunos matriculados na escola segundo o Censo Escolar do ano anterior. Os repasses regulares devem ser empregados na compra de material permanente, na manutenção e em pequenos reparos da unidade escolar, na implementação do projeto político-pedagógico, na avaliação de aprendizagem e em atividades educacionais.

Todas as escolas públicas do campo recebem ainda uma parcela extra de 50% do repasse principal. Mas o PDDE também transfere recursos para ações específicas de outros programas do MEC. O PDDE Campo e o PDDE Água na Escola destinam verbas para benfeitorias na estrutura física das escolas localizadas no campo e em comunidades quilombolas, para garantir o abastecimento de água em condições adequadas para o consumo e para o esgotamento sanitário. Há também o PDDE Escola Acessível, destinado a custear a adequação arquitetônica para escolas públicas onde foram implantadas salas de recursos multifuncionais destinadas a



Tecnologia, em geral, faz parte da escola em que os adolescentes desejam estudar

Reprodução/Usina de Imagem/Projeto Quicote

alunos com deficiência. O PDDE fornece ainda recursos financeiros para ações dos programas PDE Escola, Mais Educação, Escola Aberta e Ensino Médio Inovador.

Como acessar Todo ano é necessário que prefeituras, secretarias estaduais e distrital façam adesão ao programa preenchendo o Anexo II – Termo de Adesão, disponível no sistema PDDEweb. Também precisam atualizar ou cadastrar no mesmo sistema os dados das Unidades Executoras (UEx) das escolas de suas redes de ensino que recebem o benefício. As UEx são pessoas jurídicas criadas para receber os recursos do PDDE, executar as ações financiadas por ele e prestar contas desses gastos pelo sistema online SiGPC (<http://www.fnnde.gov.br/prestacao-de-contas/prestacao-de-contas-espaco-sigpc>). Todas as escolas com mais de 50 alunos devem constituir uma UEx. Já as unidades com até 50 estudantes podem receber a verba do PDDE via prefeitura ou Secretaria Estadual de Educação.

PDE Escola

O que é Visa melhorar a gestão escolar com base no planejamento participativo desenvolvido em três etapas: diagnóstico, síntese do diagnóstico e plano de ação da escola. Com isso a equipe escolar consegue identificar os principais problemas e definir as ações necessárias para superá-los e aprimorar a qualidade de ensino e aprendizagem. As escolas priorizadas pelo programa (unidades com Ideb abaixo da média nacional) recebem recursos financeiros do MEC para implementar parte – ou todo – de seu planejamento.

Como acessar A seleção das escolas para participar desse programa deve ser feita por um Comitê de Análise e Aprovação, composto de técnicos indicados pela Secretaria Municipal ou Estadual de Educação. O MEC recomenda que os membros desse grupo sejam nomeados por meio de um decreto da secretaria. Entre as atribuições desse comitê estão o cadastramento e o gerenciamento do cadastro dos diretores das escolas no PDE Interativo, ferramenta de planejamento da gestão escolar disponível no Simec (<http://simec.mec.gov.br>) para todas as escolas públicas. É importante saber que o gerenciamento dos perfis de acesso ao PDE Interativo fica a cargo exclusivo da Secretaria de Educação. O dirigente municipal de educação ganha acesso automático ao PDE Interativo quando tem seu cadastro regularizado no PAR e, a partir daí, pode gerenciar os demais perfis: coordenador, comitê de análise e aprovação, equipe de apoio e consulta. Todo o processo de seleção da escola é feito por meio eletrônico, no PDE Interativo. A escola elabora seu plano de desenvolvimento para análise do comitê e este, depois, o envia para o MEC. Mais informações: <http://pdeescola.mec.gov.br>.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)

O que é Os recursos para esse programa estão assegurados no Orçamento Geral da União e são repassados automaticamente para estados, Distrito Federal e municípios para contribuir com a alimentação de todos os alunos atendidos pela educação básica das redes públicas de ensino ou de unidades mantidas por en-

tidades filantrópicas e comunitárias conveniadas com o poder público. Estados e municípios têm autonomia para administrar esses recursos, mas, segundo a Lei nº 11.947/2009 devem investir 30% na aquisição de produtos da agricultura familiar. Desde 2009, com base na Lei nº 11.947 e na Resolução nº 38 do FNDE, os estados podem transferir aos municípios a responsabilidade sobre a alimentação escolar dos alunos das escolas da rede estadual que fiquem em sua jurisdição. Mas, nesse caso, devem autorizar o FNDE a fazer o repasse da verba destinada a esse atendimento diretamente ao município.

Como acessar O recurso é transferido automaticamente com base nos dados do Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. Sua aplicação deve ser fiscalizada pela sociedade por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público. Mais informações pelo link: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>.

Educação do campo

O que é O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), lançado em 2012, reúne um conjunto de programas e ações destinados a promover o acesso e a permanência de crianças e adolescentes nas escolas do campo, com foco na aprendizagem e na valorização do universo cultural dessa população.

Um dos principais eixos do programa é a formação inicial e continuada de professores. No caso da formação inicial, o programa promove o acesso de professores que já atuam em escolas do campo e quilombolas a cursos de Licenciatura em Educação no Campo, pelo programa Procampo. Já a formação continuada é oferecida por Instituições Públicas de Ensino Superior, ligadas à Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Renafor), e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), de acordo com a demanda da rede de ensino municipal.

Outra ação importante do Pronacampo é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Campo, que promove a distribuição de livros com metodologias específicas para a realidade do campo.

O programa Escola da Terra apoia as escolas quilombolas e com classes multisseriadas nos anos iniciais do ensino fundamental.

No que diz respeito à melhoria da estrutura física e tecnológica das escolas do campo, o Pronacampo prevê a construção de 3 mil escolas e a compra de 8 mil ônibus escolares até 2014.

Como acessar As inscrições dos professores do campo para o curso de Licenciatura do Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (Parfor) devem ser feitas pela Plataforma Freire, disponibilizada no endereço <http://freire.mec.gov.br>.

Para os cursos de formação continuada, a escola deve apresentar sua proposta para o aprimoramento de seu corpo docente e diretivo pelo PDE Interativo. O diretor da escola acessa essa ferramenta pelo Simec (<http://simec.mec.gov.br>) e preenche o plano de formação, que deverá ser posteriormente validado pela Se-

cretaria Municipal de Educação. Caso o gestor não tenha a senha ou não disponha de acesso à internet, deverá solicitar ao responsável pelo PDE Interativo na Secretaria de Educação de sua rede que providencie o cadastro ou as condições para a elaboração do plano. Mais informações sobre o Procampo: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17439&Itemid=817. E sobre formação continuada: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17440&Itemid=817.

Para ter acesso ao PNLD Campo, a escola deve estar cadastrada no Censo Escolar do Inep e fazer a adesão formal ao programa. Depois disso, as próprias redes de ensino escolhem as coleções que desejam com base na análise do *Guia de Livros Didáticos para o PNLD Campo*. Devem ainda indicar a primeira e a segunda opção, de acordo com consulta a gestores e professores das escolas do campo e comunidades quilombolas de sua rede. Mais informações: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17442&Itemid=817.

A adesão à proposta de formação da Escola da Terra deve ser feita pela secretaria estadual, municipal ou distrital de Educação por meio do PAR, em módulo específico Pronacampo/Escola da Terra.

Educação indígena

O que é A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do MEC, desenvolve diversos programas e ações destinados a melhorar a qualidade da educação indígena.

Em junho de 2012, foi aprovada e homologada a Resolução CEB/CNE nº 5, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena na Educação Básica. A resolução enfatiza que a principal função da escola indígena é a valorização e a manutenção da sociodiversidade indígena. Para isso, deve considerar em sua prática pedagógica os conceitos de territorialidade, sustentabilidade socioambiental, participação e controle social, autodeterminação dos povos indígenas, interculturalidade, bilinguismo/multilinguismo, especificidade e diferenciação. A resolução estabelece ainda os Territórios Etnoeducacionais (TEE) como fundamento para a efetivação das políticas de educação para essa parcela da população.

Os TEE foram instituídos como um novo modelo de educação escolar indígena. Existem atualmente 22 TEEs. Eles são definidos com base em consulta aos povos indígenas, levando em conta sua afirmação étnica e a garantia de seus territórios, entre outros aspectos. Por isso nem sempre um TEE está restrito a um único município ou estado. Cada TEE tem um Comitê Gestor, formado por representantes indígenas, cujas atribuições são fazer o diagnóstico do TEE, definir as ações principais e suas metas e a pactuação do Plano de Ação.

Também merece destaque a formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio (Magistério Indígena) e superior (Licenciaturas Interculturais).

De 2005 a 2011, com a criação do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind) e de outras formas de apoio técnico e financeiro do

MEC, 23 cursos de formação oferecidos por 20 Instituições de Educação Superior (IES) beneficiaram 2.800 professores indígenas.

Como acessar A Secretaria Municipal de Educação deve verificar se o município está na área de abrangência de uma das 22 TEEs. Se for o caso, o dirigente municipal deve participar das reuniões da Comissão Gestora e encaminhar as demandas pactuadas no Plano de Ação incluindo-as no PAR do município via Simec (<http://simec.mec.gov.br>). Mais informações sobre TEE no link: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17449&Itemid=817. E sobre formação de professores indígenas: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17445&Itemid=817.

Educação inclusiva

O que é Pela política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva, as escolas públicas e privadas devem garantir o acesso e a permanência dos estudantes nessa condição nas classes regulares, promover a articulação entre o ensino regular e a educação especial e oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no outro turno, além de promover a participação da família no processo educacional e a interface com as demais políticas públicas.

No eixo acesso à educação, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limite² reúne uma série de ações voltadas para meninas e meninos com deficiência. Entre elas, destaca-se o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Essas salas contam com mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade destinados a atender as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

As escolas públicas que contam com salas de recursos multifuncionais já implantadas podem receber recursos do FNDE, por meio do Programa Escola Acessível, para fazer as adaptações arquitetônicas e de mobilidade necessárias em suas dependências e também para adquirir os equipamentos de tecnologia necessários.

No Programa Caminho da Escola, o Transporte Escolar Acessível prioriza os municípios com maior número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), na faixa de idade escolar obrigatória e fora da escola. O programa financia a compra de veículos acessíveis para o transporte escolar, garantindo o acesso à escola e ao atendimento educacional especializado.

Há ainda o Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial, que visa apoiar os sistemas de ensino com a oferta de cursos de aperfeiçoamento e de especialização nas modalidades presencial, semipresencial e a distância pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Renafor) e pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

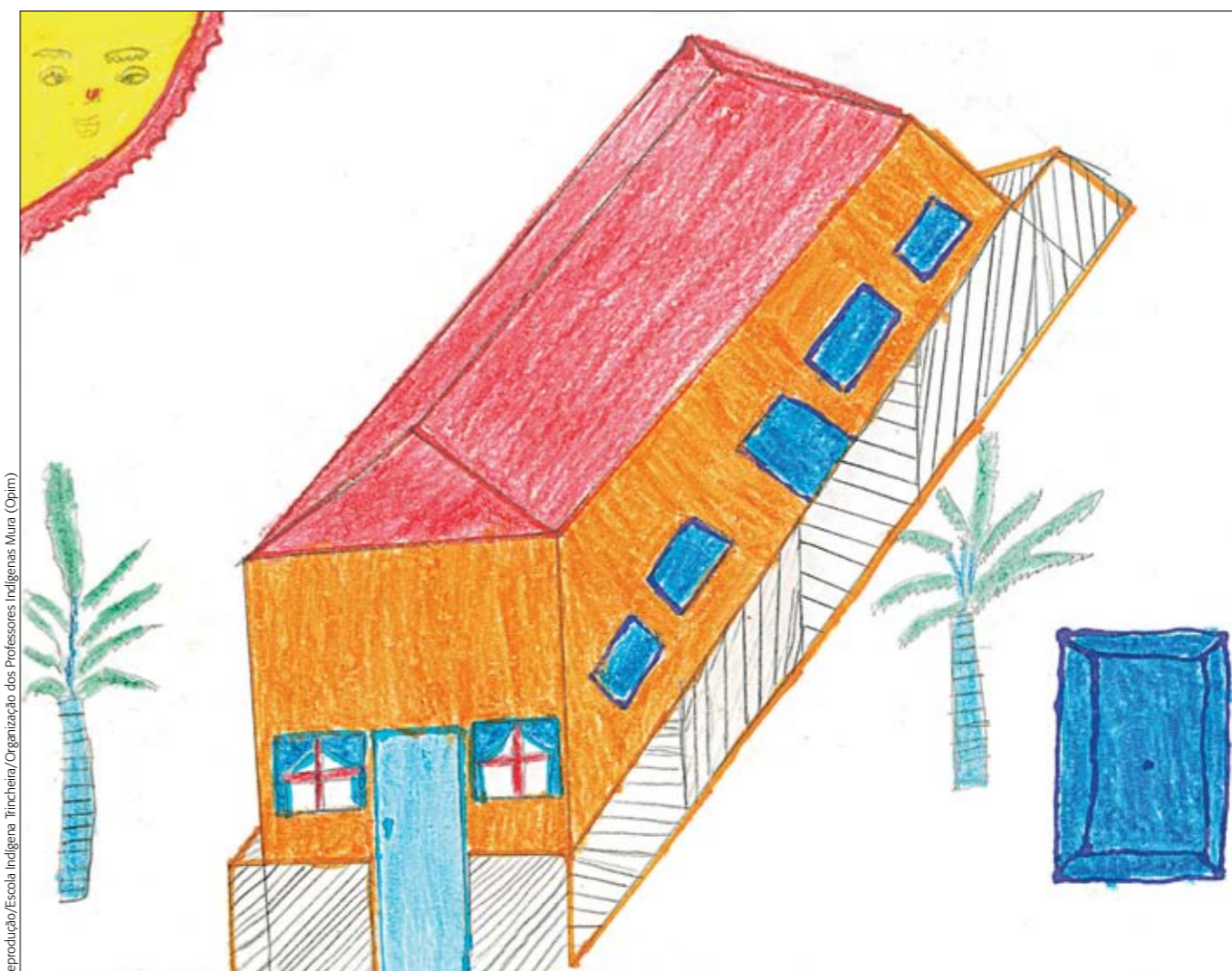
Como acessar As secretarias municipais e estaduais de Educação devem incluir a demanda por salas de recursos multifuncionais no PAR e indicar as escolas onde haja crianças com deficiência matriculadas, por meio do Sigetec, no link: http://sip.proinfo.mec.gov.br/sisseed_fra.php. Mais informações no link: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817.

Para ter acesso ao Programa Escola Acessível, a escola precisa incluir a demanda no Simec (<http://simec.mec.gov.br>) detalhando custos. A Secretaria Municipal ou Estadual de Educação deverá validar a solicitação e encaminhá-la ao MEC/Secadi para validação. A adesão ao programa Transporte Escolar Acessível deve ser feita via PAR, no Simec. Mais informações sobre o programa: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18010&Itemid=817.

Para se inscrever no Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial, a escola deve apresentar a demanda no sistema PDE Interativo (<http://pdeinterativo.mec.gov.br/>) para análise da Secretaria Municipal ou Estadual de Educação. Depois de validar a solicitação, a secretaria deverá enviá-la para o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente. É o Fórum que elabora o Plano Estratégico de Formação Docente e o encaminha ao Comitê Gestor da Rede Nacional de Formação/MEC, responsável pela aprovação e pelo apoio financeiro dos cursos. Mais informações: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17431&Itemid=817.

Para se inscrever no Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial, a escola deve apresentar a demanda no sistema PDE Interativo (<http://pdeinterativo.mec.gov.br/>) para análise da Secretaria Municipal ou Estadual de Educação. Depois de validar a solicitação, a secretaria deverá enviá-la para o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente. É o Fórum que elabora o Plano Estratégico de Formação Docente e o encaminha ao Comitê Gestor da Rede Nacional de Formação/MEC, responsável pela aprovação e pelo apoio financeiro dos cursos. Mais informações: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17431&Itemid=817.

Criança indígena Mura mostra no seu desenho uma escola bem grande para atender a comunidade



Várias políticas e ações visam combater as barreiras que impedem o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência

² O plano visa, por meio da articulação de políticas, programas e ações de diversas áreas, garantir os direitos das pessoas com deficiência.

POLÍTICAS INTERSETORIAIS

Programa Bolsa Família (PBF)

O que é Lançado em 2003, o programa de transferência de renda que beneficia famílias em situação de pobreza (renda mensal de R\$ 70 a R\$ 140 por pessoa) e de extrema pobreza (renda mensal de até R\$ 70 por pessoa) foi integrado ao Plano Brasil Sem Miséria, criado em 2011.

Os valores pagos pelo PBF variam de acordo com o tamanho da família, a idade de seus membros e sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens, gestantes e nutrizes. Uma das condições para que a família continue no programa, recebendo o benefício, é manter os filhos na escola: meninos e meninas de até 15 anos precisam frequentar 85% das aulas a cada mês; e adolescentes de 16 a 17 anos devem apresentar frequência de 75%. Também é preciso manter em dia a carteira de vacinação das crianças de até 6 anos de idade. As crianças dessa faixa etária e as gestantes da família devem ainda comparecer regularmente à Unidade Básica de Saúde para exames preventivos, acompanhamento e orientação sobre nutrição e cuidados com a saúde.

Como acessar A porta de entrada para o PBF é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Para entrar nesse cadastro, o responsável pela família (que deve ter mais de 16 anos) deve procurar o posto de cadastramento da prefeitura, que geralmente é ligado ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras), com CPF ou título de eleitor. Os demais membros da família não precisam comparecer, bastam seus documentos (certidão de nascimento ou casamento, CPF, título de eleitor, carteira de identidade ou de trabalho).

No desenho de um adolescente, destaque para as grades, que fazem a escola parecer uma cadeia



Reprodução/Usina de Imagem/Projeto Quilote

Para permanecer no programa, é preciso renovar o cadastro a cada dois anos ou quando houver mudança nas informações (nascimento de um filho, por exemplo). Com base nos dados desse Cadastro Único, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona as famílias que serão incluídas no PBF. Mas o município tem papel importante na implementação desse programa, uma vez que está em seu âmbito a execução do cadastro.

Por isso, a União aconselha como medida essencial que a prefeitura nomeie um gestor municipal para o Bolsa Família. A esse gestor caberá fazer a articulação entre as áreas de assistência social, saúde e educação, entre outras, além da interlocução entre os governos estadual e federal.

As áreas de educação e saúde também precisam de um representante para acompanhar o cumprimento das condicionalidades no município. O gestor municipal do Bolsa Família ainda precisa cuidar para que o Cadastro Único esteja sempre atualizado.

Para garantir que todas as famílias pobres do município sejam incluídas nesse cadastro, o Plano Brasil Sem Miséria criou o recurso da Busca Ativa, feito por equipes volantes ligadas ao Cras que devem atender famílias que vivem em locais de difícil acesso ou dispersas no território. Para ajudar os municípios na tarefa de manter o Cadastro Único sempre em dia, o governo federal criou o Índice de Gestão Descentralizada (IDG). Com base nesse índice, o MDS calcula o valor do repasse mensal aos municípios para auxiliar na gestão do cadastro do PBF. Quanto melhor for a gestão, maior será o IDG e o repasse ao município. Mais informações no link: <http://www.mds.gov.br/layout-1/secretarias-destaques/saladeimprensa/noticias/2013/01/arquivos/Guia-Rapido-de-Gestao-BF.pdf>.

Programa Ação Brasil Carinhoso

O que é O programa, lançado no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, tem três pilares: renda, educação e saúde. Na área da educação, a ação consiste na ampliação da oferta de vagas em creches, especialmente para as crianças atendidas pelo Bolsa Família. Para ampliar a oferta de vagas para crianças de até 48 meses beneficiadas pelo PBF em creches públicas ou conveniadas há incentivos em duas frentes. O MEC antecipa os valores do Fundeb para a manutenção das novas turmas de educação infantil abertas pelos municípios e pelo Distrito Federal. Além disso, o MDS faz um repasse suplementar para cada criança dessa faixa etária matriculada que integre o PBF.

Como acessar A prefeitura precisa informar ao MEC a existência de crianças do Bolsa Família já matriculadas ou a abertura de novas turmas nas creches para elas. Essas informações são repassadas online pelo Simec (<http://simec.mec.gov.br>). Para isso é preciso que haja uma articulação entre a gestão municipal do Bolsa Família e o dirigente de educação, uma vez que um tem as informações sobre as crianças que integram o Bolsa Família e o outro sobre as matrículas em creches. Mais informações no link: http://www.mds.gov.br/layout-1/secretarias-destaques/saladeimprensa/noticias/2013/01/arquivos/Cartilha_Brasil-Sem-Miseria-no-seu-municipio.pdf.

BPC na Escola

O que é Programa criado para garantir o acesso e a permanência na escola a pessoas com até 18 anos de idade que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). Esse benefício, no valor de um salário mínimo mensal, é concedido a idosos (com 65 anos ou mais) e a pessoas de qualquer idade com deficiência, desde que tenham renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo. A ação reúne MDS, Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Secretaria de Direitos Humanos em parceria com os estados, municípios e Distrito Federal. O objetivo do programa é identificar crianças e jovens com deficiência que estejam fora da escola e criar meios para eliminar as barreiras que dificultam seu acesso à rede pública de ensino.

Entre as medidas realizadas destacam-se: pareamento anual entre os dados do Censo Escolar do Inep/MEC e os do Cadastro Administrativo do BPC/MDS; realização de pesquisas domiciliares para identificar as barreiras que impedem o acesso e a permanência na escola desse grupo populacional; formação intersetorial dos grupos gestores para elaboração e implementação de planos de eliminação das barreiras identificadas para garantir o direito à educação a essas crianças e adolescentes.

Como acessar Estados, municípios e Distrito Federal devem aderir ao programa e instituir um Grupo Gestor local, estadual ou distrital. O Termo de Adesão está disponibilizado pelo MDS no endereço eletrônico: <http://aplicacoes.mds.gov.br/bpcnaescola>. Ele deve ser feito pelo governador ou pelo prefeito. Além dessas medidas, é importante que a área de assistência social do município esteja atenta para que todas as pessoas com perfil para receber o BPC sejam inseridas no Cadastro Único e encaminhadas para solicitar o benefício em uma agência do INSS. Mais informações no link: <http://www.mds.gov.br/falemdu/perguntas-frequentes/assistencia-social/bpc-beneficio-de-prestacao-continuada-1/bpc-programa-bpc-na-escola>.

Programa Saúde na Escola (PSE)

O que é Política intersetorial entre Ministério da Saúde e MEC criada em 2007 como o objetivo de dar atenção integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens das escolas públicas matriculados na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), educação profissional e tecnológica e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A execução do programa prevê a interação entre os equipamentos públicos de saúde e de educação do município beneficiado (escolas, centros de saúde e áreas de lazer, como praças e ginásios esportivos).

“As ações do PSE estão estruturadas em três eixos: aumento da oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários; enfrentamento do tráfico de drogas e de organizações criminosas; e ampliação das atividades de prevenção por meio da educação, da informação e da capacitação. Essas ações devem estar pactuadas no projeto político pedagógico das escolas e considerar o contexto escolar e social, assim como o diagnóstico local de saúde do educando”, esclarece o livro *Orientações ao Dirigente Municipal de Educação – Fundamentos, Políticas e Práticas* (Undime/2012).

Como acessar O município precisa aderir ao programa. Os critérios para essa adesão são repactuados a cada ano pela Comissão Intersetorial de Educação e Saúde na Escola (Ciese) e publicados em portaria do Ministério da Saúde. A mesma portaria indica os municípios que podem aderir ao programa. Mais informações no link: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16796&Itemid=1128.

PROGRAMAS DE INICIATIVA NÃO GOVERNAMENTAL

Conviva Educação

O que é Trata-se de um ambiente virtual criado para contribuir com a gestão das secretarias municipais de Educação com foco na qualidade de ensino e na aprendizagem dos alunos. Totalmente gratuito, nasceu da parceria entre 11 institutos e fundações e conta com a gestão da Undime e o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que colabora com a mobilização junto aos municípios e a divulgação do ambiente virtual. “O Conviva foi criado para otimizar o tempo e melhorar a estrutura de processos da gestão pedagógica”, explica Cleuza Repulho, presidente da Undime e dirigente municipal de educação de São Bernardo do Campo (SP).

Fácil de usar, o Conviva Educação está organizado em três eixos: gestão, formação e fóruns. A área de gestão fornece dados (entre os quais, os principais indicadores de educação do município, como Ideb, número de escolas, total de matrículas, etc), conceitos e ferramentas que orientam a administração e a gestão da Secretaria Municipal de Edu-



Aula de capoeira compõe o currículo da escola dos sonhos de uma adolescente

cação. É nessa área, por exemplo, que estão informações sobre gestão orçamentária e a elaboração do calendário escolar. Acessando cada um desses temas, além de encontrar a explicação a respeito da tarefa e de como e em que época do ano ela deve ser elaborada, o usuário encontra o link para executá-la. No eixo de formação, serão oferecidos cursos promovidos por instituições de ponta e segmentados em vários níveis (funcional, gestão para aprendizagem e políticas públicas). Em Fóruns, há espaço para que as secretarias municipais de Educação se articulem, troquem experiências e tenham acesso a boas práticas nacionais e internacionais.

Como acessar Para usar o sistema é preciso fazer o cadastro no site www.convivaeducacao.org.br. No momento ele está disponível apenas para a equipe municipal de educação. Cada Secretaria Municipal de Educação pode cadastrar até dez pessoas. Uma delas deve ser o usuário principal, a quem caberá administrar a equipe e as atividades desenvolvidas. Também cabe ao usuário principal a tarefa de excluir e incluir usuários na equipe do seu município.

Fluxos Operacionais

O que é Criado pela Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), os Fluxos Operacionais Sistêmicos – Proteção Integral e Atuação em Rede na Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes é uma ferramenta que tem como objetivo ajudar a identificar as principais barreiras que impedem o acesso a esses direitos, bem como a forma de superá-las. A entidade organizou fluxos em sete eixos temáticos, entre eles a educação.



Os livros estão na escola dos sonhos de muitas crianças, como no desenho deste aluno de 11 anos

Reprodução/Grupo de Educação, Desenvolvimento e Apoio ao Menor (Gedam)/ChildFund Brasil – Fundo para Crianças

Na prática, a metodologia é como um grande organograma que parte do direito violado, ou que não é atendido, e aponta o fluxo que deve ser seguido para resolver a questão.

O fluxo da educação está sendo implantado de forma piloto pela ABMP em três escolas da rede municipal de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Educação. “Nessas escolas, usando a metodologia dos fluxos, fizemos um grupo focal com os estudantes e levantamos diversas dificuldades relacionadas à permanência”, explica Maria América Ungaretti, consultora da ABMP. Uma delas é que a escola ensina conteúdos que os alunos acham que não vão usar depois, enquanto muitas das informações a que eles têm acesso pelas mídias digitais não entram em sala de aula, os professores não sabem nada a respeito. “Descobrimos que os professores precisam conhecer mais seus alunos, sua história, a comunidade em que vivem, os arredores”, afirma Maria América.

Muitas vezes, os docentes não sabem lidar com questões como a relação com a família do aluno, sexualidade, drogas, violência. “Percebemos que eles não sabem diferenciar uma questão de disciplina da violência”, diz Maria América. Identificadas todas essas questões, o passo seguinte é apontar as ações necessárias para solucioná-las e os atores que devem entrar em campo para executar a missão.

Como acessar Os Fluxos Operacionais, assim como toda a metodologia a ser aplicada, podem ser acessados pelo site da ABMP, no link: <http://www.abmp.org.br/projetos/categoria/index/3>. Informações pelo e-mail secretaria@abmp.org.br.

Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (Ficai)

O que é Instrumento desenvolvido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul para combater a evasão escolar. A iniciativa foi possível graças a um Termo de Compromisso de Ajustamento firmado entre a Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, as secretarias estadual e municipal de Educação e os conselhos tutelares gaúchos. A ficha é usada para monitorar a frequência dos estudantes da rede pública de ensino. Depois de determinado número de faltas registradas em um mesmo mês, o conselho escolar e as instituições parceiras iniciam o processo de busca do estudante. O primeiro passo é dado pelo professor, que, ao perceber que o aluno não aparece reiteradamente no período de uma semana, preenche a Ficai e encaminha o caso para a direção da escola. Juntamente com o conselho escolar, a equipe de direção tenta contato com a família ou o responsável pelo aluno. Se obtiver sucesso, com o retorno da criança à escola, a Ficai é arquivada. Caso contrário, encaminha o caso para o Conselho Tutelar ou, na falta dele, para a autoridade judiciária. Além de combater o abandono escolar, a Ficai ajuda a identificar casos de abuso sexual e violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Como acessar Essa ação é coordenada pelo Ministério Público de cada estado. O Ministério Público do Rio Grande do Sul disponibiliza em seu site um manual sobre a utilização da ferramenta e um modelo da Ficai no link: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/pgn/id115.htm>.

A sociedade civil tem desenvolvido uma série de ações nos últimos anos para combater a exclusão escolar

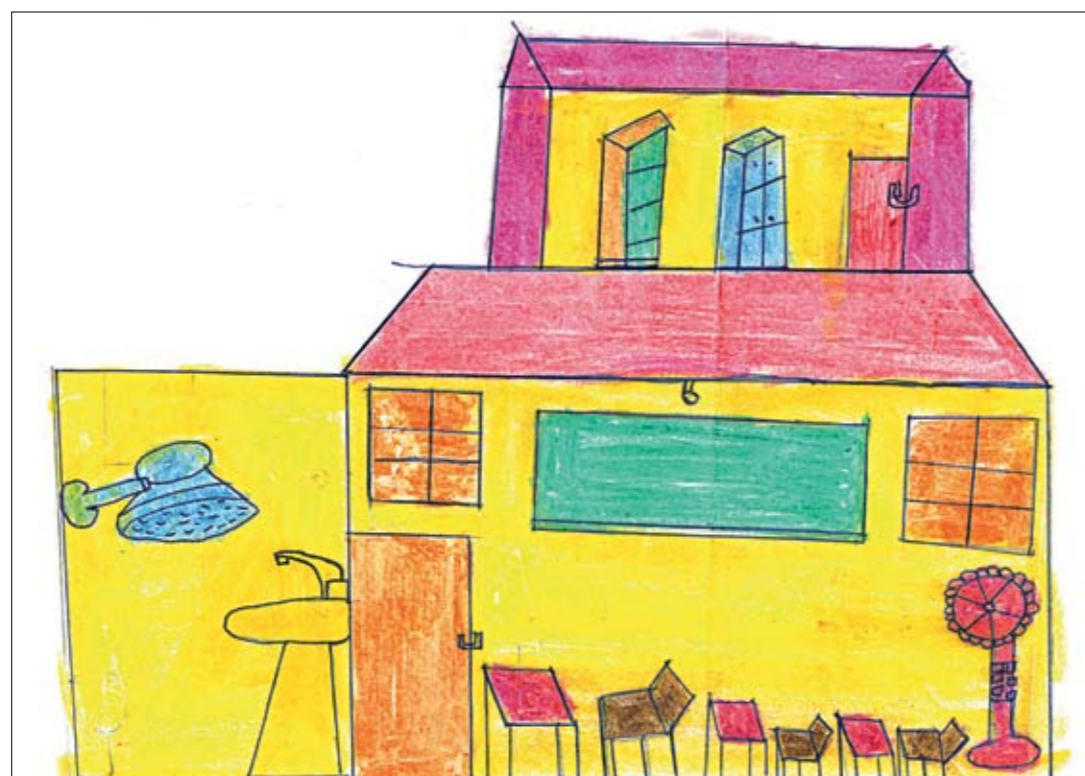
Selo UNICEF Município Aprovado

O que é Estratégia que visa mobilizar os municípios do Semiárido e da Amazônia para melhorar a qualidade de vida e garantir os direitos da criança e do adolescente, contribuindo para o Brasil alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), um dos quais é a universalização do ensino fundamental. Gestores e a comunidade são provocados a observar, acompanhar e transformar a realidade em que vivem meninos e meninas. Os municípios que mais conseguem avançar em um ciclo de quatro anos conquistam reconhecimento internacionalmente com o Selo UNICEF Município Aprovado.

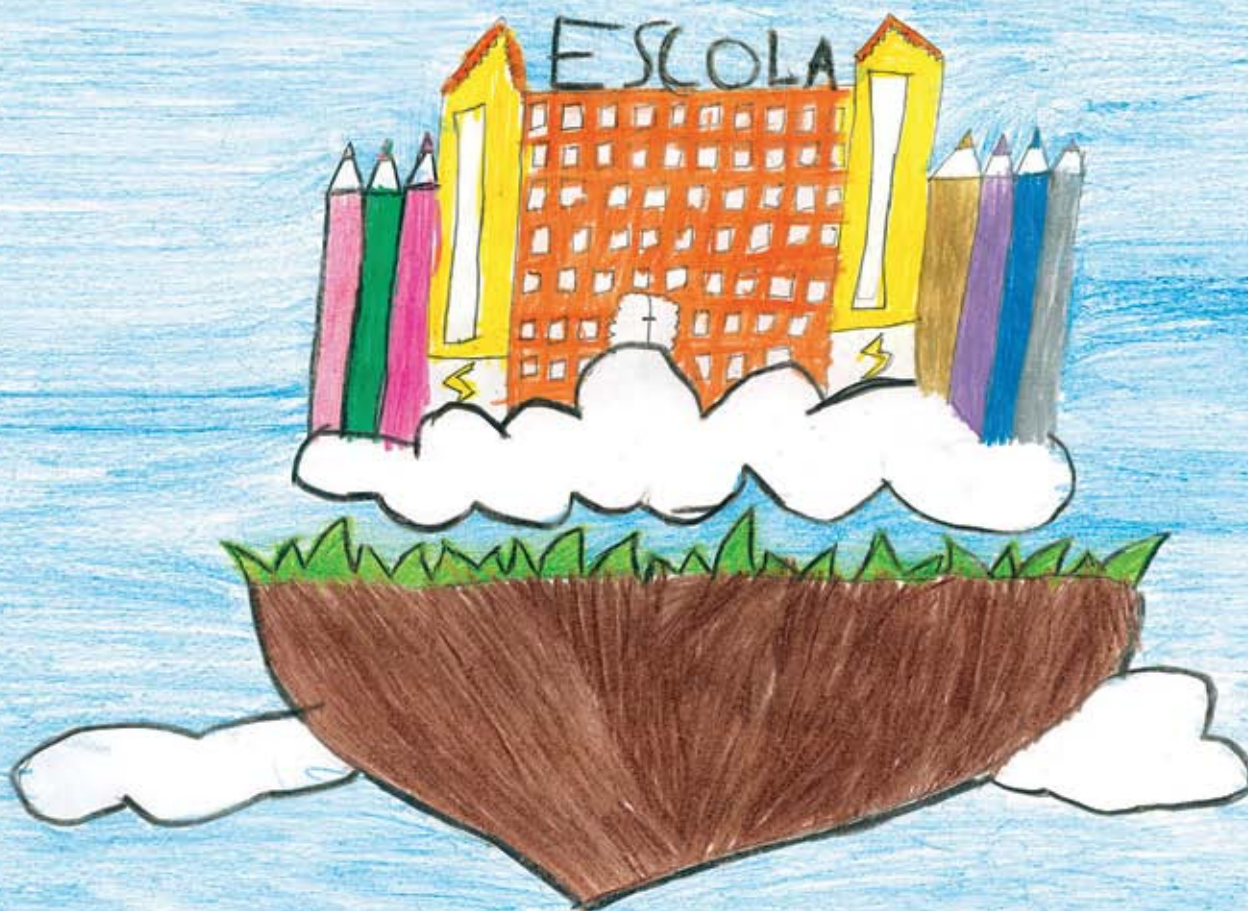
O projeto começou no Ceará em 1999. Após três edições, foi ampliado para todos os 11 estados do Semiárido brasileiro, que compreende Ceará, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, e um total de 1.565 municípios – na última edição (2009-2012) 81% deles se inscreveram. Em 2009, a metodologia foi adaptada para aplicação na região da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

O UNICEF apoia os municípios participantes na capacitação de gestores, mobilização de atores locais e aprimoramento de políticas e programas de atenção às crianças e aos adolescentes. Mais uma edição do Selo está sendo preparada para as duas regiões – Semiárido e Amazônia Legal – para o período de 2013- 2016.

Como acessar O UNICEF encaminha uma carta-convite com uma ficha de inscrição às prefeituras de todos os municípios que compõem o Semiárido e a Amazônia Legal. Para participar, o prefeito precisa assinar um termo de adesão e garantir o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Mais informações nos sites: www.selounicef.org.br (Semiárido), www.seloamazonia.org.br e www.unicef.org.br.



Aluna da etnia Mura desenha a escola dos seus sonhos com banheiro e energia, para o ventilador funcionar



FORA DA ESCOLA NÃO PODE!

O Desafio da Exclusão Escolar

apresenta uma análise da exclusão escolar no Brasil com o objetivo de apoiar os gestores de educação e a comunidade na construção de uma escola que garanta a cada criança e a cada adolescente o direito de aprender. Além de dados sobre a exclusão e os aspectos envolvidos nessa questão, a publicação traz as políticas que são importantes para assegurar o acesso e a permanência das crianças e dos adolescentes na escola e uma série de boas práticas para inspirar os gestores a melhorar a situação da educação no seu município.

Realização



Apoio

